

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ALEXANDRE RIBEIRO NETO

TENHA PIEDADE DE NÓS: uma análise da educação feminina do Educandário Nossa  
Senhora da Piedade em Paraíba do Sul de 1925 a 1930.

RIO DE JANEIRO

2010

**TENHA PIEDADE DE NÓS:** Uma análise da educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul de 1925 a 1930.



# **ALEXANDRE RIBEIRO NETO**

TENHA PIEDADE DE NÓS: uma análise da educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul de 1925 a 1930.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Ângela Maria Souza Martins

RIO DE JANEIRO  
2010

Ribeiro Neto, Alexandre.  
R484 Tenha piedade de nós: uma análise da educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul de 1925 a 1930 / Alexandre Ribeiro Neto, 2010.  
169f.

Orientador: Ângela Maria Souza Martins.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

1. Educandário Nossa Senhora da Piedade – Paraíba do Sul (RJ). 2. Educação – Brasil – História – 1925-1930. 3. Escolas – Rio de Janeiro – História. 4. Educação feminina. 5. Políticas educacionais – 1925-1930. I. Martins, Ângela Maria Souza. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003-). Centro de Ciências Humanas e Sociais. Curso de Mestrado em Educação. III. Título.

CCD – 370.981

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGEdu  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**ALEXANDRE RIBEIRO NETO**

***TENHA PIEDADE DE NÓS: uma análise da educação feminina do  
Educandário Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul de 1925 a 1930.***

Aprovado pela Banca Examinadora  
Rio de Janeiro, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Professora Doutora Ângela Maria Souza Martins  
Orientadora – UNIRIO

---

Professora Doutora Ana Maria Bandeira de Melo Magaldi – UERJ  
(membro externo)

---

Professora Doutora Nailda Marinho da Costa Bonato – UNIRIO  
(membro interno)

---

Professora Doutora Dayse Martins Hora – UNIRIO  
(membro interno)

---

Professora Doutora Alessandra Frota Martinez de Schueler – UFF  
(suplente externo)

Aos meus pais, Osvaldo Ribeiro Neto (in memoriam) e Maria Izabel Ribeiro pelo carinho, apoio e pelo esforço em educar-me, a minha esposa Márcia Guerra, por escrevermos uma história de amor.

## AGRADECIMENTOS

“O amigo ama em todo o tempo, e no momento de angústia, nasce um irmão”.  
(Provérbios 17.17)

Não poderia esquecer os que me são caros, que ao longo de uma longa e velha caminhada, me ajudaram a chegar até aqui. Dividi os agradecimentos em três blocos: a minha família, aos amigos de outrora e aos amigos que fiz nesse novo percurso.

Aos meus irmãos, irmãs e minha mãe que ao longo de todo o processo seletivo para o mestrado, me apoiaram a continuar nessa empreitada, mesmo quando, passávamos por um momento de perda, na qual tivemos que aprender a dar novos sentidos as nossas relações. Meu pai precisou ser hospitalizado no dia da prova escrita da UNIRIO, eu levei meu pai a clínica em Botafogo, deixei minha mãe sentada na recepção e peguei um táxi. A tarde caiu, a prova acabou, voltei à clínica, peguei minha mãe e fomos para casa. Meu pai faleceu no dia 20 de Dezembro de 2007, os resultados finais do mestrado já tinham saído, mas faltava alguém para abraçar.

A minha esposa Márcia Guerra, por suportar a minha ausência e compreender que era necessário divulgar os resultados preliminares da pesquisa nos seminários e congressos.

A Beatriz do Nascimento Santos, que me indicou o curso de História, na graduação e a cada telefonema perguntava, quando eu retomaria meus estudos, com suas muitas perguntas, incentivava a pesquisa da sociedade sul paraibana. Amizade igual, eu não conheço, já se vão mais de 17 anos de amizade, ao longo dos quais incentivamos um ao outro a caminhar mais um pouco, a ir mais longe, mesmo que tenhamos que cimentar o chão, para pisarmos depois.

A Nívia Pombo, que apesar da distância e dos poucos contatos, leu o projeto de pesquisa e indicou leituras, respondeu aos e-mails, me ajudou a construir o objeto de pesquisa, quando soube da aprovação, ficou tão feliz como se o projeto aprovado fosse seu.

Ao Adauto de Oliveira, amigo e ex-diretor do Colégio Municipal Walter Francklin, em Três Rios, município do estado do Rio de Janeiro, no qual sou professor, que flexibilizou meus horários de trabalho, para que eu pudesse estudar.

Ao doutor Antônio José Gomes Pereira, que mesmo sem ser da área de educação, intercedeu por mim junto a Prefeitura de Paraíba do Sul conseguindo-me as passagens aéreas para divulgar os resultados parciais da pesquisa, no V Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação. Homens de visão não são apenas os que vêm primeiros, mas também aqueles que acreditam no que vêem. Não poderia deixar de agradecer a Secretária de Educação e Cultura Maria Adelaide Capella pelas passagens que a secretaria me deu para que eu pudesse divulgar a história da cidade.

A Rosane Gomes Pereira e Cleonice Vitorino de Sousa, ex-diretoras da Escola Municipal Condessa do Rio Novo, que apoiaram esse projeto e seguraram a corda do outro lado, para que eu pudesse ir ao Rio de Janeiro estudar. Agradeço também aos alunos, que mesmo sem entender completamente as minhas faltas, cooperaram comigo.

A Milca Santana Feliciano, professora de Artes, da Escola Municipal Condessa do Rio Novo, que conhecia alguns pesquisadores, que poderiam ser contatados, instituições de memória, que poderiam ser consultadas. Ela também tomava conta dos alunos, para que eu pudesse vir ao Rio estudar.

A Níza Maria Rocha Cruz, diretora do colégio Cenecista Sul Paraibano, pelo apoio as pesquisas, e as constantes consultas a cerca dos dogmas da Igreja Católica.

A Juliane Aparecida, professora de Artes do Ciep – Haroldo Machado de Barros, em Paraíba do Sul, especialista em História da Arte, pela Federal de Ouro Preto. Eu sou grato pelo empréstimo de livros, e pelas conversas sobre a iconografia religiosa, permitindo-me conhecer os elementos pedagógicos presentes nas imagens.

A Luciana Miranda de Oliveira, orientadora pedagógica do Colégio Municipal Walter Francklin, pela leitura do projeto nos intervalos, pelas questões levantadas e pelo encorajamento, que recebi durante o projeto que realizamos juntos, sobre as relações raciais na educação.

Ao Jeferson Pereira da Costa, professor de inglês, por hospedar-me em sua casa em Juiz de Fora, para que eu pudesse estudar e fazer novamente a prova de inglês.

A minha orientadora Ângela Maria Souza Martins, por me receber como um filho e apontar os caminhos metodológicos da pesquisa, com grande saber incentivou a pesquisa em história das instituições escolares, que aos poucos foi descortinando uma história nova, completamente esquecida pelos historiadores. Ela incentivou a mudança dos marcos cronológicos, recuando-os para um passado mais distante, disse não, quando eu queria juntar Elias, Le Goff e Ginzburg, na base teórica, pois seriam autores com especificidades, que requereriam muito refinamento na análise dos conceitos.

A Roberta Guimarães, com quem dividi leituras e que ajudou a pensar criticamente meu objeto de pesquisa.

A Delma Marcelo dos Santos, pelo apoio e pelas sugestões que acrescentaram novas perspectivas ao trabalho de pesquisa.

Ao Professor Paulo Jagger, diretor do DIEESE do Rio de Janeiro, pelo auxílio na formulação matemática dos dados encontrados na fase de coleta, indicando uma possibilidade de utilizar os números, para expressar as informações encontradas.

Ao Rodrigo Garcia Novaes, professor de Química do Colégio Cenecista Sul Paraibano, que me ajudou na construção dos gráficos e tabelas. A Irmã Conceição, do Educandário Nossa Senhora da Piedade, que dividiu comigo os seus conhecimentos sobre a instituição.

A Provedora que permitiu a pesquisa no acervo da instituição.

A Denise Visconti, pelas conversas sobre a história da cidade e também pela utilização das fotos do acervo de seu saudoso pai Nicolino Visconti.



Os Meninos Carvoeiros  
Passam a caminho da cidade.  
Eh, carvoeiro!  
E vão tocando os animais com um relho enorme.  
Os burros são magrinhos e velhos.  
Cada um leva seis sacos de carvão de lenha.  
A aniagem é toda remendada  
Os carvões caem. (pela boca da noite vem uma velhinha que os recolhe, dobrando-se com um gemido.)  
Eh, carvoeiro!  
Só mesmo estas crianças raquíticas.  
Vão bem com estes burrinhos descadeirados.  
A madrugada ingênua parece feita para eles...  
Pequenina, ingênua, miséria!  
Adoráveis carvoeirinhos que trabalhais como se brincásseis  
Eh, carvoeiro!  
Quando voltam, vêm mordendo num pão encarvoado,  
Encarapitados nas alimárias,  
Apostando corrida,  
Dançando, bamboleando nas cangalhas como espantalhos desamparados!

*Manuel Bandeira*

## RESUMO

Nossa dissertação analisa a educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade, em Paraíba do Sul, município do estado do Rio de Janeiro, no período de 1925 a 1930. Nossa pesquisa tem como marco inicial o ano de 1925, quando foi fundada uma escola, no interior do prédio, para atender tanto as meninas da instituição analisada, como também os meninos e meninas da comunidade e marco final o ano de 1930, período de ascensão de Getúlio Vargas à presidência da República, momento que inicia um novo período na história da educação, com novas políticas educacionais, marcando assim o fim da Primeira República. Nossa dissertação é um estudo de caso. Usamos como aporte teórico-metodológico, o Paradigma Indiciário, proposto por Carlos Ginzburg (1989), para unir os fios do tecido social, que se encontra fragmentado, por diversos fatores, entre eles o incêndio, que ocorreu no ano de 1955, que destruiu grande parte dos documentos da instituição, como também seu belo prédio. Pensamos também em estabelecer um período de cinco anos, para dar conta de uma pesquisa, com variadas ramificações, como: questões de gênero, pensamento educacional católico, as relações entre o público e privado, materializadas na construção de uma escola pública em um prédio privado católico. O corpus documental é composto pelo Testamento da Condessa do Rio Novo, os Relatórios de Compromisso, redigidos pelo provedor Randolpho Penna Júnior, as Atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul, e o jornal O Arealense. O Educandário Nossa Senhora da Piedade foi fundado em 1884, como cumprimento das vontades póstumas de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, a Condessa do Rio Novo. Ele ainda é administrado pela Irmandade Nossa Senhora da Piedade e contava com o auxílio das Irmãs de São Vicente de Paula. Entendemos que esse estudo contribui para o preenchimento de uma lacuna sobre a história das instituições escolares no estado do Rio de Janeiro.

Palavras-Chaves: História das Instituições Escolares, Educação Feminina, Educação em Paraíba do Sul, Educação na Primeira República.

## ABSTRACT

Our dissertation want to analyze female education the School Nossa Senhora da Piedade, in municipality of the estate of Rio de Janeiro, from 1925 until 1930. In 1925 a school was founded, within the building to serve not only the girls from the analyzed institution but also the boys and girls from the neighborhood. In 1930, Getulio Vargas rise the power, beginning the new period in the history of education, with new educational politics, marking the end the First Republic. Our dissertation is cases studies. We can use as theoretical-methodological support, the Evidence Paradigm propose by Carlo Ginsburg (1989) for together thread the social tissue, was divided by several factors. Among them the fire in the 1955 was destroyed lot off document and files from institution, and also burning the beautiful building. We thought fixe the period of five years, for make the research, with many branches as: gender questions, Catholic Education thought, relationship between public and private. The is compose by the Countess Rio Novo Testament, Appointment report, was written by Randolpho Penna junior Provider, Acts the Common Hall from Paraíba do Sul, and the newspaper O Arealense. The school Nossa Senhora da Piedade was founded in 1884, to make realize the last desire the Mariana Claudina Pereira de Carvalho, the Countess the Rio Novo. It's still direct by sisterhood da Nossa Senhora da Piedade, as support the Sisters of São Vicente de Paula, we understand that study contribute to fill up the blank about the school institution history in the state of Rio de Janeiro.

Key-Words: School Education History, Female Education, Education in Paraíba do Sul, Education in Republic First.

## LISTA DE TABELAS

<u>TABELA</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>FONTE</u>	<u>PG.</u>
<b>Tabela 1</b>	Alunos do Colégio N. S. Piedade em Paraíba do Sul	Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1925-1930	60
<b>Tabela 2</b>	Frequência dos alunos do Colégio	Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1925-1930	61
<b>Tabela 3</b>	Porcentagem de frequência dos alunos	Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1925-1930	61
<b>Tabela 4</b>	Alunos da Escola em Entre – Rios	Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1925-1930	62
<b>Tabela 5</b>	Ingresso e saída de Meninas do Educandário N.S. Piedade em Paraíba do Sul	Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1925-1930	93
<b>Tabela 6</b>	Idade das meninas do educandário em 1925	Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior 1925	97
<b>Tabela 7</b>	Idade das meninas do educandário em 1926	Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1926	98
<b>Tabela 8</b>	Idade das meninas do educandário em 1927	Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1927	98
<b>Tabela 9</b>	Idade das meninas do educandário em 1928	Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1928	99
<b>Tabela 10</b>	Idade das meninas do educandário em 1929	Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1929	99
<b>Tabela 11</b>	Idade das meninas do educandário em 1930	Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1930	100
<b>Tabela 12</b>	Receita da Irmã Superiora	Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1925-1930	121

## LISTA DE IMAGENS

<b><u>TABELA</u></b>	<b><u>DESCRIÇÃO</u></b>	<b><u>FONTE</u></b>	<b><u>PG.</u></b>
<b>Figura 1</b>	Capela Nossa Senhora das Graças	Centro Cultural Maria de Lourdes Tavares	33
<b>Figura 2</b>	Planta da Vila de Paraíba do Sul	BARBOSA, Regina Celi.	36
<b>Figura 3</b>	Caminho Novo para Minas Gerais	<a href="http://www.noispedala.com.br/">http://www.noispedala.com.br/</a>	38
<b>Figura 4</b>	Estações Ferroviárias de Paraíba do Sul	BARBOSA, Regina Celi	39
<b>Figura 5</b>	Mapa Político com atuais municípios limítrofes	BARBOSA, Regina Celi,	41
<b>Figura 6</b>	Meninas na frente do Educandário Nossa Senhora da Piedade	Centro Cultural Maria de Lourdes Tavares.	69
<b>Figura 7</b>	Fachada do Educandário Nossa Senhora da Piedade	Centro Cultural Maria de Lourdes Tavares.	81
<b>Figura 8</b>	Meninas, Irmãs Vicentinas e Membros da Mesa Administrativa da Irmandade Nossa Senhora da Piedade	Irmandade Nossa Senhora da Piedade	103
<b>Figura 9</b>	Condessa do Rio Novo	Irmandade Nossa Senhora da Piedade	140
<b>Figura 10</b>	Fernando de Azevedo	<a href="http://www.ieb.usp.br.">http://www.ieb.usp.br.</a>	141

## LISTA DE QUADROS

<u>QUADRO</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>FONTE</u>	<u>PG.</u>
<b>Quadro 1</b>	Orçamento da Prefeitura de Paraíba do Sul em 1925	Atas da Câmara de Paraíba do Sul	48
<b>Quadro 2</b>	Orçamento da Prefeitura de Paraíba do Sul em 1927	Atas da Câmara de Paraíba do Sul	64

## LISTA DE GRÁFICOS

<u>GRÁFICO</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>FONTE</u>	<u>PG.</u>
<b>Gráfico 1</b>	Quantidade de meninas que entraram no Educandário Nossas Senhoras da Piedade	Relatórios do Provedor de 1925 a 1930	94
<b>Gráfico 2</b>	Faixa etária das meninas do Educandário Nossa Senhora da Piedade	Relatórios do Provedor de 1925 a 1930	101

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	x
<b>ABSTRACT</b>	xi
<b>LISTA DE TABELAS</b>	xii
<b>LISTA DE IMAGENS</b>	xiii
<b>LISTA DE QUADROS</b>	xiv
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b>	xiv
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1. CAPÍTULO I– OS INDÍCIOS DO PASSADO: acidade de Paraíba do Sul nos de 1920</b> .....	32
1.1 Desenho a Mão Livre: a fundação da cidade de Paraíba do Sul .....	33
1.2 Uma paleta de cores: a cidade de Paraíba do Sul de 1925 a 1930 .....	42
1.3 Prestígio, elogio e influência: os bastidores da política republicana.....	52
1.4 Pintando escolas: o cenário educacional de Paraíba do Sul na década de 1920.....	57
<b>2. CAPÍTULO II – No coração do Pelicano; o Educandário N. S. Piedade.....</b>	68
2.1 Entre os lápis de cor: o Educandário N. S. Piedade .....	69
2.2 Entre preces, quermesses e folguedos: a Irmandade N. S. Piedade .....	72
2.3 Novenas, ladainhas e salve rainhas; o significado do prédio do Educandário N. S. da Piedade .....	80
2.4 No coração do Pelicano: as meninas do Educandário N. S. da Piedade.....	87
2.5 Abandono, doces e brinquedos: analisando os diferentes conceitos de criança.....	90
2.6 As bonecas de pano: as meninas presentes no Educandário N.S da Piedade.....	92
2.7Contando as pedras do terço: as idades das meninas.....	96
<b>3. CAPÍTULO III – Laços de Fita: a educação feminina do Educandário N. S. da Piedade.....</b>	102
3.1 Estampas da caridade e filantropia: analisando a fotografia .....	103
3.2 Entre borrões e garatujas: ensinando as primeiras letras as meninas.....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	124
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	130
<b>APÊNDICES .....</b>	138
<b>ANEXOS .....</b>	144

## INTRODUÇÃO

Ninguém remota de bom grado o que passou, exceto aqueles cujas ações estão submetidas á sua própria consciência. O que cobizou ambiciosamente, desprezou arrogantemente, venceu violentamente, enganou perfidamente, furtou desonestamente e prodigamente gastou deve temer a sua própria recordação. Esta é a parte sagrada de nossa vida, que ultrapassa todos os reveses humanos, que não pertence ao destino e que não pode ser atingida pela miséria, pelo medo, nem pelo ataque das doenças. Não se pode incomodá-la, nem tirá-la de quem a possui: a sua posse é perpétua e intrépida. Cada dia só está presente por alguns momentos, mas todos os dias do passado a ti se apresentam quando assim ordenas; consentem que sejam detidos e inspecionados pelo juízo, algo que aos homens ocupados falta tempo para fazer.

Sêneca – Sobre a brevidade da vida.

Cada pesquisador ao escolher o seu objeto de pesquisa o faz por razões objetivas e subjetivas também. Atualmente sou professor de História na Escola Municipal Condessa do Rio Novo, cujas características a diferenciam das demais, o que mais chama a atenção nessa instituição escolar são as relações entre o público o privado, o Estado e a Igreja. A escola funciona dentro do Educandário Nossa Senhora da Piedade, dirigido pela Irmandade Nossa Senhora da Piedade, em que trabalham as irmãs da congregação de São Vicente de Paula.

O Educandário foi fundado em 1884, para cumprir o testamento de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, a Condessa do Rio Novo<sup>1</sup>. Entre as suas vontades póstumas constava também a construção de um hospital, a alforria dos escravos, o usufruto das terras da fazenda do Cantagalo, com a condição de reverter parte da produção para o sustento do Educandário.

Nossa pesquisa é um diálogo com o tempo que passou, os documentos são testemunhos de vozes que fazemos falar novamente. Convidamos para esse diálogo os interessados em conhecer a história da educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade, em Paraíba do Sul, município do Rio de Janeiro. Não falaremos de toda a história da instituição, nos ocuparemos de cinco anos, adotamos para essa pesquisa como marcos cronológicos os anos de 1925 a 1930.

Por que escolhemos esse período e não nenhum outro?

---

<sup>1</sup> Ver Verbete sobre a Condessa do Rio Novo no Apêndice desse trabalho.



Cada historiador procura eleger para a sua história o período em que as fontes documentais o permitem fazê-lo; no nosso caso o corte se deu por diversos motivos, entre eles, a possibilidade de analisar a criação da Escola Municipal Condessa do Rio Novo, dentro do Educandário Nossa Senhora da Piedade, e a criação ocorreu no ano de 1925, por isso elegemos esse ano como marco inicial da nossa pesquisa.

Entendemos que as políticas educacionais do Estado republicano têm um corte marcante em 1930 que o diferencia do período posterior, com a adoção de novas propostas de médicos que acentuaram as propostas sanitaristas do Estado em relação à infância minorizada e desvalida.

Cuidar da infância desvalida era do ponto de vista dos médicos, não só uma questão moral, mas também um problema eugênico, que se deveria enfrentar com severidade e com instituições próprias.

Do ponto de vista dos legisladores, existiam questões legais que deveriam ser enfrentadas como: a regeneração dos menores infratores, a educação profissional, pois esta era uma possibilidade de impedir que menores pobres se tornassem adultos criminosos e pouco afeitos ao trabalho.

Nos propomos acompanhar a história das meninas por cinco anos, de 1925 a 1930. Consideramos este período significativo porque como já mencionamos anteriormente, 1925 foi o ano que a Escola Municipal Condessa do Rio Novo foi alocada no Educandário Nossa Senhora da Piedade e 1930 marca uma mudança nas políticas públicas da educação com o início do período Vargas, assim, nossa pretensão é compreender como foram os anos iniciais da inserção de uma Escola Municipal dentro de um educandário que cuidava de meninas desvalidas. Pretendemos em uma nova pesquisa dar continuidade a pesquisa iniciada, pois o estudo que realizamos constitui-se o primeiro sobre a história da educação feminina de Paraíba do Sul.

As fontes documentais que utilizamos são: o Testamento da Condessa do Rio Novo publicado em 1955, os Relatórios de Compromisso redigidos pelo provedor Randolpho Penna Júnior, as Atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul, o Estatuto da Irmandade Nossa Senhora da Piedade, o periódico O Arealense, e também algumas fotografias da fachada do prédio, das meninas pobres, e da Condessa do Rio Novo.

Coletar esse material foi como andar em um labirinto, não havia instrumentos de pesquisas, ou um único acervo que concentrasse todos os documentos, uma vez que eles estão dispostos em diferentes lugares e foi preciso muito cuidado.

Outro elemento que dificultou a coleta de fontes foi o incêndio sofrido pelo Educandário Nossa Senhora da Piedade, em 1955, parte do seu acervo se queimou. O sinistro também afetou o belíssimo prédio, em estilo Neoclássico da instituição. O novo prédio não foi construído, no mesmo estilo arquitetônico do anterior. A seleção do que poderia ser usado na pesquisa foi feita a partir do método que usamos.

Adotamos como referencial teórico-metodológico o Paradigma Indiciário, proposto por Carlo Ginzburg (1989), não pretendemos contar toda a história, buscamos através dos indícios e das pistas, deixadas pelos homens de tempos pretéritos construir uma versão do passado, unir os fios de uma trama social, cujos agentes e sujeitos históricos possuíam projetos de vida que se entrelaçavam.

Os gregos contam que Teseu recebeu de presente de Ariadne um fio. Com esse fio Teseu se orientou no labirinto, encontrou o Minotauro e o matou. Dos rastros que Teseu deixou ao vagar pelo labirinto, o mito não fala. [...] Há figuras do passado que o tempo aproxima em vez de afastar (GINZBURG, 2007, p.7e 53).

Carlo Ginzburg (2007) nos mostra, que é possível contar a história de Teseu olhando-a de outro ponto de vista, de que ele também se valeu dos seus próprios rastros, deixados no labirinto para encontrar a saída - isso não torna menos importante o fio dado por Ariadne, que segundo a versão mais conhecida, o guiou até a saída do labirinto após matar o monstro. Por que não podemos unir as duas versões? Juntas, não torna mais rica a experiência do lendário herói?

Constitui-se como objetivo geral desse trabalho de pesquisa, refletir sobre a relevância social da educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade, no período de 1925 a 1930. Pretendemos conhecer a quem se destinava essa instituição, correlacionar o contexto histórico-geográfico com as condições sociais da qual emergiu essa instituição e traçar o perfil sócio-econômico das meninas que a instituição acolhia.

É preciso responder ao tempo que bate a porta, que se insinua por entre as frestas da janela, que salta dos documentos, indagando sobre a ação dos agentes e sujeitos históricos que hoje elegemos como foco central da nossa análise, os quais teceram suas

vidas no calor dos dias sem a pretensão de entrar para a história. Suas ações se entrelaçam numa extensa rede de solidariedade, que revela suas intenções, suas paixões e os riscos cotidianos que a vida impõe.

March Bloch (2001) nos lembra o quanto o ofício do historiador é artesanal, tal qual o caçador que se vale não somente de artefatos, mas também do seu faro, para perseguir a caça. Devemos procurar nos pequenos indícios os homens do passado.

O objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável a abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem. [os artefatos ou máquinas] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde farejar carne humana, sabe que ali está a sua caça (BLOCH, 2001, p.54).

O *Corpus Documental* da pesquisa é composto por documentos diversos. Embora não tenha encontrado neles testemunhos das meninas desvalidas. A *História Vista de Baixo*, nos sensibiliza na leitura dos documentos e na elaboração das perguntas que fazemos a eles.

Tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. O interesse na história social e econômica mais ampla desenvolveu-se no século dezenove, mas o principal tema da história continuou sendo a revelação das opiniões políticas da elite (SHARPE, 1922, p.40).

Nos apoiamos na citação anterior, mas reconhecemos nossa autoria e o risco que corremos em ler as fontes documentais e interpretá-las, todavia salientamos que nas páginas que apresentaremos é a nossa versão do passado e não o passado em si que se apresenta diante de vós. É a leitura de um pesquisador sobre a educação feminina católica.

Dessa maneira, compreendemos que o nosso trabalho possui questões de gênero, pois o olhar de um homem sobre a educação feminina é diferente do olhar de uma mulher, sobre o processo de escolarização das mesmas. Louro (2008) nos apresenta o conceito de gênero como produto das relações sociais:

Pretende-se, dessa forma recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos.

As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 2008, p.22).

Utilizamos também os estudos de Joan Scott, que faz uma relação entre o conceito de gênero e experiência, a partir do diálogo, com os historiadores da cultura, entre eles E. P. Thompson:

No uso que Thompson faz do termo, experiência é o início de um processo que culmina na percepção e articulação da consciência social, nesse caso, de uma identidade comum de classe. Tem uma função integradora, unindo o individual e o estrutural e pessoas diversas num todo coerente (totalizador) que é um senso distinto de classe (SCOTT, 1999, p. 34).

A citação anterior apresenta como os conceitos de gênero e experiência dialogam, mas percebemos que as nossas fontes documentais trazem poucas pistas sobre a experiência dessas meninas desvalidas no Educandário Nossa Senhora da Piedade, mas dentro do pouco que temos, pretendemos explorar as fotografias como registro de práticas educativas dessas meninas no educandário.

Quando iniciamos a pesquisa, não havia quase documento algum sobre o passado da instituição, e ao conversarmos com as religiosas que nela trabalham, uma delas falou assim: “das poucas fotos que restaram do incêndio, temos essa que está em cima da porta”.

Ginzburg nos diz que “o futuro historiador pesquise em documentos de qualquer gênero” (GINZBURG, 2007, p. 325) são fundamentais porque nos fornecem indícios da história.

Mas o que transforma um processo criminal, um jornal, ou um testamento em documento histórico é o uso que fazemos deles, para reconstruir sociedades pretéritas. Jacques Le Goff (2003) nos lembra que:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 2003, p.537-38 ).

Eric Hobsbawm (1998) compartilha da mesma postura metodológica, de que não existem fontes documentais prontas, a espera dos historiadores, elas emergem das perguntas feitas por eles, que a partir das suas concepções teóricas, procuram montar hipótese, sobre como acessar o objeto de pesquisa.

Em muitos casos, o historiador dos movimentos populares, descobre apenas o que está procurando, não o que está esperando por ele. Muitas fontes para a história dos movimentos populares apenas foram reconhecidas como tais porque alguém fez uma pergunta e depois sondou desesperadamente em busca de alguma maneira – qualquer maneira – de respondê-la. Não podemos ser positivistas, acreditando que as perguntas e as respostas surgem naturalmente do estudo do material. Em geral, não existe material algum até que nossas perguntas o tenham revelado (HOBSBAWM, 1998, p.220).

Durante a pesquisa elaborei muitas perguntas, e depois fui em busca de documentos, que respondessem as minhas indagações. Uma das perguntas era como contar uma história com fragmentos? Como encaixar as peças do quebra-cabeça de forma coerente?

Ginzburg (2007), em *Os fios e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício*, analisa a metodologia de N. Z. Davis, apresentando uma possibilidade para podermos trabalhar com objetos que sofreram perdas documentais:

Os autos do processo movido em Toulouse contra Arnaud Du Tilh, bígamo e impostor, foram infelizmente perdidos. Davis teve de se contentar com reelaborações literárias como *Arrest memorable (grifo do autor)* do juiz Jean de Coras e a Admiranda História de Le Suer. Na sua detalhada leitura desses testemunhos, ricos embora, percebe-se o pesar (plenamente compartilhado pelo leitor) com a perda da fonte judiciária. Podemos apenas imaginar que mina de dados involuntários (isto é, não procurados pelos juizes) esse processo teria proporcionado a uma estudiosa como Davis (GINZBURG, 2007, p. 314.).

Podemos fazer um paralelo com a maneira como Davis lidou com as perdas documentais e o nosso trabalho de pesquisa. Ela foi preenchendo as lacunas, que os documentos apresentavam com outros documentos da mesma época e do mesmo local.

Quando não encontrava o homem e a mulher que estava procurando, eu me voltava, na medida do possível, para outras fontes do mesmo tempo e do mesmo lugar, a fim de descobrir o mundo que eles deviam conhecer e as reações que podem ter tido. Se o que ofereço é, em parte, de minha invenção, está no entanto solidamente arraigado nas vozes do passado (GINZBURG, 2007, p.315).

Devido à ausência de documentos sobre a educação feminina oferecida as meninas desvalidas no Educandário Nossa Senhora da Piedade, procurei no periódico *O Arealense*. As informações oferecidas por este periódico testemunhavam sobre a sociedade sul paraibana da década de 1920.

O jornal foi lido como uma tentativa de perceber as aspirações do povo, seus pedidos de abertura de escolas, de material didático, suas solicitações para que os pais matriculassem os filhos nas escolas, informações que foram importantes para a compreensão do papel que a instrução ocupava nessa sociedade.

As Atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul foram lidas, como a fala do governo, para atender ou não as reivindicações da população. Nem sempre o que continha nelas, estava associado diretamente com o que estava nos jornais. Por isso, era imprescindível ouvir diferentes vozes da sociedade.

A partir dessas fontes, precisávamos compreender o que a sociedade de Paraíba do Sul, no período republicano, pretendia em termos de instrução. Será que ela seguia o projeto de uma nação com ares modernos e civilizados? Qual seria o projeto para educar as meninas pobres?

Em diferentes períodos da história brasileira encontramos diversas experiências educativas, que tem como intenção primordial acolher e disciplinar meninos (as) desvalidos (as).

Fraga Filho (1996), que estuda a sociedade baiana do século XIX, nos apresenta a fórmula encontrada pelas autoridades para resolver o problema, dos meninos desvalidos, que era enviá-los para o Arsenal de Marinha sob rígida disciplina e castigos corporais, quando aprendiam um ofício.

Os meninos eram geralmente remetidos para o Arsenal de Marinha ou entregues a mestres de ofício como autoridades da província aproveitavam para embarcar diversos desses infelizes. Alguns poucos eram internados no Orfanato de São Joaquim<sup>2</sup>. (FRAGA FILHO, 1996, p.147).

---

<sup>2</sup> O orfanato de São Joaquim foi fundado pelo Joaquim Francisco do Livramento. Segundo Alfredo da Matta, ela foi a primeira casa de órfãos, criada na Bahia em 1801, e ela abrigava meninos pobres, através da aprendizagem de um ofício procurava evitar que os meninos pobres se tornassem homens vadios. “na verdade ao preparar meninos para o trabalho em oficinas, alfabetizados, o Irmão Joaquim preparava mão-de-obra com boa qualificação, para a época.” (MATTA, 2008, p.108). Ver. José Augusto Luz e José Carlos Silva. **História da Educação na Bahia**. Salvador, BA: Arcádia, 2008.

Faz-se necessário salientar, que o processo educacional, primava pela educação dos meninos, as meninas eram deixadas em casa aos cuidados das mães que lhes ensinavam as prendas do lar.

Se a escolarização no século XVII ainda não era o monopólio de uma classe era sem dúvida o monopólio do sexo. As mulheres eram excluídas. Por conseguinte entre elas, os hábitos de precocidade e de infância curta mantiveram-se inalterados da Idade Média até o século XVII (ÁRIES, 1981, 125p.).

As meninas pobres eram encaminhadas para os recolhimentos, aos cuidados das irmãs de caridade que as ensinavam a ler, escrever e contar além dos exercícios de votos. A intenção era que elas não caíssem na prostituição e ficassem longe dos lugares de má fama que podiam manchar a honra das mulheres honestas.

Novamente recorremos a Walter Fraga Filho, que nos remete à diferença no acesso a educação, de meninos e meninas, na Bahia do século XIX. As meninas eram internadas na Santa Casa de Misericórdia ou no Recolhimento de São Raimundo, os meninos eram mandados para o Arsenal de Marinha ou deixados a cargo de mestres de ofício. Poucos (meninos) eram internados no Orfanato de São Joaquim.

Maria Luiza Marcílio (2005), ao analisar o processo de criação das escolas no Brasil, possui conclusões semelhantes a de Áries, dizendo que embora o Marquês de Pombal tenha instituído o ensino público em 1772, as meninas não foram contempladas com essa medida.

As meninas ficaram de fora, sem escola pública. No Reino, só em 1803 haveria as primeiras aulas femininas, com as recém-chegadas Irmãs de caridade francesas. Na cidade de São Paulo, o ensino público feminino só seria regulamentado em 1827, em 1825 foi criado o primeiro seminário para meninas órfãs e desamparadas, na Glória (MARCÍLIO, 2005, p. 21-22).

Dois pontos são importantes nas citações feitas anteriormente: a diferença no acesso a educação e o trabalho das irmãs de caridade na educação de meninas desvalidas. Em Paraíba do Sul, foi criada uma instituição com o mesmo objetivo, cinquenta e oito anos depois dessa experiência na cidade de São Paulo.

A vinda das religiosas européias para o Brasil impulsionou, a fundação de congregações femininas, os quais tinham entre os seus objetivos o trabalho educativo com as crianças.

No Império, duas congregações femininas iniciaram aqui suas atividades: As Filhas da Caridade, em 1849, e as Irmãs de São José de Chambéry, em 1858. A partir, intensifica-se a vinda de religiosas estrangeiras, sua maioria francesa e italiana. Entre 1872 e 1920, cinquenta e oito congregações européias se estabelecem em terras brasileiras; outras 19 também são fundadas no Brasil por essa época. O trabalho educativo nos colégios, o cuidado dos doentes, das crianças e dos velhos em orfanatos e asilos constituirão suas principais atividades (NUNES, 2007, p.492).

Dessa maneira, podemos compreender porque a Condessa do Rio Novo desejou que o Educandário fosse dirigido pelas irmãs vicentinas, pois essas já se dedicavam ao cuidado dos desvalidos no Rio de Janeiro.

Nunes (2007), em seu texto *Freiras no Brasil*, nos esclarece o vínculo entre o cuidado e a educação.

As mulheres se beneficiaram de algumas iniciativas católicas dessa época, sobretudo no campo da educação, mas também com a criação das associações femininas de piedade. Dessa forma, a mais carregada de feitos para as mulheres foi a criação de uma rede formidável de escolas católicas, sob a direção de religiosas estrangeiras. O século XIX presenciou ainda um desenvolvimento bastante rápido das “escolas para meninas”, que tiveram as religiosas como elementos fundamentais (NUNES, 2007, p. 491).

Marcílio (2006), autora do artigo *A roda dos expostos e a crianças abandonada na História do Brasil, 1726-1950*, analisa a assistência à criança abandonada, apresentando a longa vida da roda dos expostos. Contudo, nos interessam as reflexões da autora sobre a chegada das irmãs de caridade no Brasil.

Para contornar as dificuldades que se avolumaram em quase todas as casas de expostos em meados do século passado, e para melhorar a assistência aos pequeninos, que por toda parte estava deteriorada, os bispos buscaram uma solução. Com o apoio dos governos provinciais, foram trazidas da França as irmãs de caridade de São Vicente de Paula para assumirem a administração das casas e rodas de expostos de Salvador, do Rio de Janeiro e de outras mais (MARCILIO, 2006, p. 67).



A Condessa do Rio Novo teve outra atitude de destaque, quando ela mandou que seus escravos fossem libertos e fundassem uma colônia agrícola em suas terras da fazenda do Cantagalo, assim como quando determinou que aquilo que fosse produzido nessas terras deveria ser encaminhado ao Educandário. Ela deixou também seus bens para o sustento das meninas desvalidas. Entre as suas vontades póstumas consta também a criação de um hospital.

O testamento da Condessa do Rio Novo foi muito importante, pois ele inicia todo o processo de criação do educandário. Flexor (2009) em seu artigo salienta a preciosidade das informações contidas em inventários e testamentos para o estudo das sociedades do passado.

Os testamentos tratavam, sobretudo, das disposições de última vontade do testador, relativas às obras pias em favor da sua alma, cerimônias de seu funeral, declaravam sua naturalidade, estado civil e listagem de filhos e alguns legados especiais. A relação dos bens aparece, com pouca frequência, por ser o testamento um documento mais de caráter espiritual que temporal ou material (FLEXOR, 2009, p. 25-6).

Cumprindo o testamento de Dona Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo, casada com Visconde do Rio Novo, sem filhos mandou que se fundasse uma casa de caridade, criada em 4 de abril de 1884, na cidade de Paraíba do Sul, que deveria ser dirigida pela Irmandade Nossa Senhora da Piedade. No trecho do testamento citado abaixo fica explícito como a Casa de caridade seria mantida:

Para efetividade destas disposições deixo à Casa de Caridade<sup>3</sup> de Paraíba do Sul a minha fazenda de Cantagalo, com todas as suas terras, edifícios e benfeitorias, cafezais, animais, instrumentos e utensílios agrícolas e móveis pertencentes a mesma (TESTAMENTO DA CONDESSA DO RIO NOVO, 1955, p.6 e 7 ).

Para compreender melhor os atos de caridade da Condessa do Rio Novo, buscamos mais uma vez em seu testamento uma pista que nos permite apresentar algumas hipóteses. Vejamos o Testamento:

Declaro que minha religião é a Católica, Apostólica, Romana, em cuja fé tenho vivido e espero morrer, sou irmã remida das Ordens de São Francisco de Paula, Santa Teresa de Jesus e de Nossa Senhora da Piedade, na Corte, das de São Francisco e Nossa Senhora do Carmo, em São João Del-Rei, da de

---

<sup>3</sup> O Educandário Nossa Senhora da Piedade é chamado nos documentos de Casa de Caridade.

Sant`Anna na freguesia de Sebolas, e do Santíssimo Sacramento na da cidade de Paraíba do Sul (TESTAMENTO DA CONDESSA DO RIO NOVO, 1955, p.4 ).

A Condessa fazia parte de uma Irmandade Religiosa na Corte, isso a aproximava de outros nobres, e também tornava possível a sua ascensão social, através das obras de caridade. Mas, por que ela escolheu a Irmandade Nossa Senhora da Piedade?

Para conhecermos a história da Irmandade Nossa Senhora da Piedade, mas uma vez recorremos a Nunes (2007), que faz uma ligação entre a educação feminina e a fé católica. Ouçamos a autora:

Somente no século XIX foram criadas organizações religiosas específicas para mulheres católicas. Até então nada havia semelhante ao que foram as irmandades para os homens [...]. Criaram-se as associações femininas de piedade, desenvolveram-se movimentos religiosos nos quais o concurso das mulheres é fundamental (NUNES, 2007, p 490-91).

É interessante notar que, a Condessa do Rio Novo, em suas vontades póstumas, não fez nenhum pedido fora dos padrões do seu tempo, pois ao relacionar a criação da escola e do hospital ela estava dentro dos preceitos católicos de piedade, ela só não criou asilo para os velhos, embora tenha alforriado seus escravos, o que também não pode ser visto como um gesto singular, na medida em que já se via ao longe o fim da escravidão.

Reis (1991), em seu livro *A Morte é uma festa*, nos auxilia a compreender a dinâmica das irmandades religiosas, no século XIX. A Irmandade Nossa Senhora da Piedade era composta por aristocratas.

Na obra de Teixeira (s/d), sobre a Capela Nossa Senhora da Piedade não há menção a data de emancipação da cidade de Três Rios, nem mesmo ligações entre as vontades póstumas da Condessa, que mandou erguer a Capela, o Educandário e o hospital. Ela apresenta a importância do templo religioso para a propagação da fé católica e a devoção de São Sebastião, pelos habitantes de Três Rios.

Dessa maneira, para compreender um pouco mais a história de Paraíba do Sul e a emancipação de Três Rios utilizamos as informações de Coutinho (1976).

Coutinho (1976), com o livro *Como nasceu à cidade de Três Rios*, lança luzes sobre as lacunas deixadas por Teixeira (s/d). A emancipação de Três Rios de Paraíba do

Sul ocorreu em 1938, no governo do prefeito Walter Gomes Francklin. Esse dado é relevante, porque no período que estudamos, os documentos apresentam Três Rios como Segundo Distrito de Paraíba do Sul e não como cidade independente.

A obra de Gomes (1991) *Capítulos de História de Paraíba do Sul*, nos revela que Garcia Rodrigues Paes Leme fundou a cidade em 1681, em busca de pedras preciosas. O autor traça a lenta evolução urbana da cidade, partindo das primeiras fazendas que formaram os primeiros núcleos urbanos. Não há um capítulo específico sobre a Irmandade, sobre as meninas desvalidas ou mesmo sobre as demais instituições escolares.

Utilizamos também o trabalho de Innocencio (2002) que analisa a questão agrária em Paraíba do Sul, estudando a vinculação entre a colônia agrícola do Cantagalo, fundado por escravos da Condessa do Rio Novo e a campanha abolicionista, a partir de um grande acervo de fontes primárias.

A autora traça um paralelo entre a Irmandade Nossa Senhora da Piedade e os ex-escravos da Condessa, porém não aprofunda a reflexão sobre a relevância social da instituição escolar, fundada pela mesma. Mas sua obra oferece pistas sobre as fontes primárias para o estudo da história da cidade, embora o período estudado por ela, a segunda metade do século XIX, é diferente do analisado em nossa pesquisa.

A fundação da cidade de Três Rios nos interessa, pois ela se deu nas terras que Condessa do Rio Novo deixou para o sustento das meninas do Educandário Nossa Senhora da Piedade. No momento em que estudamos, Três Rios ainda não era uma cidade, era apenas o Segundo Distrito de Paraíba do Sul, que era chamado de Entre Rios.

Os livros citados anteriormente, nos revelam que, não houve um único autor que se preocupasse com a história da educação. Os pesquisadores se dedicaram as questões socioeconômicas, aos temas considerados de primeira monta e a educação não recebeu igual tratamento.

Dentro dessa lacuna inserimos o nosso estudo. Tal como Saviani (2007), acreditamos que:

Propor-se a reconstruir historicamente as instituições escolares brasileiras implica admitir a existência dessas instituições que, pelo seu caráter durável,

têm uma história que nós não apenas queremos como necessitamos conhecer (SAVIANI, 2007, p.24).

Sêneca (2008) autor do texto que utilizamos como epígrafe, nos diz que há algo que não podemos tirar dos homens – o passado. Nem mesmo a doença ou os infortúnios, podem fazê-lo. O que pretendemos como o nosso estudo é construir uma ponte, entre o esquecimento e a lembrança, entre o passado e presente, trazendo à baila as memórias dos sujeitos e agentes históricos, *pois há figuras do passado que o tempo aproxima em vez de afastar* (GUINZBURG, 2007, p.53).

Elias (2001) nos lembra que alguns eram considerados indesejáveis por trazer a tona, aquilo que a sociedade gostaria de esquecer. Para muitos era importante banir a morte da ordem do dia, logo afastavam-se os cemitérios dos centros urbanos. Ao afastar a morte baniam também os moribundos.

As últimas horas são importantes, é claro. Mas muitas vezes a partida começa muito antes. A fragilidade dessas pessoas é muitas vezes suficiente para separar os que envelhecem dos vivos. Sua decadência os isola. Podem tornar-se menos sociáveis e seus sentimentos menos calorosos, sem que se extinga sua necessidade dos outros. Isso é o mais difícil – o isolamento tácito dos velhos e dos moribundos da comunidade dos vivos, o gradual esfriamento de suas relações com pessoas a que eram afeiçoados, a separação em relação aos seres humanos em geral, tudo que lhes dava sentido e segurança (ELIAS, 2001, p.8).

Na lista dos indesejáveis na cidade não estavam somente os moribundos, nela figuravam também os loucos e a infância desvalida. Por isso, construir locais para que os mesmos, socialmente não contaminassem os cidadãos de primeira, os homens saudáveis donos de grandes propriedades.

Dessa forma, entendemos que há uma tensão, entre a vontade de conhecer, proposta por Saviani em seu texto, e o esquecimento do passado denunciado por Sêneca. Essa luta se instaura na escrita da história.

Queremos retirar a moldura sagrada que envolve o passado e investigá-lo. Ordenar aos dias que se apresentem novamente diante dos nossos olhos, para que possamos conhecer a história da educação das meninas desvalidas do Educandário Nossa Senhora da Piedade.

Não compartilhamos da visão que os encarcera em estruturas, e que as mesmas acabam por determinar seus destinos. Eles existiram, em algum momento, foram de

carne e osso, embora hoje, os façamos falar novamente, através de seus textos, seus depoimentos são marcados pelo momento histórico em que viveram.

No primeiro capítulo, pretendemos fazer uma contextualização histórica da década de 1920, discutindo a Idéia de República presente *nas Atas da Câmara Municipal de Paraíba de Sul*, buscamos analisar um momento importante da história do período republicano, quando os tenentes procuravam corrigir os vícios do regime que ajudaram a fundar.

Quantificamos os orçamentos anuais da prefeitura e, por meio das proporções, vamos observar qual era o lugar da instrução pública dentro dos gastos municipais. São importantes para nós as reflexões de José Murilo de Carvalho, tanto na obra *Os bestializados*, como na *Formação das Almas*, pois em ambas o cenário analisado é o Rio de Janeiro do período republicano.

Faremos um cruzamento dos textos de Carvalho (1987), (1990) e Sidney Chalhoub autor dos livros *Cidade Febril e Trabalho, lar e botequim*, nos quais o autor busca compreender o cotidiano dos trabalhadores pobres, através de fontes variadas, entre elas, processos criminais, periódicos descortinando diante de nós as tramas do poder republicano e as diversões populares.

Nos documentos levantados havia questionamentos sobre as alianças políticas e a corrupção do sistema eleitoral denunciada em diferentes jornais. Percebemos também a tentativa dos políticos locais em fazer alianças com o Partido Republicano Paulista, através do envio de Moções aos seus principais líderes.

No texto das reuniões, os políticos sul paraibanos, descrevem uma cidade, que não existe mais, com prédios que foram ao chão, com escolas que não fazem parte da rede municipal atual. Há também o orçamento anual no qual podemos, conhecer a quantia destinada a instrução pública.

Entre os políticos da Câmara Municipal, figuram os membros da Mesa Administrativa do Educandário Nossa Senhora da Piedade que abriga as meninas desvalidas, demonstrando uma velha prática, o vínculo entre a Igreja e o Estado, que resultava em vantagens para aquela instituição de ensino.

No segundo capítulo, procuramos conhecer como a escola se firmou nesse contexto histórico, trazendo a baila a estrutura e o perfil da escola. Discutiremos nesse capítulo os *Relatórios do Provedor Coronel Randolpho Penna Júnior*, para

conhecermos o cotidiano das meninas e reconstruir a história dessa instituição.

Investigamos também a arquitetura religiosa, para compreender os elementos pedagógicos católicos presentes nos prédios escolares. Foi importante o diálogo com Chornobai (2005), autora do texto: *Respirando a Fragrância da Piedade Cristã: Considerações sobre o espaço escolar católico: a Escola Normal de Sant'Ana*. No qual a autora analisa as especificidades das escolas confessionais católicas, buscando compreender os símbolos apresentados na construção dos edifícios, propondo que havia uma educação através das imagens.

São igualmente preciosas, as reflexões de Ester Buffa e Gelson de Almeida Pinto (2002) reunidas no livro *Arquitetura e Educação: Organização do espaço e propostas pedagógicas dos Grupos Escolares paulistas, 1893 a 1971*.

Não poderíamos nos esquecer de Alessandra Schueler, que ao analisar a Associação Protetora da Infância Desvalida, na segunda metade do século XIX, apresenta o esforço do governo Imperial em construir edifícios escolares para a infância desvalida.

No terceiro capítulo, discutiremos a atuação pedagógica da escola e seu processo educativo, analisaremos o currículo das meninas desvalidas, que entre outras disciplinas era composto por aulas de rudimentos da geografia e histórias pátrias, música, desenho linear trabalhos de agulha e costura. Nesse capítulo, faremos um contraponto com outras instituições de educação feminina do Rio de Janeiro, para perceber se havia equivalência entre os projetos educacionais.

Apresentamos como hipótese que, havia a preocupação de formar as meninas para serem mães de família e mulheres virtuosas. Essas práticas baseavam-se na moral cristã que possui sua base teórica nas Escrituras Sagradas e na tradição.

Com auxílio de gráficos e tabelas pretendemos iluminar áreas nubladas da pesquisa, tais como: a faixa etária, a quantidade de meninas que entraram e saíram da instituição; fazendo uma ponte entre a educação, a história e a política do período republicano.

Uma fonte importantíssima foi o jornal *O Arealense*, que me permitiu acompanhar as discussões em torno da instrução pública e esclarecer quais eram as questões que possuíam maior relevância. Relacionamos os dados do Relatório de Compromisso com os dados presentes nos jornais.

Foi importante ler a dissertação (1997), a tese de Doutorado de Sônia Câmara (2006) e o artigo que escreveu com Rafael Barros, pois tecem um rico quadro da construção dos grupos escolares no Rio de Janeiro e da ação do Estado para instruir a infância minorizada, que ora é adjetivada como abandonada, ora como perigosa.

Outra obra importante foi o texto de Hilsdorf (2005), *Tão Longe, tão perto: as Meninas do seminário*, porque nos ajuda na análise do perfil das meninas desvalidas. A partir dos dados presentes nos Relatórios de Compromissos.

Levantamos a seguinte hipótese: o Educandário Nossa Senhora da Piedade era percebido pelas famílias como um lugar de acolhimento, pois algumas meninas possuíam irmãs na mesma instituição.

Outra hipótese era a possibilidade das meninas órfãs serem educadas para reconstruírem os laços familiares rompidos, formariam novos lares, e seriam boas mães, capazes de cuidar da casa e dos filhos, afastando-se da prostituição e do ócio que tanto amedrontava a mente dos legisladores.

Apoiados em autores como Philippe Áries (1981) autor do livro *História Social da Criança e da Família*, Mary Del Priore (2006) organizadora do livro *História da Criança no Brasil*, que analisam a história da criança e da família sobre diferentes abordagens metodológicas, pretendemos analisar não somente as meninas desvalidas, mas também as famílias que as colocaram no Educandário.

Propomos também um debate historiográfico entre Renato Pinto Venâncio (1999), autor do livro *Famílias Abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador - século XVIII e XIX*, Maria Luíza Marcílio (2006), autora do livro *História social da criança abandonada* e Marcos César de Freitas (2006), organizador do livro *História social da infância no Brasil*, autores que traçaram um panorama da história social da criança abandonada.

Levantamos como hipótese a existência de semelhança entre a família das crianças abandonadas e a família escrava, e para tanto utilizaremos como aportes teóricos os autores José Roberto Góes e Manolo Florentino (1997) autores do livro *A paz das senzalas*, e Robert Slenes (1999), autor do livro *Na senzala uma flor*, autores que estudam a formação da família escrava.

A Infância desvalida foi cantada em verso e prosa por diversos poetas, entre eles, Manuel Bandeira (1970), autor do poema *Meninos Carvoeiros* utilizado como epígrafe do nosso trabalho.

O que nos chama atenção, nessa poesia é a descrição da miséria, acompanhada do trabalho, as crianças são descritas como pequenos trabalhadores, frágeis e que mesmo assim, não perderam a ingenuidade.

O autor diz que, eles trabalham como quem brinca. Que futuro estaria reservado aos pequenos carvoeiros? Por que Bandeira os viu trabalhando e não estudando? Havia tempo dentro da dura jornada de trabalho, após cansaço, para aprender a ler, escrever e contar?

Encontramos semelhanças, entre os meninos descritos por Manuel Bandeira e as meninas desvalidas, do Educandário Nossa Senhora da Piedade. No cotidiano da lida educacional elas tinham aulas de bordar e de exercícios de agulha, acompanhadas de um rígido código de disciplina, exercícios e preces matinais que iniciavam a rotina diária de trabalhos e estudos dessas meninas, em Paraíba do Sul, cidade situada da região centro-sul do estado do Rio de Janeiro. Elas eram tão desamparadas quanto os meninos, descritos por Bandeira em sua poesia. Contudo, essas meninas foram acolhidas em um belíssimo prédio em estilo Neoclássico, erguido no alto do morro de Santo Antônio pela Condessa do Rio Novo.

O Estado republicano advogava um ensino laico, mas em Paraíba do Sul, ele ainda estava de braços dados com a Igreja, pelo menos no que diz respeito ao atendimento das necessidades da infância desvalida.

As meninas foram acolhidas, mas os meninos em igual condição, não tiveram a mesma sorte. Eles pressionavam o poder público com a mesma frase: “Tenha Piedade de Nós!”



## CAPÍTULO I

### OS INDÍCIOS DO PASSADO: a cidade de Paraíba do Sul nos anos de 1920

Traça a reta e a curva, a quebrada e a sinuosa. Tudo é preciso. De tudo viverás. Cuida com exatidão da perpendicular. E das paralelas perfeitas. Com apurado rigor. Sem esquadro, sem nível, sem fio de prumo, Traçarás perspectivas, projetarás estruturas. Número, ritmo, distância, dimensão. Tens os teus olhos, o teu pulso, a tua memória. Construirás os labirintos impermanentes. Que sucessivamente habitarás. Todos os dias estarás refazendo o teu desenho. Não te fatigues logo. Tens trabalho para toda a vida. E nem para o teu sepulcro terás a medida certa. Somos sempre um pouco menos do que pensávamos. Raramente, um pouco mais.

Cecília Meireles – Desenho



Fonte:

Fotógrafo Nicolino Visconti, Centro Cultural Maria de Lourdes Tavares, s/d.

## 1.1 – Desenho a mão livre: a fundação da cidade de Paraíba do Sul

Vamos seguir o conselho de Cecília e fazer um desenho a mão livre composto de linhas e curvas, retas e paralelas, ao final o que pretendemos visualizar é uma cidade, cheia de encantos, cheia de mistérios, que se apresenta aos nossos olhos para que possamos conhecer a beleza de suas montanhas, dos vales esculpidos pela passagem do rio Paraíba do Sul, o qual dá nome a cidade.

O rio fez um longo e silencioso trabalho, ele e seus afluentes desgastaram rochas, subiram, desceram, contornaram e saltaram penhascos. Isso foi há muito tempo atrás. Esse percurso será acompanhado por nós, através dos relatos dos viajantes, que utilizavam o rio, para chegar aos lugares mais distantes da cidade do Rio de Janeiro.

Partindo da cidade do Rio de Janeiro por terra com gente carregada, e marchando à paulista, a primeira jornada se vai a Irajá; a segunda ao engenho do alcaide-mor, Tomé Correia, a terceira ao porto do Nóbrega no rio Iguaçu, onde há passagem de canoas e saveiros; a quarta ao sítio que chamam de Manuel Couto.

E quem vai por mar e embarcação ligeira, em um dia se põe no porto da freguesia de Nossa Senhora do Pilar; e em outro, em canoa, subindo pelo rio de Morobaí acima, ou indo por terra, chega pelo meio-dia ao referido sítio do couto.

Deste se vai à cachoeira do pé da serra e se poussa em ranchos. E daqui se sobe à serra, que são duas boas léguas; e descendo o cume, se arrancha nos pousos que chamam Frios. No dito cume faz um tabuleiro direito em que se pode formar um grande batalhão; e em dia claro, é sítio bem formoso, e se descobre dele o Rio de Janeiro, inteiramente todo o seu recôncavo.

Dos pousos Frios se vai à primeira roça do capitão Marcos da Costa e dela, em duas jornadas, à segunda roça, que chama do Alferes.

Da roça do Alferes, numa jornada se vai ao Pau Grande, roça que agora principia, e daí se vai poussa no mato ao pé de um morro que chamam Cabaru.

Deste morro se vai ao famoso rio Paraíba do Sul, cuja passagem é em canoas. Da parte de aquém, está uma venda de Garcia Rodrigues e há bastantes ranchos para os passageiros: e da parte dalém, está a casa do dito Garcia Rodrigues, com larguíssimas roçarias. Daqui se passa ao rio Paraibuna, em duas jornadas, a primeira no mato, e a segunda no porto, onde há roçaria e venda importante e ranchos para os passageiros de uma e outra parte. É este rio pouco menos caudaloso que o Paraíba; passa-se em canoa. Do rio Paraibuna fazem duas jornadas à roça do contraste Simão Pereira; e o pouso da primeira é no mato (Antonil, p, 288-90 apud IPANEMA, 1991, p.66-67).

Os autores elegem seus modelos e buscam inspiração em diferentes lugares, não fomos os primeiros a desenhar a cidade de Paraíba do Sul, outros já o fizeram, com suas preocupações e objetivos. Uma consulta no banco de teses da CAPES nos revela que, a cidade já foi estudada sobre diferentes pontos de vista.

Fizemos uma pesquisa no banco de teses da CAPES, no período de 1987 a 2008, para conhecermos estudos anteriores sobre esta temática. Encontramos quatro dissertações sobre a História de Paraíba do Sul. Dessas pesquisas nenhuma possuía o mesmo corte cronológico.

Ana Maria Lugão Rios realizou estudo sobre, *Família e a Transição, Famílias Negras em Paraíba do Sul, 1872-1920*, defendida em 1990, na Universidade Federal Fluminense.

José Maria Calife realizou estudo sobre a permanência do Coronelismo no vale do Médio Paraíba com o título *O PSD em Barra do Piraí, 1945 a 1964*, defendida em 2000, na Universidade Severino Sombra.

Isabela Torres de Castro Innocencio realizou estudo sobre a *Liberdade e Acesso à terra: Fazenda Cantagalo- Paraíba do Sul (1882-1932)*, defendida em 2002, na Universidade Severino Sombra.

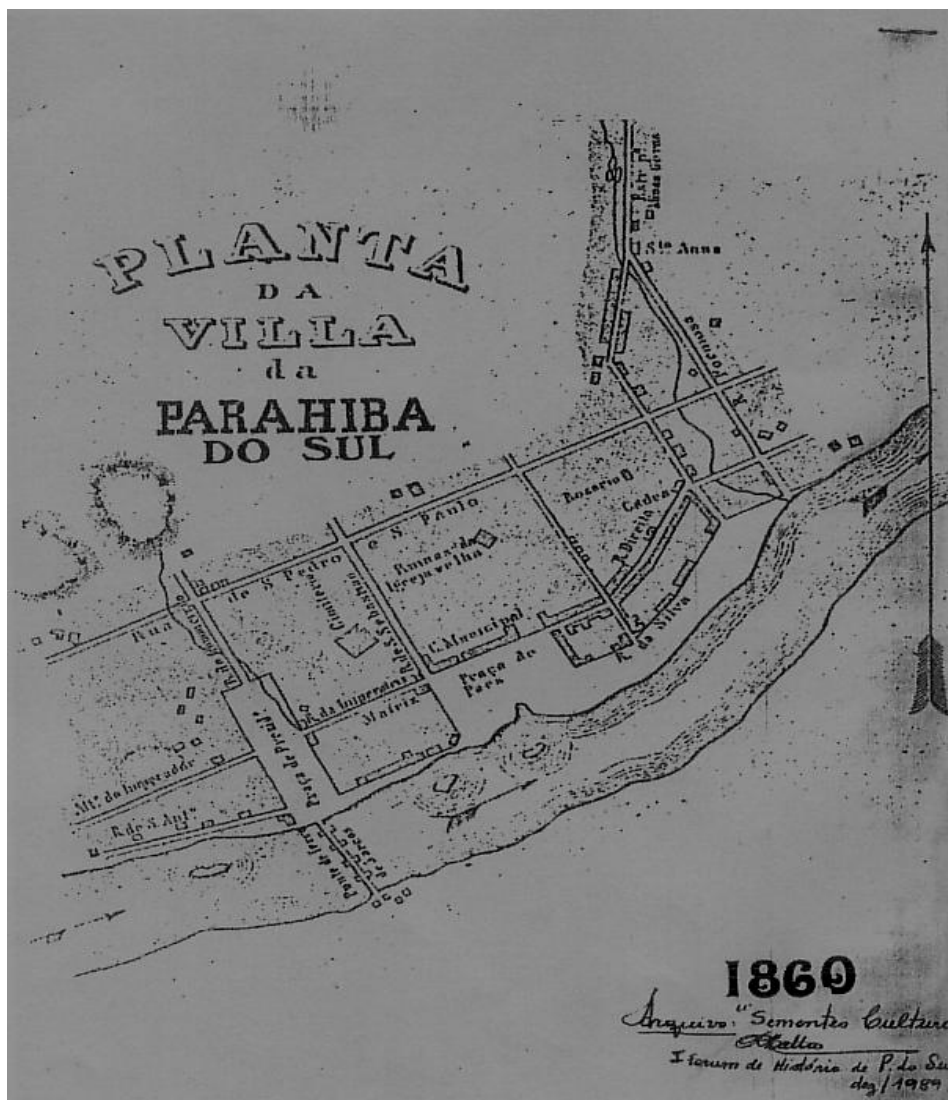
Renata Augusto Barbosa realizou estudo intitulado *De fuga a devoção: Os quilombos e a Irmandade do Rosário de Paraíba do Sul, (1871-1888)*, defendida em 2005, na Universidade Severino Sombra.

Encontramos apenas uma tese de Doutorado no campo da história, de Márcia Cristina Roma de Vasconcellos sobre as Famílias escravas, defendida em 2006, na Universidade de São Paulo. Percebemos que poucos estudos se dedicaram a analisar o período da Primeira República.

Mais uma vez Cecília entra na sala, ela diz que podemos fazer o nosso desenho, sem prumo e esquadros. O primeiro traçado dessa cidade foi feito no século XIX. Vejamos a planta da cidade, ela nos revelará uma cidade acanhada, com poucas ruas, ainda pouco povoada.

Mas seus autores não escutaram o conselho de Cecília, pois percebemos o uso excessivo de linhas retas, eles dividiram a cidade em quarteirões, o único que segue

livre, sinuoso é o rio Paraíba. No desenho percebemos a denominação de vila, isso nos remete a questões tanto demográficas como também políticas.



Fonte: BARBOSA, Regina Celi, 2005, p. 48.

A cidade nasceu junto a um remanso descoberto no rio Paraíba do Sul, em 1681, por Garcia Paes Leme, filho de Fernão Dias. Barbosa (2005) nos diz que:

A ocupação das terras sul - paraibanas ocorreram de três formas a primeira ocorreu através do deslocamento de tropas por essa região. A segunda forma de ocupação aconteceu quando algumas pessoas receberam sesmarias, como no caso de Garcia e os Filhos, outras solicitaram concessões de terras as autoridades. Uma terceira forma de ocupação foram as plantações das roças para atender as tropas e seus viajantes, e os ranchos para abrigar os tropeiros (BARBOSA, 2005, p.28).

Silva (1991) nos diz que em 1683, Garcia Paes Leme abriu uma fazenda. A fazenda Paraíba. Ele se abasteceu com roças de milho, peixe do rio e caça da mata

virgem, utilizou como mão-de-obra índios Puris. Ele procurava ouro, contudo não o encontrou. As pedras que encontrou eram semipreciosas.

De 1698 a 1700 abriu-se o trecho de Paraíba ao Rio de Janeiro, em 1704 atingiu-se a Mantiqueira, na região da atual Barbacena. O Caminho Novo se juntou ao Velho, que vinha de São Paulo. Esse caminho ficou conhecido também como Estrada Real. Vejamos o seu traçado:



Fonte: <http://www.noispedala.com.br>. Acesso em 05/01/2010.

O Caminho Novo trouxe um novo fluxo populacional para a vila, que ganhou mais importância, os viajantes chamam a vila de Meio da Jornada, a sua produção agrícola abastecia as áreas de mineração.

Contudo, as ruas acanhadas e a travessia de barco do rio Paraíba não suportavam o aumento do fluxo de comerciantes, que desejavam chegar as Minas Gerais.

A ponte foi construída em 1857, pelo Barão de Mauá, o que possibilitou o escoamento da produção de café. Obras de drenagem e aterro de áreas alagadas expandiram o território, atraíram também profissionais liberais, como médicos, advogados e professores.

Ao mesmo tempo, outro projeto importante era orquestrado na cidade – a construção da ferrovia. Era necessário ligar rapidamente a vila ao Rio de Janeiro, uma vez que a longa viagem em lombo de burros era sinônimo de atraso. Em 1852, foi construída a Estrada União Indústria, essa estrada beneficiou os comerciantes de Paraíba do Sul, pois ela passou por Entre - Rios, seu segundo distrito administrativo.

A questão Viária, e no caso Paraíba do Sul a conhece de longa data, é essencial para o transito individual como para cargas. Graças à visão de Mariano Procópio Ferreira Lage, que obteve a 7 de Agosto de 1852, privilégio por 50 anos, foi construída a Estrada União e Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora, passando por terras sul paraibanas. A 23 de junho de 1861, Pedro II a inaugurou cruzando a pé a famosa ponte – hoje “das Garças”, em Três Rios – e a estação da empresa na localidade (Entre Rios). A via foi sempre louvada. Sofreu um golpe em 13 de janeiro de 1869, com o Dec. 2, 230, que mandava passar em Entre Rios, a carga que transportava para a Estrada D. Pedro II (Central do Brasil). (IPANEMA, 1991, p.92).

Quatro estações foram construídas na cidade. São Elas: a estação no centro da Vila, Inema, Werneck, esse último nome é uma homenagem aquele que doou as terras para a construção da estação, o Barão de Palmeiras, membro da ilustre família de origem alemã, que ali vivia em sua fazenda Glória-do-Mundo. Ele também doou terras para a construção de uma escola. A última estação representada é a estação de Cavarú.



Fonte: BARBOSA, Regina Celi. 2005, p.22.

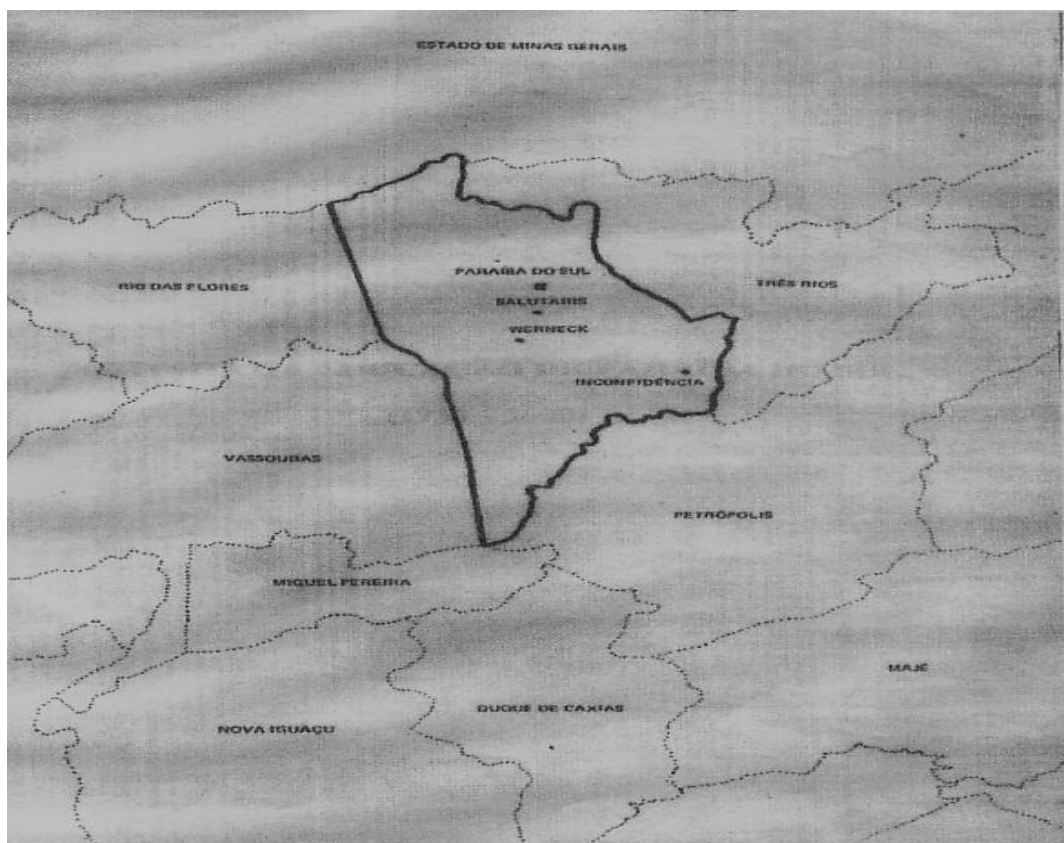
Com a lei provincial n.º 1653, de 20 de dezembro de 1871, Paraíba do Sul deixa de ser uma vila e foi elevada à categoria de cidade. Tanto Silva (1991) como Cybelle e Marcello Ipanema (1991) apresentam a divisão administrativa da cidade. Mencionamos essa organização, pois ela ultrapassa o século XIX e chega ao período estudado sem mudanças. E também nos ajuda a compreender o território estudado por nós.

Integravam o município de Paraíba do Sul, em 1876, as seguintes freguesias: de S. Pedro e S. Paulo (cidade) – já não se fala em N.S. da Conceição -, já criada como dito, em 2 de janeiro de 1756; Santo Antônio da Encruzilhada, criada pela Lei provincial n.º 830, de 25.10.1855; N.S. da Conceição de Bemposta, criada pela Lei provincial de n.º 7 811, de 06.10.1855, e Santana de Cebolas, (...) criada em 7 de maio de 1839.

Segundo a divisão administrativa para o ano de 1911, o município compreende 7 distritos: Paraíba do Sul, Entre Rios, Mont Serrat, Encruzilhada, Bemposta, Santana de Tiradentes e Areal [...] estes 7 distritos justificam o emblema municipal, criado pela Deliberação n.º 365, de 28.12.1928, com idealização de Hebert Aurélio Abrão, que orna o gabinete da Prefeitura. Sobre listas verdes e amarelas, estrelas brancas – uma maior, a sede, e seis menores (IPANEMA, 1991, p.157).



Os legisladores seguiram o conselho de Cecília Meireles, autora da epígrafe do nosso capítulo; fizeram seu desenho com apurado rigor, mediram as dimensões, projetaram estruturas. Eis a cidade e os municípios que com ela fazem fronteira. Na parte superior do mapa está o estado de Minas Gerais.



Fonte: BARBOSA, Regina Celi, 2005, p. 48.

No mapa está representado com pontos em negrito os distritos administrativos contudo, gostaríamos de salientar que nele, o segundo distrito de Entre - Rios, já aparece como uma cidade independente de Paraíba do Sul, essa divisão ocorreu em 1938, ou seja, depois no período desse estudo. Essa cidade nasceu nas terras deixadas pela Condessa do Rio Novo para o sustento das meninas desvalidas do Educandário Nossa Senhora da Piedade.

Incluímos o mapa por entender que ele sintetiza um processo histórico que abarca da fundação da cidade por Garcia Paes Leme, sua elevação a vila, em 1833 e depois a cidade em 1871.



Há outras possibilidades de conduzir essa história, há outras possibilidades de refazer o desenho, contudo essa foi a minha escolha. O Educandário Nossa Senhora da Piedade está inserido nessa cidade e recoberto por uma densa trama; ele foi construído a partir dos projetos<sup>4</sup> dos agentes e sujeitos históricos. Apresentá-lo separadamente da história da cidade seria como se ele estivesse solto, pairando no ar.

Falar da evolução urbana nos permitirá desenvolver reflexões sobre as características arquitetônicas do prédio, e também da sua localização, essa será a nossa preocupação no segundo capítulo. O prédio ocupa uma grande área no centro da cidade, o que nos permite compreender também, áreas ainda nubladas da educação feminina de meninas desvalidas.

Dentro do projeto modernizador, não constava apenas ligar a cidade ao Rio de Janeiro através de um meio de transporte mais eficiente e rápido, era preciso educar a massa trabalhadora, para operar as máquinas, dessa forma a expansão da malha escolar para o interior foi uma maneira de civilizar, de romper o quadro de atraso que ainda reinava no país.

Seguindo os preceitos divulgados pelos positivistas era preciso ampliar a escolarização da massa trabalhadora, pois isso contribuiria com a *ordem*, o primeiro passo para atingir o progresso era transformar os *bilontras*,<sup>5</sup> em gente laboriosa, afeita ao trabalho, essas medidas incidiam sobre os vadios, moleques e malandros, as meninas desvalidas também não estavam livres delas.

Já fizemos o contorno do desenho, agora é preciso enchê-lo de cor. É preciso usar uma paleta de cores, em que organizamos as cores e as nuances. Não queremos um desenho barroco com cores fortes, com o contraste do claro e do escuro. Pretendemos caminhar junto aos pintores impressionistas, cujas pinceladas passo a passo, golpe a golpe, preenchem a tela, com tons e sobre tons.

---

<sup>4</sup> Utilizamos o conceito de projeto de Gilberto Velho, citado por Celso Castro em os **Militares e a República**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p.11 A noção de projeto – conduta organizada para atingir objetivos específicos – enfatiza o caráter da ação. Isso não quer dizer que seja uma ação totalmente racional ou que elementos inconscientes não sejam importantes, e sim que o projeto é um instrumento básico para a negociação da realidade e a construção de identidades sociais.

<sup>5</sup> Expressão usada por José Murilo de Carvalho, cunhada dos impressos fluminenses do início do século XX, que representa a carnavalização dos movimentos sociais, pelos habitantes do Rio de Janeiro. “Bilontra é o espertalhão, o gozador é o tribofeiro”. Ver **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Dentro do desenho há linhas e entrelinhas. O que vemos é o que se mostra? Ou vemos o que queremos ver? Os pintores impressionistas leram as críticas de Morelli<sup>6</sup>? Seriam eles guiados pelo paradigma indiciário?

## 1.2 – Uma paleta de cores: A cidade de Paraíba do Sul de 1925 a 1930

Paraíba do Sul possui 40.000 habitantes na década de 1920, segundo o censo do IBGE, podemos considerar um número elevado para uma cidade do interior, o prefeito da cidade, entre 1925 a 1930, é Pascoal de Gregório Spino, membro da Mesa Administrativa da Irmandade Nossa Senhora da Piedade, que administrava o Educandário Nossa Senhora da Piedade. Ele e seu irmão fundaram uma companhia que abastecia a localidade de luz elétrica, antes da chegada da Light.

Esses homens buscavam apoio nas associações religiosas como uma forma de encontrar legitimidade. Mesmo com a separação proposta na Constituição republicana de 1891, o Estado e a Igreja ainda caminhavam juntos, e isso pode ser exemplificado em Paraíba do Sul pela construção de uma escola pública dentro de uma instituição católica, destinada a educar e abrigar meninas desvalidas.

Através de informações verbais obtidas de pessoas portadores de reconhecida idoneidade moral de nossa Comunidade, pudemos montar o seguinte documento:

Em seu testamento, a Condessa do Rio Novo, legou à Casa de Caridade de Paraíba do Sul, então Asilo Nossa Senhora da Piedade, sua fazenda e apólices de seguro e exigiu que junto a esta casa, funcionasse uma escola com a finalidade de atender às asiladas.

De início, a escola foi dirigida pelas próprias irmãs como escola particular. Em 1925, pelo decreto n.º 2.106 de 02/03/1925, foi criada a Escola Estadual, com o nome de Escola Asilo Nossa Senhora da Piedade, tendo por finalidade atender não só as asiladas, assim como as crianças da periferia. Assim continuou até a década de 1960, quando foi extinta, voltando a ser mantida pela Irmandade.

---

<sup>6</sup> Crítico de arte italiano escreveu um livro que influenciou Freud, produziu importante artigo na segunda metade do século XIX, propondo um método de análise, no qual a autoria se revelaria em detalhes inconscientes, que escapariam ao próprio autor. Para ele “é preciso não se basear, como normalmente se faz, em características mais vistosas, portanto mais facilmente imitáveis, dos quadros: os olhos erguidos para o céu dos personagens e Perugino, o sorriso dos Leonardo, e assim por diante. Pelo contrário, é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia (GINZBURG, 1989, p.144).

Em 1969, a pedido do chefe da Inspectoria de Ensino de Paraíba do Sul, Sr, Manoel Gonçalves d'Ascensão, a Escola estadual foi reativada com o nome Escola Estadual Condessa do Rio Novo, através do Decreto 14.399 de 14/11/1969, com professores mantidos pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Não há nenhum documento oficial de comprovação. Em Março de 1955, a referida Casa foi vitimada por um incêndio, no qual perdeu-se toda a documentação.

Atenciosamente

Maria Nilda de D'Addazio Cabral pela Direção.<sup>7</sup>

A citação feita anteriormente nos apresenta que essa relação foi marcada por disputas. Primeiro a escola foi criada pela Irmandade Nossa Senhora da Piedade para cumprir o testamento da Condessa do Rio Novo, e esta instituição foi dirigida pelas próprias vicentinas, e só depois passou para as mãos do poder público estadual. A minha pergunta é: Por que não para esfera pública mais próxima, ou seja, para a direção da municipalidade?

Isso reforça os meus argumentos, da ausência de escolas, que pudessem educar as meninas desvalidas. Embora fugindo um pouco a nossa temporalidade, o documento apresenta a retomada da escola, pelas irmãs vicentinas, que voltaram para a direção da na década de 1960.

Em 1969, o poder público estadual retoma a direção da escola, com novo nome, Escola Estadual Condessa do Rio Novo. Como relata o documento, seu arquivo também se perdeu com o incêndio sofrido em 1955, o que nos impede de cruzar os documentos de matrícula de alunos e acompanhar a trajetória escolar das meninas.

Perrot (2005) nos ajuda a compreender a tensão instaurada das ações das mulheres nos domínios dos espaços público e privado. Gostaria de salientar na citação anterior, as mulheres que rezam.

Está entendido: as mulheres falam, inicialmente entre elas, na sombra do gineceu ou da casa; mas também no mercado, no lavadouro, local de mexericos temido pelos homens que têm medo de suas confidências. O incessante murmúrio acompanha, na surdina, a vida cotidiana. Ele exerce múltiplas funções: de transmissão e de controle, de troca e de rumor. As mulheres contam, dizem –e maldizem – cantam choram, suplicam e rezam, clamam e protestam, tagarelam e zombam, gritam e vociferam. A voz das mulheres é um modo de expressão e uma forma de regulação das sociedades

---

<sup>7</sup> Memorando da Escola Municipalizada Condessa do Rio Novo. Acervo Escola municipal Condessa do rio Novo.

tradicionais onde predomina a oralidade. Mas sua palavra pertence à vertente privada das coisas (PERROT, 2005, p. 317).

Elas saíram do espaço da clausura, que representa a religião, e também o espaço privado de recolhimento. Elas disputaram o espaço público marcado pela ação política dos homens. Eles queriam que elas se ocupassem apenas da caridade, do cuidar. E elas queriam mais. Elas queriam o espaço destinado ao ensino.

A educação é concebida como uma fissura, pela qual as mulheres podem exercer outras funções, que não apenas a função doméstica, de mãe, ou a função conjugal de esposa. A educação permitiu a mulher ser educadora, ter a posse da palavra e por meio dela expressar a sua visão de mundo.

As mulheres ao escolherem a vida religiosa, também rompiam com a ordem estabelecida socialmente. Renunciar ao casamento era também uma forma de protesto e de poder sobre o próprio corpo. Elas optavam por uma vida numa comunidade que não reproduzia os papéis sociais tradicionais de pai, mãe e filho (a). Isso não quer dizer que, internamente não exista hierarquia nas ordens religiosas femininas.

Hannah Arendt (2007) nos ajuda na discussão sobre as esferas do público e do privado, que são pertinentes a nossa investigação para que possamos adicionar novos contornos ao nosso desenho.

O termo público [...] significa em primeiro lugar, tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem maior divulgação possível. [...] Em segundo lugar, o termo público significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos e diferente do lugar que nos cabe dentro dele (ARENDR, 2007, p.59 e 62).

Através da citação feita anteriormente, percebemos que a esfera pública é comum a todos. Devemos atentar também para descrição da esfera pública, através do auxílio da metáfora dos sentidos externos de ver e ouvir, ao contrário do tato, do paladar e do olfato que são sentidos internos.

A autora acrescenta: “a esfera pública reúne os homens e, ao mesmo tempo, evita que os homens colidam. Ela deve ser planejada para ultrapassar uma geração.”

A esfera publica, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o numero de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes,

é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas às outras e de separá-las. [...] Só a existência de uma esfera pública e a subsequente transformação do mundo em uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles depende inteiramente da permanência. Se o mundo deve conter um espaço público, não pode ser construído apenas para uma geração e planejado somente para os que estão vivos: deve transcender a duração da vida de homens mortais (ARENDETT, 2007, p.62 e 64.).

O espaço público foi pensado também, para abrigar os livres e iguais, no qual a política se insere tanto na formulação de leis e tratados como na discussão dos mesmos, pois para se ocupar dos assuntos públicos, o cidadão não poderia se preocupar com assuntos pessoais e privados.

Para Arendt (2007), o acesso ao espaço público se dá através do domínio do espaço privado. Eles não se contrapõem, ao contrário coexistem. A esfera privada era a esfera da casa que representava o lugar de cada um no mundo.

A segunda importante feição não privativa da privacidade é que as quatro paredes da propriedade particular de uma pessoa oferecem o único refúgio seguro contra o mundo público comum – não só contra tudo o que nele ocorre mas também contra a sua própria publicidade, contra o fato de ser visto e ouvido. Uma existência vivida inteiramente em público, na presença de outros, torna-se como diríamos, superficial. Retém a sua visibilidade, mas perde a qualidade resultante de vir à tona a partir de um terreno mais sombrio, terreno este que deve permanecer oculto afim de não perder sua profundidade num sentido muito real e não subjetivo. O único modo eficaz de garantir a sombra do que deve ser escondido contra a luz da publicidade é a propriedade privada – um lugar só nosso, no qual podemos nos esconder (ARENDETT, 2007, p. 81).

Perrot (2009), em recente publicação amplia a investigação sobre o público e o privado em bases diferentes de Arendt. A autora citada anteriormente, volta seus olhos para a história da vida privada questionando o lugar das mulheres dentro de complexas estruturas, fazendo-as falar de suas histórias e também da história do seu ponto de vista, incluindo-as em momentos populares, em que a pena dos historiadores as tinha silenciado e enfraquecido a sua participação.

Perrot (2009) inicia sua reflexão pelo marco da contemporaneidade para acenar nos novos contornos dos conceitos de público e privado.

Num prazo mais longo, a Revolução acentua a definição das esferas pública e privada, valoriza a família, diferencia os papéis sexuais estabelecendo uma oposição entre homens políticos e mulheres domésticas. Embora patriarcal, ela limita os poderes do pai em vários pontos e reconhece o direito do

divórcio. Ao mesmo tempo, proclama os direitos do indivíduo, esse direito à segurança no qual começa a se fazer presente um habeas corpus que, ainda hoje [1986] na França, carece de uma garantia mais sólida; ela lhe confere uma primeira base inicial: a inviolabilidade do domicílio, cuja transgressão está sujeita, desde 1791, a penas severas previstas no artigo 184 do Código Penal (PERROT, 2009, p.14).

Com a citação feita anteriormente, queremos destacar os instrumentos jurídicos criados para diferenciar as esferas pública e privada, a limitação do poder dos sujeitos e agentes históricos, seus direitos e também os princípios que regem a ação do Estado.

Lynn Hunt (2009), aprofunda a discussão, ao mencionar a interpenetração das esferas; demonstrando que houve uma grande flutuação das fronteiras entre o público e o privado.

Durante a Revolução, as fronteiras entre a vida pública e a vida privada mostram uma grande flutuação. A coisa pública, o espírito público invadiram os domínios habitualmente privados da vida. Não resta dúvida de que o desenvolvimento do espaço público e a politização da vida cotidiana foram definitivamente responsáveis pela redefinição mais clara do espaço privado no início do século XIX. O domínio da vida pública, principalmente entre 1789 e 1794, ampliou de maneira constante, preparando o movimento romântico do fechamento do indivíduo sobre si mesmo e da dedicação à família, num espaço doméstico determinado com maior precisão. No entanto, antes de chegar a esse termo, a vida privada iria sofrer a mais violenta agressão já vista na história ocidental (HUNT, 2009, p.18).

Ana Maria Magaldi (2001), a partir de discursos jurídicos e também apoiada em Perrot, caracteriza o público e o privado como:

Considerando que o espaço privado é o espaço do “indizível”, dos gestos muitas vezes inconfessáveis conduzidos “ ao abrigo de olhares indiscretos” da “sombra” contraposta à “luz” representada pelo espaço público, pode afirmar que práticas multiformes vividas no interior das casas tem historicamente convivido com a imposição de normas sociais mais amplas, afastando-se destas com muita frequência e em tensão constante. A novidade que pode ser assinalada como uma marca específica de nosso tempo reside na expressão de um processo no sentido da validação social e inclusive jurídica de formas de relações familiares que, existentes desde longa data, não eram reconhecidas enquanto tal (MAGALDI, 2001, p.5).

São importantes as reflexões desses autores, para compreendermos o nosso objeto - um Educandário Católico, destinado às meninas desvalidas, que em seu interior possui uma escola pública, alvo da disputa entre as religiosas vicentinas e o próprio Estado. Isso acena para a presença da Igreja Católica em diferentes espaços.

O século XIX, assim, esboçaria uma idade de ouro do privado, onde as palavras e as coisas se precisam e as noções se refinam. Entre a sociedade civil, o privado, o íntimo e o individual traçam-se círculos idealmente concêntricos e efetivamente entrecruzados (PERROT, 2009, p.9).

Ainda encontramos vestígios, do entrecruzamento da esfera pública com a privada, nos primeiros anos do século XX. Entre as ações dos homens – senhores do espaço público, queremos destacar o orçamento da Câmara de Paraíba do Sul. Em 5 de Dezembro de 1924, ela votou as despesas para o ano de 1925, fixando os gastos em 255\$750:000, ou seja, duzentos e cinquenta e cinco contos e setecentos e cinquenta réis.

O orçamento é dividido em Parágrafos, em que o primeiro estabelece os gastos com a Administração, o segundo com a Portaria, o terceiro com a Fiscalização, o quarto com as Obras Públicas, o quinto com a Instrução Pública, o sexto com a Limpeza Pública, o sétimo com a Iluminação. A partir deste documento, constatamos que a educação não era a prioridade em termos de dotação orçamentária, como mostra o quadro:

**Quadro 1- Contas Públicas**

CONTAS PÚBLICAS ANO DE 1927	\$	%
ITENS		
Prefeito	7:200\$000	2,37
Oficial de secretaria	5:400\$000	1,78
Coletor Municipal	5:400\$000	1,78
Escrivão	5:400\$000	1,78
Porteiro	3:000\$000	0,98
Inspetor Fiscal	3:000\$000	0,98
Fiscais dos Distritos 1º,3º,4º,5º,6º e 7º	14:400\$000	4,75
Zelador do Abastecimento d'água	2:700\$000	0,89
Zelador do Cemitério da cidade	1:200\$000	0,39
Diretor Técnico	4:800\$000	1,6
Obras	130:700\$000	43,12
Execução de Serviços com imposto de testada	8:000\$000	2,64
Inspetor Escolar	1:800\$000	0,59

Professores	20:400\$000	6,73
Material escolar	1:800\$000	0,59
Limpeza Pública da Cidade	13:000\$000	4,3
Limpeza de Entre Rios	13:000\$000	4,3
Iluminação Publica da Cidade, Entre Rios e Mont Serrat	23:000\$000	7,6
Iluminação de Areal	5:000\$000	1,65
Empréstimo de 1908	1:425\$000	0,47
Empréstimo de 1919	4:375\$000	1,44
Auxílio e Assistência de Entre Rios	600\$000	0,2
Eleições	1:500\$000	0,5
Expediente da Secretaria, assinatura de Jornais, selos telegramas telefones e livros	3:500\$000	1,15
Expediente da Secretaria da Câmara	1:500\$000	0,5
Publicações dos Trabalhos da Prefeitura E da Câmara	2:700\$000	0,9
Representação do Prefeito	1:200\$000	0,4
Reforço de Verbas	1:000\$000	0,33
Despesas Judiciais	1:000\$000	0,33
Socorros Públicos	1:500\$000	0,5
Eventuais	4:700\$000	1,55
Restituições	500\$000	0,16
Agente Municipal	4:800\$000	1,58
Fiscal do 2º Distrito	2:400\$000	0,79
Zelador do Cemitério	1:200\$000	0,38
Total	303:100\$000	100

Fonte: Atas da Câmara de Paraíba do Sul de 1925.

Analisando o quadro anterior podemos conhecer o percentual gasto com educação. No orçamento da Prefeitura de Paraíba do Sul, em 1925, são 17 professores recebendo a quantia de 1:700\$000 e o Inspetor escolar recebendo 1:800\$000, são os



menores salários pagos aos funcionários municipais, eles recebem menos que o Contínuo, que o Zelador do Abastecimento de Água, que o Diretor Técnico.

Sônia Câmara (1997)<sup>8</sup> em sua dissertação de Mestrado sobre o Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca, apresenta os orçamentos das escolas profissionais femininas, o que nos permite estabelecer uma comparação entre os gastos destinados pela Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul e o Distrito Federal.

No quadro organizado pela autora encontramos valores no período de 1899 a 1932, no momento nos interessa o ano de 1925. O valor destinado ao Instituto Profissional Orsina da Fonseca é 407:166\$00, ou seja, maior que o orçamento da Prefeitura de Paraíba do Sul.

Contudo, não podemos esquecer que, a arrecadação do Distrito Federal é maior do que a de Paraíba do Sul. A autora não apresenta o orçamento do Distrito Federal para que possamos analisar os outros gastos, e dizer se, o mesmo investiu muito ou pouco na educação das meninas desvalidas.

Grande parte do orçamento da Prefeitura de Paraíba do Sul, do ano de 1925 foi gasto com Obras, eles representaram 43% do orçamento anual. Se somarmos os gastos com Inspetor Escolar, Professores e Material Escolar, isso nos permite apontar que, eles destinaram apenas 7,82% do orçamento anual para Instrução Pública.

A intervenção no espaço físico representa o momento republicano de construção da cidade. Investir pesadamente em obras públicas representava dotar a cidade de maior infra-estrutura, e ao mesmo tempo modificar o traçado colonial da cidade. Para os políticos republicanos a cidade precisava vestir-se de modernidade e civilização.

Encontramos no jornal O Arealense, no dia 17 de Outubro de 1925, um artigo escrito por A.J. Lacerda intitulado *Instrução Primária*, no qual o autor preocupado com a formação dos professores, adverte dos danos que um professor sem o conhecimento pode causar na infância. Para ele os que ensinam devem adquirir conhecimento para que possam auxiliar na construção da sociedade. Ouçamos o autor:

---

<sup>8</sup> Ver Sônia de Oliveira Câmara. **Reinventando a Escola: O Ensino Profissional Feminino na Reforma Fernando de Azevedo de 1927 a 1930.** Dissertação de Mestrado. UFF - Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 1997, p. 260.

Todos nós sabemos que o governo empenha-se com todo afan (sic), em extinguir o analfabetismo do nosso território, e o governo fluminense tem provado, pelos seus atos, que encara esse problema como digno de imediata solução, mas, por motivos múltiplos, não tem podido atender, como deseja, aos clamores dos lugares em que a necessidade se faz sentir, por isso é digna de louvor à iniciativa daqueles que se dedicam ao ensino particular, onde o analfabetismo prolifera sem sentir a ação governamental. Mas para que o ensino seja profícuo é preciso que aqueles que se dedicarem, tenham conhecimentos, ainda que rudimentares, do que ensinam, porque, em caso contrário, o ensino é mais prejudicial do que útil. Ora a população não está na altura de compreender os prejuízos que pode causar uma inteligência às vezes precoce, mal cultivada e vai se deixando levar pelas aparências exteriores e não trata de examinar o fundo se chama o germe do mal que com o tempo via se desenvolvendo até dar frutos que envenenam e infelizmente, a origem do mal é desconhecida, e não pode ser aplicado o ingrediente curativo, e assim o mal se alastra sem ser interceptado. É, portanto, conveniente que a pessoa que se sente com vocação para a nobre missão de ensinar e não tenha os preciosos conhecimentos para exercer essa função, faça esforços para adquiri-los, porque o desempenhará conscientemente a missão que lhe for confiada e prestará melhores serviços a sociedade em cujo seio vive. Há professores particulares que são dignos ecônomos, como aqui os termos mas há alguns que aqui além, que são verdadeiros canhotos, portanto destes a instrução nada tem a esperar que possa beneficiar aos futuros cidadãos da Pátria. Não se pode exigir que um professor particular seja um pedagogo, mas é preciso que saiba ao menos ler, escrever e conheça bem as quatro operações fundamentais. Ler ligando os períodos e as preposições, sem atender sinais da pontuação fazendo predominantes as sílabas predominadas e vice-versa, não é saber ler, escrever empregando umas letras por outras, letras maiúsculas em lugar de minúsculas e vice-versa, não é saber de professores particulares, logo esses professores são muito mais prejudiciais do que úteis. A arte de dirigir a infância é mais importante do que se supõe, porque é da infância que se deve começar a formar homens que vão compor a sociedade e se esses componentes não forem preparados em tempo, não haverá homogeneidade entre os seus membros e impossível será haver paz e felicidade. O saber não é privilégio de ninguém todos podem saber se tiverem boa vontade e aqueles que têm desejo de ensinar devem ter maior desejo de aprender. Depois da descoberta da imprensa, a instrução tornou-se ao alcance de todos, dependendo somente da boa vontade, e a pessoa que tem desejo de ensinar deve ser dotada dessa virtude, a não ser que ensine somente visando o resultado pecuniário que possa colher. Assim, sendo o educador não tem em vista ser útil à sociedade, senão a si próprio logo em vez de louvor merece censura. Procurem os Srs. professores particulares, não possuem os conhecimentos indispensáveis à profissão que exercem fazer aquisição deles para transmitir aos seus discípulos que prestarão um grande serviço a Pátria e a sociedade (JORNAL O ARREALENSE, 1925, p.4).

O pequeno número de escolas esconde outro inimigo do regime republicano – o analfabetismo. Era necessário expandir as escolas com professores bem formados para levar a luz do conhecimento aos lugares mais distantes do estado do Rio de Janeiro. Através da análise das Atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul foi possível mapear 17 escolas mantidas pelo poder público municipal.

Cruzando as duas fontes: o Orçamento da Câmara apresentado anteriormente com o texto do período *O Arealense*, entendemos a necessidade de atuação em duas

frentes, uma era o combate ao analfabetismo outra era a pobreza e o ar colonial estampado nas ruas estreitas da cidade.

Embora a Constituição republicana vedasse o acesso à participação dos analfabetos nas eleições, os que possuíam uma instrução rudimentar fugiam a essa classificação. Porém, não possuíam capital cultural e econômico para fugir da dominação dos coronéis, cujo voto de cabresto era apenas um indício da relação de dominação.

O texto do jornal *O Arealense* é muito rico, e nos permite discutir a instrução pública de Paraíba do Sul sob diferentes perspectivas. O autor reconhece o esforço do governo em acabar com o analfabetismo na sociedade brasileira. O analfabetismo é visto como uma chaga, era preciso combater a ignorância e a pobreza.

Na primeira parte do texto, o autor, ao mesmo tempo em que reconhece o esforço do governo, lamenta que ação do governo não tenha alcançado êxito, acabando com o analfabetismo.

Ele também denuncia que, as ações educacionais do governo estadual são mais perceptíveis na cidade do que as ações do governo municipal indicando assim a fragilidade do mesmo, no que tange a educação. A fragilidade do poder municipal abriu espaço para a atuação privada na educação.

As críticas mais contundentes do texto, não se dirigem a fragilidade da ação do poder público municipal na educação, e sim, na formação do professor. Para o autor, há uma grande necessidade de mão-de-obra qualificada trabalhando na educação. Seria isso também uma das causas da grande taxa de analfabetismo?

Para o autor, o povo também não era capaz de compreender, a extensão de um professor com uma formação deficiente. Mais uma vez o povo é retratado como *bestializado*<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Expressão utilizada por Aristides Lobo recuperada por José Murilo de Carvalho, que denuncia a forma como o povo recebeu a notícia da proclamação da República. “Em frase que se tornou famosa, Aristides Lobo, o propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a maneira pela qual foi proclamado o novo regime. Segundo ele, o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido o protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar” (CARVALHO, 1987, p.9)

A profissão exige vocação, não podia ser vista como ato de boa vontade, ou como uma profissão que rendesse lucro. Não seria esta a origem do baixo salário pago aos professores?

Os vocacionados precisavam estudar, pois os professores deveriam ter domínio da leitura, da escrita e das quatro operações matemáticas. Como ensinarão aos alunos, se eles mesmos não sabem? Esta pergunta aparecia nas entrelinhas do texto jornalístico. O analfabetismo é uma chaga, mas ela não pode ser combatida com professores sem formação.

O tom nacionalista ganha o discurso, ao apresentar a necessidade de rever as bases da formação docente, pois a educação é um serviço prestado a pátria. No Canon Positivista, a felicidade da nação estava acima da felicidade dos indivíduos.

A.J. de Lacerda reconhecia que a infância era um estágio da vida peculiar, para ele a infância é tempo de formação. Ele reconhece que há uma necessidade de formar para a sociedade indivíduos para a paz e felicidade. Estaria ele fazendo alusão a um projeto humanista de educação?

A educação era também uma forma de controle social da classe trabalhadora, logo, inculcar nas mentes dos novos cidadãos o valor civilizatório do trabalho foi uma meta perseguida pela República, como nos mostra Chalhoub:

Educar significa inculcar no indivíduo “essas grandes qualidades que tornam um cidadão útil e o fazem compreender os seus deveres e os seus direitos”. Ora, que grandes qualidades são essas que fazem de um indivíduo um cidadão “útil” de “caráter”? O amor e o respeito religioso a propriedade são, sem dúvida, qualidades fundamentais do bom cidadão. [...] Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada” (CHALHOUB, 2001, p.69).

Na citação feita anteriormente, a educação faz parte do processo civilizador. Esse ideal estava presente tanto nos discursos médicos como também nos jurídicos, ambos pretendiam agir de maneira corretiva no corpo social, com seus saberes, para livrar a sociedade brasileira da *barbárie*, que era identificada com o grande número de analfabetismo.

Para formar uma consciência nacional dois elementos eram importantes: educação e trabalho. Ana Maria Magaldi (2001) nos diz que:

A partir dos anos 1910/20, grande parte da intelectualidade, insatisfeita com os rumos tomados pelo regime republicano e com os fortes compromissos mantidos entre este e os interesses oligárquicos associados ao “atraso”, dedicava-se à reflexão sobre a realidade brasileira, produzindo uma série de diagnósticos nos quais era ressaltada a ausência de uma consciência nacional em nossa sociedade (MAGALDI, 2001, p.8).

A este respeito nos revela Sônia Câmara (1997):

Cinco anos após ter deixado o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, a concepção de nação desenvolvida por Fernando de Azevedo tem na escola e nas instituições educacionais o fator preponderante de assimilação pelas novas gerações dos princípios fomentadores da identidade nacional. O trabalho da escola é de cimentar a consciência comum da nação (CÂMARA, 1997, p.44).

Nesse projeto de formação da nação, a escola exercia um papel preponderante, a ela cabia a formação de cidadãos úteis e o espaço escolar foi disputado por grupos com propostas diversas, entre eles citamos os reformadores liberais e os católicos, que não queriam abrir mão do espaço de divulgação juntos às famílias do pensamento católico, para isso, cabia recorrer ao prestígio, ao elogio e a influência que cada grupo possuía, buscando legitimar o seu projeto.

### **1.3 - Prestígio, Elogio e influência: os bastidores da política republicana em Paraíba do Sul**

Ainda estamos construindo o nosso desenho e, para tanto, gostaríamos de acrescentar mais elementos. São eles: as ações políticas, que se desenrolam nos bastidores da política republicana. Esses novos tons nos ajudam a colorir o céu, em tons de azul e cinza e formar as nuvens que cobrem a cidade de Paraíba do Sul.

Em 19 de Janeiro e nas noites subsequentes, durante mais de um mês, apareceram nas imediações do Asilo de N. S. Piedade, grupos de pessoas suspeitas, tentando forçar as portas do edifício e promovendo algazarra. Tomando as providências, que o caso requeria, na impossibilidade de se

chegar a reconhecer os autores de tal audácia, que pôs em sobressalto as Irmãs de S. Vicente de Paula e amedrontou as internas, obrigando os amigos desta casa que, pressurosos correram em defesa delas, a fazer uso de armas de fogo, em respostas às provocações dos desordeiros, ficamos na defensiva até que com providencial nomeação do Dr. Oscar Penna Fontenelle para Chefe de Polícia do Estado do Rio cessou, de uma noite para outra a brincadeira de mau gosto (RELATÓRIO DO PROVIDOR RANDOLPHO PENNA JUNIOR, 1925, p.1).

O que teria levado um grupo de pessoas a agir contra bondosas irmãs de caridade e meninas desprotegidas? Por que tanta fúria foi desferida contra os portões do Educandário Nossa Senhora da Piedade?

Esse episódio também ganhou as páginas do jornal O Arealense, no mesmo ano, em que o que chama a nossa atenção foi que os populares usaram armas de fogo e espantaram os arruaceiros, que a princípio não foram identificados, mas veremos logo a seguir que, os arruaceiros tinham motivos para se insuflarem contra a irmandade, pois o que estava em jogo eram as terras deixadas pela Condessa, que compunham a fazenda do Cantagalo. Deixemos a história seguir e ouçam o relato:

Coincidindo, porém, o atentado, a que me referi com o início da defesa que, na qualidade de Provedor, entendi fazer, devidamente autorizado pelo Revdo. Monsenhor José Maria Parreira Lara, hoje Bispo de Santos, do Patrimônio desta Instituição, seriamente ameaçado pelo interdito proibitório requerido contra Domingos Soriano Guimarães, arrendatário da Casa de Caridade, por dois intitulados ex-escravos da veneranda Condessa do Rio Novo. Provavelmente houve quem aconselhasse os pobres pretos a cuspirem nas mãos dos que nunca pensaram em lhes fazer mal. Nunca falta quem advogue causas más e odientas (RELATÓRIO DO PROVIDOR RANDOLPHO PENNA JUNIOR, 1925, p.1).

As terras pertencentes ao Educandário Nossa Senhora da Piedade foram arrendadas por Domingos Soriano Guimarães, essa afirmação já nos permite dizer que, se alguém estava por trás do tumulto, provavelmente era alguém que coadunava do mesmo pensamento de Domingos, que teve seus interesses vetados pelo provedor, ele e duas outras pessoas que no relato foram chamados de ex-escravos da Condessa do Rio Novo.

Devemos reparar como a escravidão era recente na memória do narrador e, em momentos de crise, ela volta à cena política, como elemento de distinção social. O narrador retirou o foco da luta pela terra e o colocou no medo que causaram as irmãs e as meninas e também na ingratidão dos pobres pretos.

A sociedade sul paraibana, da década de 1920, era atravessada por disputas econômicas e políticas. Seus agentes e sujeitos históricos, não abriam mão do teatro das representações, como nos diz Thompson (1998):

Numa sociedade de total dependência e clientelismo, encontra-se frequentemente a ameaça anomia, ou até o ato terrorista individual, no outro lado da moeda da deferência simulada. É exatamente numa sociedade rural, em que toda resistência aberta e identificada ao poder vigente pode resultar em retaliação imediata – perda da casa, emprego, arrendamento, se não vitimação pela lei – que tendemos a encontrar os atos obscuros: a carta anônima, o incêndio criminoso da lenha ou da casinha, o gado jarretado, o tiro ou tijolo pela janela, o portão fora dos gonzos, às árvores do pomar derrubadas, as comportas do lago dos peixes abertas à noite. O mesmo homem que fez uma reverência – pode à noite matar as suas ovelhas, roubar os seus faisões ou envenenar os seus cães (THOMPSON, 1998, p.64).

Thompson mais uma vez nos ajuda a entender as relações sociais, pois a piedade é uma ação política, pois confere visibilidade ao político que por meio da caridade, constrói uma imagem de homem que se compadece das dores do povo. Os que são alvo da piedade deixando de reivindicar seus direitos, pois eles são atendidos através das instituições de caridade dirigidas por homens que estão nos cargos públicos.

O ato de aproximar-se dos vitoriosos para conseguir favores e benefícios e o ato afastar-se dos perdedores para não sofrer o revés do fracasso nas urnas, demonstravam a encenação, o jogo de interesses, a disputa por cargos políticos e a implementação de projetos na cidade de Paraíba do Sul.

Nesta cidade, os políticos pretendiam usar as escolas para marcar as suas vitórias nas urnas, colocando como nome das escolas a data dos pleitos, nos quais obtiveram êxito. Vejamos o relato:

Pedi a palavra o vereador Dr. Barros Franco e em brilhante oração, congratulou-se com a Câmara pelo motivo de sua primeira reunião, com o Dr. Rocha Werneck pela vitória do pleito de 22 de setembro de 1929 e propôs que fosse dada a designação de “22 de Setembro” a uma das Escolas Municipais, para que assim fique perpetuada aquela memorável data, na qual se firma o maior pleito, digo, dos pleitos do município e no qual ficou patenteado o valor e o brio do sul - paraibano (ATAS DA CÂMARA DOS VEREADORES, 1930, p.6).

As reflexões de Jose Augusto Ramos da Luz (2008), sobre os conflitos políticos da Bahia, no período da Primeira República, nos auxiliam a pensar as relações políticas em Paraíba do Sul:

A estrutura oligárquica, representada pelo coronelismo na Bahia perpassou de forma marcante toda a Primeira República, impedindo muitas vezes, qualquer ação política centralizadora por parte do governo do estado que tentava estruturar o seu poder político em meio a constantes negociações e relações conflituosas entre os blocos oligárquicos. Durante todo este período, o Estado foi incapaz de manter e supervisionar os interesses da maioria (LUZ, 2008, p.240).

Consideramos que a citação acima, expressa um cenário político semelhante ao de Paraíba do Sul. Na década de 1920, Paraíba do Sul estava em declínio econômico, seus políticos não tinham poder para influenciar os rumos da nação, recorrendo às alianças firmadas com os políticos dos grandes centros econômicos para manter-se no poder e controlar socialmente o grupo, que formava a sua clientela eleitoral. Nas atas da Câmara encontramos declarações que ilustram essa situação:

“Moções” A Câmara Municipal de Paraíba do Sul, composta em sua unanimidade de vereadores filiados ao Partido Republicano Fluminense, de que é Chefe o eminente estadista brasileiro Dr. Feliciano Sodré, Presidente do Estado do Rio de Janeiro, em sua primeira reunião depois da eleição presidencial, resolve inserir na ata dos trabalhos um voto de sincera exaltação patriótica pelo feliz resultado do pleito no município e em todo o território do Estado, congratulando-se com o Povo e com o Partido pelo entusiasmo com que foram sagrados nas urnas os nomes dos Doutores Washington Luís Pereira de Souza e Fernando de Mello Viana. Eleitos pela unanimidade de votos dos cidadãos membros do Partido Republicano Fluminense, órgão de pensamento político da maioria dos habitantes do Estado, os futuros Presidente e Vice-Presidente da República receberam dos fluminenses a maior e decidida prova de solidariedade, e apoio para que possam prestar a nossa pátria os serviços, que ela está a reclamar para o prosseguimento da obra incitada pelo grande brasileiro Dr. Arthur da Silva Bernardes – serviços alias de que são seguras garantias, as magníficas tradições de energia e civismo dos dois ilustres políticos. Sala das sessões 8 de Março de 1926 – Miguel Teixeira de Moares. João da Costa Ribas (ATAS DA CÂMARA, 1926, p.13).

A política na Primeira República foi marcada por acordos estabelecidos entre os governadores dos Estados e o presidente, este pressionava os governadores para que orientassem as suas bancadas a votarem a favor dos projetos presidenciais. Em troca os Estados receberiam verbas para implantar o seu plano de governo. Essa política ficou conhecida, como política dos governadores, com o objetivo de neutralizar a capital, através da ação das oligarquias dos estados. Assim,



[...] a maneira indireta de neutralizar a capital e as forças que nela se agitavam era fortalecer os estados, pacificando e cooptando suas oligarquias. Era reunir as oligarquias em torno de um arranjo que garantisse seu domínio local e sua participação no poder nacional de acordo com o cacife político de cada uma. Como é sabido, esta foi a obra de Campos Sales [...]. O próprio presidente resumiu claramente seu objetivo: “é de lá [dos estados] que se governa a República, por cima das multidões, que tumultuam, agitadas, nas ruas da capital da União”. O resumo é perfeito: governar o país por cima do tumulto das multidões agitadas da capital. O Rio podia ser caixa de ressonância, mas não tinha força política própria porque uma população urbana mobilizada politicamente, socialmente heterogênea, indisciplinada, dividida por conflitos internos não podia dar sustentação a um governo que tivesse de representar as forças dominantes do Brasil agrário (CARVALHO, 1987, p. 32-3).

Durante o governo do presidente Washington Luís, que começou em 1926, já não vigorava a política dos governadores, a ação das oligarquias restringia-se aos Estados mais ricos da federação: São Paulo e Minas Gerais. Ao saudar com grande entusiasmo a vitória do presidente eleito, buscava-se uma aproximação com os centros do poder. Os elogios endereçados aos principais líderes políticos são interpretados como uma forma de conseguir favores políticos. Vejamos outro exemplo:

Pede a palavra o vereador Francisco Camargo Pinto, e apresenta a seguinte moção: A Câmara Municipal de Paraíba do Sul resolve reafirmar com vivo entusiasmo a sua solidariedade às candidaturas nacionais dos Doutores Júlio Prestes e Vital Soares para a Presidência e Vice-Presidência da República. Sala das sessões em 11 de Novembro de 1929 (a) Francisco Camargo Pinto. Submetida a discussão e a votação é a mesma aprovada unanimemente (ATA DA CÂMARA DOS VEREADORES, 1929, p.15).

A aliança dos políticos sul paraibanos com os políticos republicanos paulistas mostra a política dos cafeicultores em ação. Carvalho (1990) nos apresenta a diversidade de projetos republicanos, como por exemplo: a república dos proprietários rurais, cujo pólo era São Paulo.

Substituir um governo e construir uma nação, esta era tarefa que os republicanos tinham de enfrentar. Eles a enfrentaram de maneira diversificada, de acordo com a visão que cada grupo republicano tinha da solução desejada. Esquemáticamente, podem ser distinguidas três posições.

A primeira era a dos proprietários rurais, especialmente a dos proprietários paulistas. Em São Paulo existia, desde 1873, o partido republicano mais organizado do país, formado principalmente por proprietários. A província passara por grande surto de expansão do café e sentia-se asfíxiada pela centralização monárquica. Para esses homens, a república ideal era sem dúvida a do modelo americano. Convinha-lhes a definição individualista do pacto social. Ela evitava o apelo à ampla participação popular tanto na implantação como no governo da República. Mas ainda, ao definir o público como a soma dos interesses individuais, ela lhes fornecia a justificativa para a defesa de seus interesses particulares (CARVALHO, 1990, p. 24).

Para Carvalho (1990), a fraca participação popular na vida política do período republicano se explicava pelo alto índice de analfabetismo, não podemos esquecer que os analfabetos eram proibidos de votar. Gostaríamos de destacar entre os republicanos a atuação de Rangel Pestana, como difusor das letras, ele possuía um projeto de educação feminina.

Pestana dedicou especial atenção à questão da educação feminina, considerada uma necessidade imperativa para o projeto de modernização da sociedade brasileira do qual as mulheres participariam desempenhando a função tradicional de esposa e mãe de bons cidadãos, mas com formação científica e moral atualizada. Apoiou as iniciativas que apareceram nesse sentido e fundou, ele próprio, em São Paulo, o Colégio Pestana, de meninas (1876), que oferecia um programa de estudos de nível elementar e secundário de inspiração leiga e positivista, com cursos regulares e seriados de línguas antigas e modernas, artes, ciências humanas, naturais e exatas, filosofia, danças e bordados, que um correligionário avaliou como “os caminhos da cultura para a mulher atingir os pólos da existência – o amor e o lar” (HISLDORF, 2007, p.64).

A educação feminina era uma questão importante tanto para as mulheres organizadas em diferentes grupos, que reivindicavam tanto o aumento do número de escolas para mulheres, como também o magistério, e também para os políticos que percebiam que a expansão da educação feminina qualificaria a mão-de-obra feminina para o mercado de trabalho.

#### **1.4. Pintando escolas: o cenário educacional de Paraíba do Sul na década de 1920**

Vamos terminar nosso desenho, pois já pintamos muitos elementos, com diversas cores, com diversos tons, mas para a paisagem ficar completa falta ainda pintar as escolas. Começaremos puxando um fio do novelo, como nos aconselha Carlo Ginzburg, o fio inicial vem dos anúncios do jornal *O Arealense* sobre mulheres que assumiam as escolas femininas em Paraíba do Sul.

Pelo governo do estado foram nomeadas adjuntas efetivas interinas e designadas respectivamente para as escolas masculinas e femininas desta localidade, as senhorinhas Perpétua Martins e Santa Clara de Moares. Foi nomeada para a escola de Palmeiras a Sr.<sup>a</sup> Leopoldina de Andrade Lopes. Foi nomeada para a escola feminina local. Foi designada a diretora do Grupo Escolar “Visconde de Itaboray”, em São Francisco de Paula, D. Inayá Monteiro, para servir como diretora, em comissão, no Grupo escolar “Andrade Figueira”, em Paraíba do Sul. Reabriram - se no dia 1º deste mês as aulas do colégio do Centro Espírita Fé e esperança, a cargo da senhorinha Ruth Bittencourt de Lacerda. O externato N. S. Aparecida, dirigido pela

professora Sr<sup>a</sup> Hilda Caldas de Oliveira, reencetou suas aulas no dia 3 deste mês. Tem suas aulas funcionando desde o dia 1º deste mês o Colégio N.S. da Piedade, sob a direção da senhorinha Áurea Saldanha (O AREALENSE, 1927, p.7).

Áurea Saldanha foi designada para o Colégio N.S. Piedade, esse colégio também era mantido pela Irmandade do mesmo nome. Essa escola aparece no Relatório redigido pelo Provedor Randolpho Penna Junior, com o nome de externato e se localizava no interior do Educandário em Paraíba do Sul.

Nesse trabalho de pesquisa salientamos que, os marcos cronológicos foram escolhidos para acompanhar os cinco primeiros anos da atual Escola Municipal Condessa do Rio Novo, fundada em 1925 no interior do Educandário Nossa Senhora da Piedade.

Essa escola que era regida pela professora Áurea Saldanha é a escola que procurávamos, mas não a encontrávamos, porque o provedor em seu relatório usa outro nome – Colégio Nossa Senhora da Piedade. O que ocasionou a confusão, pois no histórico da escola citado nesse trabalho<sup>10</sup> ela aparece com o nome de Escola Asilo Nossa Senhora da Piedade.

Quando pesquisamos no acervo da escola, não encontramos nenhum documento sobre a sua história de fundação, apenas o histórico já citado anteriormente. A ausência de documentos era explicada pelo incêndio que levou ao chão todo o prédio.

O que nos faz pensar que o Colégio Nossa Senhora da Piedade e a Escola Asilo Nossa Senhora da Piedade, atual Condessa do Rio Novo, são a mesma escola. A questão é simples não havia no interior do educandário duas escolas, mas somente uma. O que ocorreu foi uma dupla nomeação da instituição escolar.

Os relatórios registram ano a ano, a quantidade de alunos de ambos os sexos, porém, não faz menção aos seus nomes, o que para nos seria de grande valia, pois nos permitiria conhecer, se entre os alunos matriculados no colégio, se encontravam as meninas do Educandário Nossa Senhora da Piedade.

No ano de 1925, havia 73 meninas matriculadas, sendo que a frequência média era de 39. Havia 28 meninos matriculados, sendo que a frequência média era de 18.

---

<sup>10</sup> Voltar a página 41 para ler o documento.

Esse número maior de meninas, entre os alunos matriculados, nos permite pensar que isso se deve ao fato, dessa escola receber as meninas internas do Educandário.

No ano de 1926, a professora Áurea Saldanha já havia deixado a direção da escola situada no interior do Educandário, como nos diz o documento:

Os Externatos de Paraíba e de Entre Rios funcionaram regularmente, o primeiro com a matrícula de 75 alunos de ambos os sexos e frequência média de 54 alunos, dirigido pelas Irmãs Vicentinas e o de Entre Rios com 96 alunos matriculados e uma frequência mensal de 76 alunos sob a direção da professora D. Áurea Saldanha (RELATÓRIO DO PROVIDOR, 1926, p.3).

O jornal *O Arealense*, citado anteriormente, nos diz que em 1927, essa professora estava na direção do colégio, o que possivelmente ocorreu foi a sua atuação em duas frentes: no colégio da cidade atuava como diretora e, na escola do Segundo Distrito Administrativo de Entre Rios, como professora.

Comparamos os alunos presentes no colégio situado no interior do Educandário, e na escola de Entre Rios, o que nos mostrou qual das duas possuía maior número de alunos. Encontramos este registro no Relatório de 1925: “Os dois externatos mantidos pela Casa de Caridade em Entre Rios e na Paraíba do Sul funcionam regularmente apesar de haverem diminuído sensivelmente as matrículas por motivos que escapam a nossa observação” (RELATÓRIO DE 1925, p.4).

O relatório possui os dados para anos subseqüentes, não com o mesmo rigor do registro do colégio em Paraíba do Sul. Com relação à escola de Entre Rios, só dispomos de dados sobre a frequência média dos alunos.

Primeiro vamos analisar o colégio de Paraíba do Sul, situado no interior do Educandário, 516 alunos estudaram no colégio, ao longo do período de 1925 a 1930, agora vejamos a proporção entre os sexos, na tabela a seguir:

**Tabela 1 – Alunos do Colégio Nossa Senhora da Piedade**

ANOS	1925	1926	1927	1928	1929	1930
SEXOS						
Meninas	73	50	64	42	56	50

Meninos	28	25	40	26	32	30
Total	101	75	104	68	88	80

Fonte: Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1925-1930.

A segunda tabela que mencionaremos, apresenta a frequência média dos alunos do Colégio Nossa Senhora a Piedade, situado no interior do Educandário do mesmo nome. Através dela podemos perceber se os meninos ou as meninas eram mais frequentes às aulas. Vejamos a tabela:

**Tabela 2 – Frequência dos alunos do Colégio Nossa Senhora da Piedade**

ANOS	1925	1926	1927	1928	1929	1930
SEXOS						
Meninas	39	36	56	29	49	39
Meninos	18	18	30	20	25	20
Total	57	54	86	68	74	59

Fonte: Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1925-1930.

De maneira geral, os alunos do Colégio Nossa Senhora da Piedade não eram faltosos, em 1925 tivemos 11,7% de faltas. Em 1929, registramos maior percentual de faltas 16,5%. As meninas, mesmo em maior número, apresentavam um percentual maior de faltas do que os meninos. Confirmam os números de faltas dos meninos e meninas na tabela abaixo:

**Tabela 3 - % frequência dos alunos**

ANOS	1925	1926	1927	1928	1929	1930
SEXOS						
Meninas	5,3	7,2	8,7	6,9	8,7	7,8

Meninos	6,4	4,5	7,5	7,6	7,8	6,6
Total	11,7	11,7	16,2	14,5	16,5	14,4

Fonte: Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1925-1930.

Para a escola de Entre Rios como já dissemos, não temos o número de meninos e meninas separados, temos o número total de matrículas ao longo do período, exceto no ano de 1925, e ainda frequência média dos alunos. Vejam a tabela:

**Tabela 4 – Alunos da Escola em Entre - Rios**

ANOS	1925	1926	1927	1928	1929	1930
Alunos Matriculados	_____	80	106	66	87	104
Frequência Média dos Alunos	_____	60	86	64	62	83
(%)	_____	7,5	8,6	9,6	7,1	7,9

Fonte: Relatórios do Provedor Randolpho Penna Junior de 1925-1930.

O que levou os alunos dessas escolas, mantidas pela Irmandade Nossa Senhora da Piedade, a faltarem as aulas, o relatório não menciona. O que procuramos fazer foi extrair do documento, o máximo de dados possível para entendermos a relação existente ente o público e o privado. Na educação de Paraíba do Sul, no período de 1925 a 1930, acrescentando que essa relação possuía contornos religiosos, revelando a vontade da Igreja em permanecer no campo educacional.

Contudo, essas não eram as únicas escolas presentes na cidade, existiam outras como: o Colégio Nacional que foi equiparado ao Colégio Pedro II, ele recebia uma verba especial no orçamento anual da Prefeitura da cidade. No cenário educacional encontramos escolas isoladas e também alguns grupos escolares, como o Andrade Figueira.

Silva (1990), ao apresentar a história da cidade, relata a nomeação do primeiro professor e do inspetor de ensino. Ele menciona a localização Grupo Escolar Andrade Figueira. Atualmente, funcionando no mesmo lugar, na rua Alexandre Abrahão, no morro do Cornélio, como chamam os antigos moradores da cidade. Antes nesse lugar havia um cemitério.

O primeiro professor de cadeira de ensino, nomeado por concurso, foi José da Costa Ferreira (27-06-1839), que instalou a primeira classe também no prédio do registro, em 10-03-1848 o vigário da freguesia, padre José Carlos de Mesquita, que foi nomeado Inspetor das escolas municipais. [...] Mandaram à sua custa construir outro cemitério cercado com baldrames de pedra e gradil de ferro, no morro ocupado desde 1935 pelo Grupo Escolar Andrade Figueira (SILVA, 1990, p. 56-7).

A data de fundação do grupo escolar é anterior a citada pelo autor acima, pois já encontramos anúncios no jornal o Arealense de 1927, noticiando a nomeação de uma professora, para o mesmo grupo: “foi nomeada adjunta do Grupo escolar Andrade Figueira, de Paraíba do sul, a professora Sr.<sup>a</sup> Leopoldina de Andrade Lopes” (O AREALENSE, 1927, p.8).

Sousa (2008) nos diz que os grupos escolares foram criados em São Paulo, representaram uma possibilidade de escolarização em massa e seus defensores acreditavam que com eles o Brasil resolveria o problema do analfabetismo.

A escola primária graduada, compreendendo a classificação homogênea dos alunos, várias salas de aula e vários professores, é uma invenção recente na história da educação brasileira. Essa modalidade de escola primária, denominada “grupo escolar”, foi implantada pela primeira vez no país em 1893, no estado de São Paulo, e representou uma das mais importantes inovações educacionais ocorridas no final do século passado. Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos (SOUSA, 2006, p.35).

Do grupo dos primeiros historiadores, que se preocuparam em contar a história de Paraíba do Sul, Dutra (1929), é o único que fala do Colégio Nacional. No orçamento de 1927, consta o pedido de subvenção para o colégio de 7\$000.

O Senhor prefeito foi muito aclamado ao dizer as últimas palavras de sua bem elaborada mensagem. Em seguida vem a Mesa os seguintes projetos número Um “A Câmara Municipal delibera. **Artigo 1º:** Fica o Prefeito

Municipal autorizado a) abrir crédito suplementar da importância de doze contos de quinhentos e setenta mil réis (12:570\$000) para o reforço das seguintes verbas, digo das verbas abaixo assinadas. Subvenção ao Colégio Nacional de Paraíba do Sul, sete contos de réis (7:000\$000) (ATAS da CÂMARA, 1927, p.15).

Os poderes locais investiram numa só escola o equivalente a toda instrução pública, o que teria esse colégio de tão especial? Seria um colégio destinado aos filhos da classe trabalhadora, ou aos filhos da elite? Vejamos o quadro do orçamento de 1927, para compreendermos melhor.

### Quadro 2 - Contas Públicas de 1927

CONTAS PÚBLICAS ANO DE 1927	\$	%
ITENS		
Prefeito	7:200\$000	2,37
Oficial de secretaria	5:400\$000	1,78
Coletor Municipal	5:400\$000	1,78
Escrivão	5:400\$000	1,78
Porteiro	3:000\$000	0,98
Inspetor Fiscal	3:000\$000	0,98
Fiscais dos Distritos 1º,3º,4º,5º,6º e 7º	14:400\$000	4,75
Zelador do Abastecimento d' água	2:700\$000	0,89
Zelador do Cemitério da cidade	1:200\$000	0,39
Diretor Técnico	4:800\$000	1,6
Obras	130:700\$000	43,12
Execução de Serviços com imposto de testada	8:000\$000	2,64
Inspetor Escolar	1:800\$000	0,59
Professores	20:400\$000	6,73
Material escolar	1:800\$000	0,59
Limpeza Pública da Cidade	13:000\$000	4,3
Limpeza de Entre Rios	13:000\$000	4,3
Iluminação Publica da Cidade, Entre Rios e Mont Serrat	23:000\$000	7,6
Iluminação de Areal	5:000\$000	1,65



Empréstimo de 1908	1:425\$000	0,47
Empréstimo de 1919	4:375\$000	1,44
Auxílio e Assistência de Entre Rios	600\$000	0,2
Eleições	1:500\$000	0,5
Expediente da Secretaria, assinatura de Jornais, selos telegramas telefones e livros	3:500\$000	1,15
Expediente da Secretaria da Câmara	1:500\$000	0,5
Publicações dos Trabalhos da Prefeitura E da Câmara	2:700\$000	0,9
Representação do Prefeito	1:200\$000	0,4
Reforço de Verbas	1:000\$000	0,33
Despesas Judiciais	1:000\$000	0,33
Socorros Públicos	1:500\$000	0,5
Eventuais	4:700\$000	1,55
Restituições	500\$000	0,16
Agente Municipal	4:800\$000	1,58
Fiscal do 2º Distrito	2:400\$000	0,79
Zelador do Cemitério	1:200\$000	0,38
Total	303:100\$000	100

Fonte: Atas da Câmara de Paraíba do Sul 1927.

Mesmo com o aumento do valor destinado a instrução pública, o valor continua sendo baixo, quando comparamos com o orçamento do Distrito Federal para a Escola Orsina da Fonseca, que no ano de 1927 recebeu a quantia de 462:302\$000

No ano de 1927 foi votado um reforço adicional para a instrução pública no valor de 12:570\$000. No ano de 1928, os legisladores votaram um artigo na ata de 27 de Dezembro, equiparando o Colégio Nacional ao Colégio D. Pedro II, isso nos dá uma pista sobre a clientela do estabelecimento de ensino, pois sabemos que o D. Pedro II é uma instituição modelar de ensino do Rio de Janeiro. Eis o documento:

**Artigo Primeiro:** Fica o Prefeito autorizado para os efetivos da equiparação do Colégio Nacional ao Colégio D. Pedro II e a nos termos do Decreto número 5474 de 11 de março de 1928, a declarar que a Prefeitura do Município de Paraíba do Sul, se responsabiliza pelo cumprimento do dispositivo do capítulo X, do Decreto número 16.782 A de 13 de Janeiro de 1925. Artigo Segundo. Revogam-se as disposições em contrário - Sala das reuniões, em 27 de Dezembro de 1928 (a) Antônio Visconti, José Kallembeck Cardoso. Nada se opor. Comissão de Justiça, em 27 de Dezembro de 1928 (a) Alfredo da Cunha Lima, Quirino Francisco Pinheiro. Submetido a discussão e votação foi aprovado unanimemente (ATA DA CÂMARA, 1928, p.20).

Sanfelice (2007), mesmo não sendo um especialista no assunto, aponta o caráter paradigmático do Colégio Pedro II, indicando a sua influência no modelo de ensino de qualidade. “Para além do entorno imediato, o Pedro II projetou-se como um pretensão modelo a ser seguido pelas províncias” (SANFELICE, 2007, p.78). Marcílio (2005) também aponta na mesma direção ao dizer que, em muitas províncias do Império, as reformas pretendiam equiparar as escolas ao estabelecimento de ensino, situado no Rio de Janeiro.

Percebemos que o Colégio Nacional de Paraíba do Sul, instalado na casa do antigo Barão Ribeiro de Sá, não se destinava aos indivíduos das camadas populares, e sim a elite da cidade. As contas públicas expressam o lugar da instrução pública, no orçamento da Prefeitura – ela não era prioridade. Constatamos que, quando se tratou da educação dos filhos das camadas abastadas foi criada uma instituição de educação modelar, com a mesma qualidade dos grandes centros.

Os legisladores sul paraibanos estavam em sintonia com as mudanças promovidas no âmbito da educação, entre eles destacamos Walter Gomes Francklin, que propôs mudanças no orçamento, nas instalações das escolas e nos salários dos professores, de acordo com o número de alunos. Vejamos na íntegra as propostas do legislador:

Artigo 1 - Fica o prefeito do município de Paraíba do Sul, autorizado a promover um acordo com o governo do Estado do Rio de Janeiro com o fim especial de transformar em municipais as atuais escolas estaduais, obrigando-se o município a contribuir, para a manutenção de cada uma dessas escolas com a quota mensal de cem mil réis (100\$000) e comprometendo-se, dentro das possibilidades orçamentárias, ir construindo os prédios necessários as mesmas, de acordo com os mais modernos preceitos da arquitetura e higiene escolares.

Artigo 2º - Fica autorizado o Prefeito do município a gratificar com a quantia de Trinta mil réis (30\$000) mensais, os professores públicos municipais que estabelecerem, em suas escolas, aulas noturnas que sejam freqüentadas no mínimo por dez alunos maiores de doze anos de idade.

Artigo 3º - Aos professores públicos municipais cujas escolas acusarem freqüência mensal superior do mínimo de 25 alunos, serão abonados além dos vencimentos atuais, as seguintes gratificações a) – até 35 alunos freqüentes, dois mil réis (2\$0000 por unidade dos que excederem de vinte e cinco; b) até quarenta e cinco alunos freqüentes vinte mil réis (20\$000) de conformidade com a letra a e mais três mil réis (3\$000) por unidade dos que excederem de trinta e cinco.

Parágrafo 1º - O professor que conseguir elevar a freqüência mensal de sua escola acima de cinqüenta alunos terá direito a um adjunto sem, perda das vantagens constantes no artigo 3º.

Parágrafo 2º - O adjunto do professor municipal será de livre nomeação do Prefeito preferivelmente dentre os mais distintos ex-alunos das escolas municipais e receberá os vencimentos mensais de cinqüenta mil réis (50\$000)

Artigo 4º - Para cumprimento desta Deliberação o Senhor Prefeito baixará as necessárias instruções visando fiscalizar efetivamente a freqüência escolar municipal.

Artigo 5º - Fica o Senhor prefeito autorizado a abrir os necessários créditos para cumprimento da presente deliberação.

Artigo 6º - Uma vez realizado o acordo no artigo 1º cessarão automaticamente as resoluções, constantes dos demais artigos dessa deliberação.

Artigo 7º - Revogam-se as disposições em contrário. Sala das Comissões, Paraíba do Sul, 19 de maio de 1930. (a) Dr. Walter Gomes Francklin – Relator João Vicente Fonseca Júnior – Submetido a discussão e posto em votação foi aprovado por unanimidade (ATAS DA CÂMARA, 1930, p.25).

Para a cidade de Paraíba do Sul, que dispõe de poucas fontes, sobre a história da educação, essas atas são fundamentais, pois nos mostram como os legisladores resolviam os assuntos educacionais.

Ao analisar as propostas contidas nos artigos concluímos que: no artigo primeiro há um esforço para aumentar a rede de escolas, sob direção do município, através da municipalização de escolas que antes estavam sob o poder do estado, assim como encontramos o valor que o município deve dispor, para a manutenção das escolas.

O que nos chamou atenção foi a intenção de construir novas escolas, abandonando assim o modelo da escola-casa. A escola agora seria um prédio público e também seria construído sob os rigores das normas de higiene, demonstrando a vontade de construir edifícios salubres e arquitetonicamente modernos.

O segundo artigo propõe uma remuneração diferenciada ao professor que, no curso noturno, conseguisse boa freqüência de alunos da classe trabalhadora. A escola noturna deveria representar uma alternativa para os indivíduos que trabalhavam durante o dia nas fazendas.

O Colégio Nossa Senhora da Piedade, situado dentro do Educandário Nossa Senhora da Piedade e da escola do segundo distrito de Entre Rios possuía uma boa frequência, como já demonstramos anteriormente. Esta escola estava em sintonia com o seu tempo, pois auxiliava na cruzada contra o analfabetismo promovida pelos legisladores e apoiada pelos jornalistas.

No artigo terceiro ele estende a gratificação aos professores que elevarem a frequência nas escolas diurnas, isso pode revelar que a evasão escolar era grande na cidade.

Gondra e Schueler (2008), analisando a questão salarial, nos dizem que, em algumas províncias ela não representava um atrativo ao exercício da docência, devendo os governos aumentar os vencimentos dos professores:

A questão salarial se constitui em outro ponto a interferir no funcionamento da malha escolar mato-grossense. O ténue e insuficiente ordenado de 150\$000 anuais não atraia os professores para o preenchimento de cadeiras e vagas, ao mesmo tempo em que provocava demissões de professores. Neste sentido, aponta para a necessidade de aumento de ordenados, proporcional à localidade e número de alunos, de modo semelhante ao colega do Nordeste. (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.86).

Analisamos os dois primeiros parágrafos, pois ambos tratam do mesmo assunto, a presença do professor adjunto.

No primeiro, concede-se um adjunto ao professor que tiver um elevado número de alunos em sua escola e no segundo, constatamos que cabe ao prefeito a nomeação dos professores adjuntos, o que pode reforçar uma política de clientelismo, embora estabeleça que os adjuntos devem ser escolhidos entre os ex-alunos de escolas públicas com bom rendimento.

No segundo parágrafo, temos também fixado o valor do vencimento dos adjuntos. Os demais artigos são apenas os encaminhamentos burocráticos da sessão, não apresentando nenhum conteúdo, que mereça o nosso destaque.

Voltamos à poesia que nos serviu de epígrafe e percebemos que finalizamos o nosso desenho, ainda que por hora. Cecília entra novamente na sala, nos consola ao dizer que isso é uma obra para toda a vida. Em Paraíba do Sul existem várias instituições escolares, que não foram analisadas.

Nosso estudo é uma leitura possível e não a última palavra, esperamos que este seja um incentivo, para a proliferação de outros estudos sobre as instituições escolares, das cidades do interior do estado do Rio de Janeiro.

No segundo capítulo, nos dedicaremos a analisar, uma instituição singular da cidade de Paraíba do Sul, cujo frontão triangular possui gravado um pelicano, qual seria o significado desse símbolo? Quem o construiu? A quem se destinava o majestoso edifício erguido no alto no morro de Santo Antônio? Perguntas são sempre elas que levam os historiadores a percorrer infinitos labirintos.

## **CAPITULO II – NO CORAÇÃO DO PELICANO:** o Educandário Nossa Senhora da Piedade.

A planta do edifício da Casa de Caridade de Paraíba do Sul, inaugurado no dia 8 de dezembro de 1882, foi desenhada pelo engenheiro e arquiteto Dr. Caminhoá e executada pelo engenheiro civil Francisco Rossi. Na parte mais alta da fachada, a Condessa do Rio Novo mandou que fosse esculpida a figura de um pelicano simbolismo que significava para ela a preocupação com o bem geral, com o sofrimento das crianças pobres e órfãs, para os inválidos e doentes sem recursos. O primeiro Provedor foi Dr. Leandro Bezerra Monteiro. As irmãs de caridade chegaram ao asilo em 4 de Abril de 1883. A primeira superiora foi a irmã Lúcia Guinhal. (RELATÓRIO DO PROVIDOR, 1925, p. 10).



Fonte:

Nicolino Visconti. Centro Cultural Maria de Lourdes Tavares, s/d.

## 2.1 – Entre os lápis de cor: o Educandário Nossa Senhora da Piedade

No primeiro capítulo, a poesia de Cecília Meireles nos encorajou a fazer o desenho, a traçar linhas paralelas, curvas a mão livre devo confessar que em alguns momentos foi necessário usar o esquadro, mas isso não retirou o mérito do nosso desenho. Timidamente, a cidade de Paraíba do Sul foi surgindo com suas primeiras ruas e casas acanhadas na beira da calçada.

Mas o pintor era audacioso, e não quis deixar o desenho sem cor e ao colorir o desenho percebeu que nele não havia desenhado as escolas. Refez o desenho. Desenhou as escolas e encheu-o de cor.

Uma instituição chama nossa atenção pela grandiosidade do seu prédio, pela distinção social, que opera na sociedade, pois ao escolher como público alvo as meninas deixou de fora os meninos; ao dedicar-se as meninas desvalidas, não excluiu as meninas com posses, pois as aceitava como pensionistas.

O Educandário Nossa Senhora da Piedade, por seu próprio nome, evidência uma proposta católica de educação. Na sociedade sul paraibana, a Igreja através da assistência aos desvalidos tecia uma extensa rede de influências, que lhe garantia privilégios, como a cessão de terreno para a construção da escola paroquial.

Nesse capítulo, discutiremos a relevância social do Educandário Nossa Senhora da Piedade, na sociedade sul paraibana, entre 1925 e 1930, ou seja, no período da Primeira República. Para tanto, analisaremos primeiro: porque o Educandário esteve vinculado à imagem de Nossa Senhora da Piedade; depois qual o significado de seu projeto arquitetônico e, por último, analisaremos o público alvo da instituição - as meninas desvalidas.

Levantamos uma hipótese: o Educandário Nossa Senhora da Piedade atuava em duas frentes: uma era a educação das meninas, o que devido ao pequeno número de escolas pública, acentua a dificuldade das mesmas em se matricular numa escola regular. A outra frente de atuação era o cuidado preventivo para livrá-las da prostituição inculcando nelas os ensinamentos católicos.

No Rio de Janeiro, sede do Distrito Federal, algo semelhante já se desenhava desde o final do século XIX e início do XX, revelando assim a preocupação com a escolarização feminina.

Contudo, o que diferencia o Educandário Nossa Senhora da Piedade das escolas profissionais femininas do Rio de Janeiro é que as últimas estão sob o controle do Estado e o Educandário sob o controle da Irmandade Nossa Senhora da Piedade.

Reunir as meninas desvalidas num único espaço viabilizava a ação da Igreja e também dos demais devotos, que por meio da caridade mostravam bondade e marcavam o seu lugar na sociedade.

Thompson (1998), ao analisar o código de conduta inglesa, nos fornece uma interpretação que nos permite entender a questão da caridade e das doações. Na verdade, as doações possuem o contorno de controle social da elite sobre as classes populares e, também, as doações são interpretadas como conquistas.

O autor nos diz que, a caridade e a generosidade fazem parte do teatro social, em que as representações indicam o lugar social ocupado por cada indivíduo.

O aparato pomposo, as perucas empoadas e o vestuário dos poderosos também devem ser vistos – como era sua intenção – a partir de baixo, no auditório do teatro da hegemonia e do controle de classe. Até a “generosidade” e a “caridade” podem ser vistas como atos calculados de apaziguamento de classe em tempos de escassez e como extorsões calculadas (sob a ameaça de motins) por parte da multidão. O que é (visto de cima) um “ato de doação” é (a partir de baixo) um ‘ato d conquista’. Uma categoria tão simples como “roubo” pode evidenciar, em certas circunstâncias, tentativas prolongadas de defender antigos usos de direito comum, por parte dos aldeões, ou de defender emolumentos sancionados pelo costume, por parte dos trabalhadores (THOMPSON, 1998, p.68-69).

Thompson (1998) nos adverte que, a experiência dos homens comuns de tempos pretéritos, encontra-se numa complexa rede de tecidos sociais. Ackelsberg nos faz semelhante advertência: “As próprias ‘pessoas comuns’ (para não dizer os não-organizados) raramente consideram suas próprias ações suficientemente importantes para escrever sobre elas mesmo que saibam como fazer” (ACKELSBURG, 1997, p.43).

Na complexa rede de tecidos sociais, incluímos as disputas pelo poder. O Estado influenciado pelas idéias liberais e positivistas e pela Igreja. A Igreja pretendia manter



seu espaço de instituição capaz de falar tanto à elite como à classe trabalhadora. A educação foi palco desse aparato pomposo, por meio dos discursos cuja finalidade era a ordenação da sociedade.

As novas alegorias criadas para representar o regime republicano, tanto passavam pelos dogmas da Igreja ao incentivar o trabalho como forma de correção dos vícios, como também passavam pelos ideais positivistas ao propor a ordem como forma de atingir o progresso e a felicidade da nação.

Entre as alegorias comuns aos dois grupos encontramos a figura feminina:

Gilberto Freyre sugere alguns fatores que teriam favorecido a representação da República como mulher. Um deles era o repúdio ao patriarcalismo de d. Pedro II, que por tanto tempo marcara a vida política do país. Outro seria a mariolatria católica. Quanto ao primeiro, havia dificuldade já apontada de existir uma sucessora feminina ao trono. No máximo, a crítica republicana poderia tê-la neutralizado entre a elite. Quanto ao segundo, existia sem dúvida no país uma mariolatria, e nela se apoiaram os positivistas para insistir no uso da representação feminina da humanidade. Mas nesse caso se buscava substituir Maria por Clotilde. Na França, Marianne podia representar uma oposição respeitável a Maria. No Brasil, Clotilde não chegava sequer a arrancar a mariolatria. A separação entre Igreja e Estado efetivada pela república gerou animosidade entre a população, como atesta a revolta de Canudos. O uso de um símbolo católico para representar a República poderia soar como profanação (CARVALHO, 1990, p. 93) .

Lynn Hunt (2009), nos aproxima da experiência dos revolucionários franceses, nem que Mariane, um nome comum, auxiliará na formação do símbolo da República como uma mulher e mãe de família.

Os símbolos da vida familiar e doméstica podiam exercer um efeito (e portanto público) durante esse período de confusão entre a vida pública e a vida privada. O emblema da República, a deusa romana da Liberdade, muitas vezes ostentava um ar abstrato nos sinetes oficiais, nas estátuas e nas vinhetas. Mas, num grande número de representações, ela assumia o aspecto familiar de uma jovem donzela ou de uma jovem mãe. Logo, primeiro por troca e depois carinhosamente, passou a ser conhecida como Mariane, nome feminino corrente. A mulher e a mãe, tão desprovidas de qualquer direito político, foram capazes, apesar disso (ou justamente por isso?), de se converter nos emblemas da nova república. Até Napoleão, em 1799, imaginou que estaria salvando-a de um abismo de discórdia e divisão. Para ter eficácia, o poder devia apelar à afeição e, por isso, de vez em quando precisava ser familiar (HUNT, 2009, p.27).

Defendemos a hipótese que havia interpenetração das esferas públicas representada pelo Estado republicano e a esfera privada da devoção representada pela Igreja Católica.

Mesmo com a nova constituição republicana de 1891, o Estado ainda se valia das instituições católicas para promover assistência aos desvalidos. A formação do aparelho estatal ainda era recente, explicando a presença da Igreja em áreas que deveriam ser dirigidas por instituições estatais. O vínculo entre ambos, em Paraíba do Sul, era forte e pode ser evidenciado através da doação de terrenos para a Igreja.

Podemos afirmar que não houve apenas a doação de terrenos, houve também doação de mão-de-obra para que fossem construídas a escola paroquial, a casa paroquial e o albergue, como exemplificamos com a citação a seguir.

Projeto número seis: A Câmara Municipal delibera: **Artigo Primeiro:** Passe a se denominar São Pedro e São Paulo a praça compreendida entre as linhas do centro e auxiliar da Estrada de Ferro central do Brasil e na qual está edificada a Igreja Matriz dessa cidade. **Artigo Segundo.** Fica o Prefeito autorizado a ceder a Matriz São Pedro e São Paulo a área do terreno necessária a construção na referida de um edifício destinado ao funcionamento da escola Paroquial, assim como a auxiliar a mesma construção com serviços que representam a quantia máxima de dois contos de réis (2:000\$000) **Artigo Terceiro:** Fica autorizado o Prefeito a mandar demarcar na mesma Praça duas áreas de terrenos, doando-os à Matriz par a construção da Casa Paroquial e de albergue noturno (ATAS DA CÂMARA, 1928,8p.).

A citação acima também revela a existência de laços, ligando o poder temporal e o poder espiritual. As urnas poderiam ser um termômetro das alianças firmadas entre os vereadores e os representantes da Igreja, pois ir contra a igreja poderia representar a perda dos votos nas próximas eleições.

Qual era a relevância social da Irmandade Nossa Senhora da Piedade dentro da sociedade sul paraibana?

## **2.2 – Entre preces, quermesses e folguedos: a Irmandade Nossa Senhora da Piedade**

Nem todas as ordens religiosas têm o mesmo objetivo e também não são formadas pelos mesmos estratos sociais. Compreender a fé é um grande desafio, na medida em que ela se expressa de maneira tão diversa. Ela contém ritos, que aos olhos

dos não praticantes passam despercebidos, mas para os praticantes são repletos de significados.

Recorremos a Sampaio (2006), para conhecer a diferença entre as ordens religiosas:

No Brasil litorâneo, as ordens primeiras (de religiosos jesuítas, franciscanos, beneditinos, carmelitas) destacam-se na evangelização e alfabetização das populações. Ali também se desenvolveram, com menor relevo, as ordens segundas (de freiras). As ordens primeiras e segundas formavam o clero regular, que faz voto de castidade e de clausura. Além desses religiosos, existia ainda o clero secular ou diocesano, com seus bispos, cônegos, vigários gerais, párcos e outros sacerdotes.

O homem comum muitas vezes se reunia com os que tinham a mesma devoção, formando uma irmandade ou confraria. Ordens terceiras de São Francisco da Penitência e de Nossa Senhora do Carmo. Eram compostas por devotos casados ou solteiros, geralmente com posses, que desejavam seguir a regra franciscana ou carmelita, mas sem deixar a vida mundana, isto é, sem fazer o voto de castidade e de clausura. [...] Os terceiros diferenciavam-se de uma irmandade porque: eram inspecionados periodicamente por autoridade do clero regular (franciscano ou carmelita); a admissão de irmãos era mais seletiva, as esmolas de mesa eram altas, seguiam o calendário festivo das ordens primeira e segundas (SAMPAIO, 2006, p. 12-15 ).

Reis (1991) ilumina a discussão sobre a estrutura do clero. Ele nos diz o que é uma irmandade:

As irmandades eram associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedade fundadas nas hierarquias sociais. Havia irmandades poderosíssimas, cujos membros pertenciam à nata da elite branca colonial. No topo estavam as Santas Casas de Misericórdia que, no caso da Bahia e de algumas outras regiões do Brasil, controlavam vasta rede filantrópica de hospitais, recolhimentos, orfanatos e cemitérios. Desenvolviavam uma caridade principalmente para fora, para os destituídos da sociedade, uma vez que seus irmãos eram socialmente privilegiados (REIS, 1991, p.51).

As irmandades possuíam uma estrutura de funcionamento interno, que pode ser conhecida através da leitura do estatuto ou compromisso, que são um conjunto de normas que fixam entre outras coisas: como de proceder à eleição para a Mesa Administrativa, as jóias, o auxílio que cada irmão poderá receber, o santo de devoção, as festas, quem pode fazer parte da irmandade.

Para que uma confraria funcionasse, precisava encontrar a igreja que a acolhesse, ou construir a sua, e ter aprovado seu estatuto ou compromisso pelas autoridades eclesíásticas. [...] A administração de cada confraria fica a cargo de uma mesa, presidida por juizes, presidentes, provedores ou priores – a denominação variava -, e composta por escrivães, tesoureiros, procuradores, consultores, mordomos, que desenvolviam diversas tarefas: convocação e direção de reuniões, arrecadação de fundos, guarda dos livros e

bens da confraria, visitas de assistência aos irmãos necessitados, organização de funerais, festas, loterias e outras atividades. A cada ano se renovavam, por meio de votação, os integrantes da mesa, e as Constituições primeiras proibiam expressamente a reeleição, proibição nem sempre respeitada (REIS, 1991, p.50).

Para compreender o funcionamento da Irmandade Nossa Senhora da Piedade, priorizamos a análise de alguns artigos do seu Estatuto:

Artigo 1º - A irmandade Nossa Senhora da Piedade, fundada em 4 de abril de 1883, na cidade de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro, sita no Morro de Santo Antônio, [...] é a mesma regedora e mantenedora da ex-casa de Caridade de Paraíba do Sul e mantenedora do Ex-Asilo ou Educandário Nossa Senhor da Piedade e Hospital Menino Jesus [...] e tem por objetivo os fins seguintes; manter o Educandário CONDESSA DO RIO NOVO, cuja finalidade é abrigar e educar graciosamente, sem fins lucrativos, meninas reconhecidamente pobres e aceitar pensionistas conforme o Regulamento expedido pela Mesa Administrativa, em conjunto com a Irmã Superiora (Estatuto da Irmandade Nossa Senhora da Piedade, 1969, p.3).

Gostaríamos de salientar que, ao aceitar pensionistas esta instituição assemelha-se ao Seminário das Educandas de São Paulo, estudado por Maria Lucia Spedo Hilsdorf:

O Seminário foi autorizado a funcionar pelo Imperador em 08/01/1825, como estabelecimento de caridade provincial – nos termos da filantropia racionalista – para abrigo e formação de meninas pobres e desamparadas. Na origem, o alvo filantrópico do Seminário era órfãs de militares falecidos em combate, que tivessem deixado a família na indigência. Só mais tarde, em 1845, a legislação seria alterada para legalizar a aceitação, que vinha acontecendo esporadicamente, de expostos, sem tutores ou parentes conhecidos, na Roda da Santa Casa. Acresce que a instituição admitia também pensionistas, que pagariam 3\$200 réis por mês (HILSDORF, 2005, p.52).

Com as citações feitas anteriormente, podemos perceber que ambas as instituições possuíam o mesmo objetivo, porém a paulista foi criada primeiro e teve sua legislação alterada para se ajustar a práticas sociais, que já ocorriam no seu cotidiano.

Reis amplia a discussão demonstrando que as exigências feitas pela Irmandade Nossa Senhora da Piedade, faziam parte de um grupo de princípios comuns as irmandades religiosas.

Além de regularem a administração das irmandades, os compromissos estabeleciam a condição social ou racial exigida dos sócios, seus deveres e direitos. Entre os deveres estavam o bom comportamento e a devoção católica, o pagamento de anuidades, a participação nas cerimônias civis e

religiosas da irmandade. Em troca, os irmãos tinham direito à assistência médica e jurídica, ao socorro em momento de crise financeira, em alguns casos ajuda para a compra de alforria e, muito especialmente, direito a enterro decente para si e membros da família, com acompanhamento de irmãos e irmãs de confraria, e sepultura na capela da irmandade (REIS, 1991, p.50).

Mariana Claudina Pereira de Carvalho, a Condessa do Rio Novo, participava de diversas irmandades, o seu testamento faz menção a cada uma delas.

Declaro que minha religião é a Católica, Apostólica, Romana em cuja fé tenho vivido e espero morrer. Sou irmã remida das Ordens de S. Francisco de Paula, Santa Teresa de Jesus e de Nossa Senhora da Piedade, no Côrte, das de S. Francisco e Nossa Senhora do Carmo em S. João Del-Rei, da de Nossa Senhora de Sant`Ana na freguesia de Cebolas, e do santíssimo Sacramento na da cidade da Paraíba do Sul (Testamento da Condessa do Rio Novo, 1955, p.5).

Contudo, isso não era privilégio da Condessa do Rio Novo. Reis nos diz que isso era um costume comum, no século XIX, disseminado tanto entre portugueses como também entre os negros.

Na primeira metade do século XIX, apesar de ainda preferirem a Ordem Terceira de São Domingos e as várias Irmandades do Santíssimo Sacramento, os portugueses se espalhavam por inúmeras irmandades, inclusive, embora raramente, as de negros e mulatos. Na década de 1830, o rico negociante português José Coelho maia, natural do Porto, pertencia a sete irmandades, entre as quais a de Nossa Senhora de Guadalupe, de mulatos. [...] mais numerosas, as irmandades de “homens de cor” tradicionalmente se dividiam entre as de crioulos ( pretos nascidos no Brasil) , mulatos e africanos. Os trabalhos de Kátia Matoso e Inês Oliveira sobre os libertos da Bahia – africanos em sua maioria – mostram a importância das irmandades em suas vidas e mortes. Em 1790 e 1830, apenas 21,6% dos libertos e 18,5% das libertas que deixaram testamentos não pertenciam a irmandades. Muitos eram membros de mais de uma, de quatro, cinco sete. A africana Maria da Conceição Cruz pertencia a oito quando escreveu seu testamento em 1804 (REIS, 1991, p.54).

Salientamos que dialogamos com Reis (1991), que estudou a sociedade baiana e Sampaio (2006), que estudou a mineira para entender as ações da Igreja, e assim podermos comparar com os indícios encontrados nos documentos de Paraíba do Sul, cidade do interior do estado do Rio de Janeiro.

Sobre a Irmandade Nossa Senhora da Piedade, tanto Reis, como as fontes documentais primárias, destacam a participação de pessoas que ocupam altos cargos políticos nessa irmandade, tornando-a uma irmandade de elite. Reis (1991) nos diz: “uma outra irmandade “aristocrática”, da qual faziam parte governadores e arcebispos,

era a de Nossa Senhora da Piedade, com assento no convento da Piedade, dos capuchinhos italianos” (REIS, 1991, p.52).

Ao longo do estudo, surgiu a pergunta: Por que esse educandário chama-se Nossa Senhora da Piedade, se ele foi inaugurado em 8 de Dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição? Lima Júnior nos auxilia a entender quem é Nossa Senhora da Piedade.

Nossa Senhora da Piedade é aquela que, recebendo o Divino Filho em seus braços, depois de sua morte trágica no madeiro infame da Cruz, levou-o com seus fiéis discípulos e piedosas mulheres até o sepulcro. Foi sempre um tema muito procurado pela arte cristã, que encontra, nos episódios da vida de Jesus e de sua santíssima Mãe, os motivos para edificação e, mais ainda, porque nos sofrimentos encontram os cristãos um grande consolo, verificando que eles são próprios ao caminho da perfeição, e se Deus os teve, com sua Mãe terrena, não é demais que os mortais filhos do pecado os suportem (LIMA JÚNIOR, 2008, p. 165).

Por meio da leitura do Dicionário de Mariologia compreendemos que Nossa Senhora da Piedade faz parte do conjunto de Dores de Nossa Senhora. Elas representam o sofrimento de Maria, estas santas são: Nossa Senhora das Dores, da Piedade, da Soledade, do Pranto, da Angústia, das Lágrimas e do Calvário. Cada invocação possui uma representação iconográfica.

Megale (2001), em seu Livro *Invocações da Virgem Maria no Brasil*, nos mostra que A *Pietà*, de Michelangelo seria um dos exemplos da arte cristã inspirada em Nossa Senhora da Piedade, revelando assim a antiguidade das suas invocações.

O drama da Paixão de Cristo inspirou também os artistas do renascimento, principalmente Miguel Ângelo Buonarroti, que esculpiu quatro “Pietàs”, sendo a mais famosa a que foi recentemente depredada por um louco na basílica de São Pedro, em Roma. (MEGALE, 2001, p.383).

Segundo Lima Júnior (2008), existe uma profunda ligação entre Nossa Senhora da Piedade e a Santa Casa de Misericórdia, pois existe a mesma figura no emblema das Casas de Misericórdia, fundadas em Portugal por Frei Miguel de Contreiras.

Sobre o estandarte da Irmandade, que geralmente se chama Bandeira da Misericórdia, escreve Frei Agostinho: Mas porque se não esquecesse que a antiga Irmandade da Piedade nasceu a nobilíssima da Misericórdia, ainda hoje conservam o trazê-la pintada, de uma parte, e a Senhora da Misericórdia, da outra, em as Bandeiras com que acompanham os defuntos. Na parte da Bandeira, onde se vê a Senhora da Misericórdia pintada, se mostra a

igualdade com que a Mãe de Deus favorece e recolhe a todos debaixo do manto de sua clemência, e a um lado, se vê o seu fundador Frei Miguel de Contreiras, o que se mandou fazer logo depois de sua morte, para se conservar por brasão, o seu retrato, o haver ele sido o instituidor da Irmandade (MEGALE, 2001, p.166).

Como explicar a devoção a Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul? Há duas possibilidades: a primeira, pela proximidade geográfica com Minas Gerais e a segunda, a participação da Condessa do Rio Novo em Irmandades de São João Del Rey pode ter influenciado o seu culto em Paraíba do Sul. Voltemos a Megale e vejamos o que o ele diz:

Dada a disseminação da invocação de Nossa Senhora da Piedade em Largos trechos do território mineiro, parece-me, entretanto, que a devoção veio com os paulistas, pois que Nossa Senhora da Piedade era o último pouso civilizado diante do qual podiam os aventureiros orar, antes de mergulharem no deserto selvagem dos descobrimentos de ouro nas Gerais. Este último pouso era Guaipacaré, ou seja, atualmente Guaratinguetá. A ele se refere frei Agostinho de Santa Maria do seguinte modo: Mais abaixo (de Pindamonhangaba) seguindo as ribeiras do mesmo rio Paraíba do Sul, em direitura cerca de três para quatro léguas, que por mar soa mais, a respeito das voltas que faz o rio, se vê a Vila de Guaratinguetá que em tal Vila, como esta, me não quero deter nada, pois não tem em si a perfeição das terras que são os santuários da Mãe de Deus e o bom e remédio dos pecadores e assim passo o rio Paraíba a outra parte, a buscar o santuário da Virgem Nossa Senhora da Piedade (MEGALE, 2001, p.168-9).

Para a pergunta feita inicialmente porque o Educandário recebeu o nome de Nossa Senhora da Piedade e não Nossa Senhora da Conceição, fornecemos as possíveis explicações.

Eis a primeira: segundo populares, Nossa Senhora da Conceição era a padroeira da cidade, no seu dia havia uma grande festa; logo inaugurar o Educandário nesse dia representava incluir sua inauguração dentro das festividades da cidade.

A segunda explicação possível se dá pela ausência de uma Irmandade, que tivesse devoção por Nossa Senhora da Conceição. Se ela fosse escolhida, uma estrutura administrativa teria que ser criada para dar suporte ao funcionamento do educandário.

Nossa Senhora da Piedade representa o exemplo de mãe que não abandonou o seu filho, antes o recolheu, mesmo ferido. Ela representa o acolhimento em momentos de dor, enquanto que Nossa Senhora da Conceição representa o momento em que o anjo visita Maria e ela concebeu um filho.

Outra explicação pode ser justificada por meio da categoria comunidade de sentido. Recorremos a José Murilo de Carvalho (1990), que ao analisar os símbolos republicanos percebe que as escolhas precisavam de uma comunidade, na qual os símbolos fizessem sentido.

Por que o fracasso da representação positivista da República como mulher? A busca de explicação poderá ir em várias direções. Mas o centro da questão talvez esteja na observação já referida de Backzo de que o imaginário, apesar de manipulável, necessita, para criar raízes, de uma comunidade de imaginação, de uma comunidade de sentido. Símbolos, alegorias, mitos só criam raízes quando há terreno social e cultural no qual se alimentarem. Na ausência de tal base, a tentativa de criá-los, de manipulá-los, de utilizá-los como elemento de legitimação, cai no vazio, quando não no ridículo (CARVALHO, 1990, p.89).

Assim, havia toda uma simbologia em torno de Nossa Senhora da Piedade, que justificaria a escolha desta santa para qualificar as atividades desenvolvidas no Educandário.

Outra questão foi: por que as Irmãs de São Vicente de Paulo foram escolhidas para dirigir o Educandário? A ação das vicentinas se ramifica por várias partes do estado do Rio de Janeiro, formando uma extensa rede de colégios e também de assistência a infância desvalida.

Um exemplo dessa ramificação e do trabalho das vicentinas é o Asilo Santa Leopoldina, situado em Niterói, ele era dirigido pelas mesmas irmãs.

Dentre as instituições filantrópicas tradicionais de Icarai existentes até hoje, está o Asilo Santa Leopoldina. Criado no século XIX pelo Vice-Presidente da Província, João Pereira Darrigue de Faro, em substituição ao Presidente Luiz Antônio Barbosa, o Asilo inicialmente ocupou um prédio junto ao Largo da Memória (atual Praça Gen. Gomes Carneiro, conhecida por nós como Rink), com a finalidade de "abrigar, educar e instruir meninas órfãs". Estiveram presentes à solenidade D. Pedro II e D. Teresa Cristina, seus protetores.<sup>11</sup>

Essa instituição foi criada no mesmo período do Educandário Nossa Senhora da Piedade, a documentação da instituição de Niterói foi importante para que possamos conhecer a atuação das vicentinas, uma vez que a congênere sul-paraibana sofreu um incêndio que queimou grande parte da sua documentação.

---

<sup>11</sup> As informações foram obtidas do site [www.rotaryicarai.org.br](http://www.rotaryicarai.org.br). Acessado em 12/01/2010.



Encontramos no Arquivo Geral do Estado do Rio de Janeiro, um pedido da Irmã Superiora do Educandário Nossa Senhora da Piedade, em Paraíba do Sul, endereçado ao Asilo Santa Leopoldina, que lhe enviasse uma menina que pudesse exercer a função de adjunta:

Exmo Senhor Provedor

E mais membros da Mesa Administrativa do Asylo da Santa Leopoldina

Sendo a asilada maior de 21 anos, inspirando confiança, o Asylo de N.S. da Piedade, sendo de vontade da dita asylada, deferido, assignado o competente termo. Asylo, 11 de Agosto de 1889.

A irmã Dupere, Superiora do Asilo de N. S. Piedade da Parahyba do Sul, precisamos de uma adjunta para o ensino, vem pedir a Vossa excelência que se digne consentir que a Asilada Maria Moreno Alagon lhe seja entregue para esse fim.

Desejando um despacho favorável.

E.R.M.

Parahyba do Sul, 3 de Agosto de 1889.

Irmã Dupere. . APERJ – Arquivo Publico do Estado do Rio de Janeiro.  
PE. 98.3

O documento é rico, pois apresenta na parte superior a decisão do Provedor e da Mesa Administrativa, gostaríamos de ressaltar a rapidez do despacho, a carta foi enviada no dia 3 de agosto e no dia 11 do mesmo mês, houve a resposta positiva. Entre os motivos encontramos a maioria da menina e também a sua boa conduta.

Outro ponto que não entendíamos era por que os relatórios eram endereçados ao Bispo de Niterói, e depois foram endereçados ao Bispo de Valença, isso indica uma provável mudança na estrutura da diocese, na qual a cidade estava subordinada. Contudo a cidade de Niterói ainda guardaria outro segredo – a atuação das vicentinas, que só foi descoberta na pesquisa do acervo de outra instituição de memória da cidade do Rio de Janeiro.

### **2.3 Novenas, ladainhas e salve rainha: o significado do prédio do Educandário Nossa Senhora da Piedade**

Flexor (2009) nos ajudar a distinguir um inventário de um testamento, destacando a importância dos documentos judiciais para o estudo da História da Educação. Ela nos diz:

É importante salientar que, nem sempre os inventários e os testamentos constituíam um único processo ou eram indissociáveis os inventários eram feitos quando existiam órfãos menores e bens a serem partilhados e podiam ou não incluir testamento [...]. O testamento era facultativo, o inventário obrigatório quando houvesse bens (FLEXOR, 2009, p.25).

O Educandário foi construído com a verba testamentária de Mariana Claudina Pereira de Carvalho, Condessa do Rio Novo, casada com seu primo o Visconde do Rio Novo, sem herdeiros diretos.



Fonte; Nicolino Visconti. Acervo do Centro Cultural Maria de Lourdes Tavares em Paraíba do Sul, s/d.

Um belíssimo edifício, no alto do morro de Santo Antônio, que chamava atenção pela grandiosidade e elegância, o prédio de três andares possuía um pé direito alto, um grande número de janelas que permitiam a ventilação e entrada da luz solar e marcava a paisagem de uma cidade acanhada, com ruas estreitas e sobrados coloniais.

Schueler (2001) ao dissertar sobre a *Associação Protetora da Infância Desvalida*, e as *Escolas de São Sebastião e São José* sinaliza que a iniciativa de construção de prédios públicos destinados especificamente para funcionarem como escolas ganhou fôlego, após a vitória brasileira na Guerra do Paraguai.

A liderança desse projeto coube ao Imperador D. Pedro II, que recusou a construção de estátuas. Em sua homenagem, ele preferiu que fossem construídas

escolas<sup>12</sup>. Não menos importante, foi à participação das associações de comerciantes nesse processo.

A iniciativa da construção de prédios apropriados às escolas primárias da Corte é atribuída ao imperador. Com a vitória da Guerra do Paraguai, cidadãos brasileiros teriam intencionado abrir uma subscrição destinada a erguer uma estátua de bronze em homenagem à Coroa. Ciente do fato, Pedro II aconselhou o ministro do Império a concentrar seus esforços no sentido de arrecadar dos participantes os donativos e o dinheiro necessário para a construção de edifícios escolares e para o melhoramento das escolas públicas (SCHUELER, 2001, p. 158).

A autora também voltou seus olhos para as formas arquitetônicas dos edifícios escolares, ressaltando a beleza e grandiosidade:

Os edifícios, pela sua grandiosidade e beleza arquitetônica, lembravam as estruturas luxuosas dos palácios, como foram ironicamente chamados por alguns contemporâneos. Com amplas salas e cercadas por jardins e gradis de ferro, as escolas municipais possuíam um salão central onde figuravam as estátuas em homenagem aos seus empreendedores (SCHUELER, 2001, p.170).

Câmara (1997) nos diz que, para Fernando de Azevedo<sup>13</sup>, os prédios escolares deveriam ser majestosos. Influenciado pelo passado colonial, pretendia promover através dos prédios escolares uma educação estética, no qual os mesmos deveriam ser apreciados como uma obra de arte diferenciando-se das demais construções.

Ao recuperar a arquitetura colonial como referencial de brasilidade, Fernando de Azevedo não pretendia apenas reproduzir os velhos modelos coloniais, mas retomar o fio da tradição e conformá-la a um novo quadro social do país, na construção do futuro. No edital de concorrência para a construção do novo prédio para a escola Normal, Fernando de Azevedo explicita sua intenção de que o projeto deveria inspirar-se em nossa arquitetura tradicional brasileira, uma vez que ela possibilitava o desenvolvimento do sentimento de

---

<sup>12</sup> Esse conjunto de grande valor arquitetônico é formado por oito escolas: *Escolas de São Cristóvão – escola Municipal Gonçalves Dias; Escola São Sebastião – Escola da freguesia de Sant’Anna; Escola da freguesia de São José; Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Gávea( Escola Municipal Luiz Delfino); Escola da freguesia de Nossa Senhora da Glória (Colégio Estadual Amaro Cavalcanti); Escola da Freguesia de santa Rita (Escola Profissional Feminina e, atualmente Centro Cultural José Bonifácio); Escola da Freguesia de São Francisco Xavier do Engenho Velho, posteriormente, Instituto Profissional Feminino e Escola Municipal Orsina da Fonseca.* (SILVEIRA,2009, p. 70-71)

<sup>13</sup> Ver no apêndice desse trabalho, o verbete sobre Fernando de Azevedo, organizado a partir do Dicionário de Educadores no Brasil.

nacionalidade e o sentido verdadeiro de uma obra arte. (CÂMARA, 1997, p.75).

O estilo arquitetônico, escolhido pelo reformador, foi o estilo neocolonial. O reformador pretendia também que os novos prédios fossem construídos em locais salubres, pois na sua proposta constava também o desenvolvimento de novas práticas pautadas nas concepções de higiene defendidas pelos médicos sanitaristas, que tanto lutavam contra as construções sem higiene, adaptadas para funcionar como escola.

A partir do estilo neocolonial foram construídos os prédios das Escolas Uruguai, Argentina (atual Sarmiento), estados Unidos, de Débeis Físicos [...]. A arquitetura escolar propugnada pela reforma, além de atender a uma noção de beleza e higiene, colaborar para construção de novas práticas escolares, redefinindo os espaços próprios para os seus diferentes sujeitos e para a realização das diversas atividades pedagógicas. O espaço escolar foi pensado de forma a contribuir para a perfeita harmonia das atividades educativas. Nesse sentido, as escolas deveriam ser instaladas em prédios especialmente construídos e que oferecessem condições higiênicas e saudáveis. (CÂMARA, 1997, p.76-77).

Os prédios materializavam intenções, e na reforma de Fernando de Azevedo não era diferente, eles materializavam um projeto de educação humanista. O reformador ainda trazia as marcas da sua formação em escolas católicas.

Segundo Câmara (1997), havia um debate instaurado na Associação Brasileira de Educação, que deferiram quanto a presença da Igreja na educação, com tons de nacionalismo, modernidade e progresso diferentes.

Para Azevedo o seu projeto de modernização do país encontraria na educação as bases de apoio. Em sua concepção, não bastava simplesmente educar o povo, era preciso criar o enraizamento da criança no país, e a melhor forma para fazer isto era o desenvolvimento de uma educação voltada para o trabalho. [...] a Modernização das instituições de ensino reclamadas por Azevedo no Inquérito de 1926 e um ano depois no projeto da reforma do Distrito Federal deveria se expandir para os edifícios escolares. (CÂMARA, 1997, p.70-71).

A arquitetura dos prédios escolares, que carregadas de subjetividade são sinais que nos permitem compreender as sociedades que os construíram. Foucault (1987), nos diz que a escola-edifício é marcada por micropoderes.

Como a escola-edifício deve ser um operador de adestramento. Fora uma máquina pedagógica que Paris-Duverney concebera na Escola militar e até nos mínimos detalhes que lhe impusera a Gabriel. Adestrar corpos vigorosos,

imperativo de saúde, obter oficiais competentes, imperativo de qualificação; formar militares obedientes, imperativo político; prevenir a devassidão e a homossexualidade, imperativo de moralidade. Quádrupla razão para estabelecer separações estanques entre os indivíduos, mas também aberturas para a observação contínua. O próprio edifício da Escola deveria ser um aparelho de vigiar (FOUCAULT, 1987, p.17).

Foucault (1987), apresenta o edifício escolar como integrante do aparelho de vigia, a sua forma arquitetônica, pensada para estabelecer a separação dos indivíduos podia também ser lida como uma tentativa de separar o espaço público do privado, a casa da escola. Se as janelas foram pensadas como entradas de ar e luminosidade, elas também possibilitavam a vigilância.

Nossa hipótese se apóia em Michel Foucault, segundo a qual, o edifício do Educandário Nossa Senhora da Piedade foi erguido dentro do imperativo da moralidade para evitar a devassidão das meninas desvalidas.

Chornobai (2005), salienta características específicas dos edifícios escolares católicos. As construções escolares católicas deveriam demonstrar a presença de Deus, quer fosse na capela, no desenho arquitetônico, na utilização da cruz como ornamento, ou ainda, nas imagens distribuídas por toda a escola - tudo deveria lembrar às alunas a presença de Deus.

Temos em comum com o estudo realizado pela autora acima, a presença de religiosos na educação. A autora centra suas análises na história das instituições educacionais de Ponta Grossa, Paraná, destacando a atuação dos Padres do Verbo Divino à frente das escolas masculinas e das Servas do Espírito Santo nas escolas femininas.

Percebemos que mesmo no período republicano, há uma presença marcante dos religiosos na educação, o que nos permite inferir que a escola era percebida como instrumento de disseminação da fé cristã.

As escolas católicas possuíam uma disciplina rígida, cada detalhe do espaço interno da escola estava voltado para corrigir comportamentos desviantes e ensinar a obediência:

Constituíam-se em dever das alunas: “Ocupar, na classe, o lugar que lhes for designado [...]; Levantar-se em classe, à entrada e saída do professor, da Diretora, da autoridade de ensino ou de visitante”. O citado regulamento trazia ainda como uma das proibições às alunas “ocupar em classe lugar que não o designado”. Assim orientadas, as alunas deveriam permanecer dentro dos limites do que se considerava uma boa educação; a organização do

espaço era determinada pela escola de forma que sua utilização fosse “dirigida” pelo professor (CHORNOBAI, 2005, p. 215-216).

Nem mesmo os dormitórios escapavam do ideal pedagógico cristão, pois os olhos do Criador deveriam estar em todo o lugar, vigiando os mínimos gestos.

Para as alunas internas, no espaço destinado ao dormitório, a presença da santidade acompanha o período de descanso: ao lado de cada cama, na pequena mesa-de-cabeceira, uma gravura ou uma imagem de algum santo passaria a noção de amparo e de exemplo a seguir (CHORNOBAI, 2005, p. 207-8).

Comparando o espaço interno do Educandário Nossa Senhora da Piedade com o espaço das escolas católicas descritas pela autora citada anteriormente, encontramos semelhanças. “Havia na sala de aula “6 carteiras com tinteiros, 1 escrivaninha de pinho, uma cadeira austríaca, 1 Crucifixo, 1 Imagem do Sagrado Coração de Jesus, 1 Banquinho, 1 Quadro para Contar, 1 Cadeira ordinária, 1 Carta de Geografia”(RELATÓRIO DO PROVIDOR, 1893,p.29)

Não podemos esquecer que em todos os cômodos havia a presença do Jesus Cristo crucificado para lembrar a devoção e o sacrifício, ensinando que a renúncia e a obediência conduzem ao paraíso. No dormitório das asiladas, havia dois crucifixos e na sala das Filhas de Maria, além do símbolo já citado, havia também a imagem de Nossa Senhora, cujo exemplo de mãe e mulher piedosa, as meninas deviam copiar. Assim, a iconografia cumpria o seu papel de incutir na mente e no coração os ensinamentos dos dogmas cristãos.

Não encontramos a presença dos símbolos cristãos, no Asilo dos Meninos Desvalidos da Corte. A instituição analisada por Souza pretendia “abrigar, instruir e profissionalizar meninos menores de doze anos em estado de pobreza, em regime de internato” (SOUZA, 2008, p.20).

Este Asilo se diferencia do Educandário Nossa Senhora da Piedade, pois era uma instituição gerenciada pelo Estado e sustentada pelo mesmo, embora os meninos contribuíssem com seu trabalho, o Asilo era mantido pelo poder público.

Se no interior dos prédios religiosos encontramos crucifixos e imagens que pretendiam formar as almas; a partir do ideário católico de virtude, bondade, obediência e sobriedade, nos prédios construídos e administrados pelo Estado encontramos a

presença de bustos erguidos, em homenagem aos políticos, aos doadores dos terrenos, de médicos e legisladores envolvidos com a educação.

Essa ação visava trazer a memória o exemplo dos grandes homens e mulheres e combater o esquecimento, atitude que perpetuava os atos filantrópicos. Acreditavam que por meio de um elenco de vidas exemplares seria possível educar as novas gerações.

No Educandário Nossa Senhora da Piedade, também encontramos o mesmo ideal. Há no rol de entrada o busto da Condessa do Rio Novo, quadros dos primeiros provedores e do Visconde do Rio Novo.

Assim como outros autores aqui citados, Buffa e Almeida Pinto (2002) traçaram um rico panorama da história da educação, interligando as propostas pedagógicas com as propostas arquitetônicas. Ao analisarem a Escola Normal de São Paulo, nos dizem que o estilo arquitetônico adotado foi o Neoclássico, para demonstrar a grandiosidade da República, que pretendia deixar para trás o passado associado a colônia e a monarquia.

A localização da Escola Normal de São Paulo na Praça da República é uma alusão à superioridade moral e intelectual e vitalidade da República. O conjunto funciona imaginariamente como um centro de comunhão cívica que convoca os homens sensíveis e as almas de boa vontade a partilharem de uma sociedade composta de cidadãos, que além de se reconhecerem como iguais, estão envolvidos na edificação de um mesmo porvir (BUFFA E ALMEIDA PINTO, 2002, p.109).

O Educandário Nossa Senhora da Piedade e a Escola Normal de São Paulo possuem o mesmo estilo arquitetônico. Isso nos permite pensar que, ao mesmo tempo, ele era um emblema do poder católico na sociedade sul paraibana e também a expressão do Estado laico republicano.

Os políticos sul paraibanos, a exemplo dos políticos paulistas, com quem tanto se afinavam, também pretendiam ordenar a cidade, começando pelos edifícios escolares. Nas Atas da Câmara da cidade, constam os diversos pedidos de subvenção para escolas.

No ano de 1925, a Comissão de Saúde, Justiça e Instrução era composta pelos Coronéis: Irineu Werneck dos Passos, Joaquim Ribeiro da Silva e Ângelo de Mattos. Entre os muitos pedidos de subvenção que coletamos, citaremos apenas os mais representativos.

Apresentado pela Comissão de Fazenda o seu parecer favorável ao pedido de D. Adelaide Braga Laranjeira para subvenção de sua escola na sede do

distrito de Tiradentes, e posto em discussão, o presidente, Dr. Galdino Pereira, passou a providência ao Vice-Presidente Cel. Ferreira Filho e informou a Câmara que distante dessa escola, uns trezentos (300) metros havia uma escola pública estadual. Assumiu em seguida a presidência – o vereador Cel. Ferreira Filho, pedindo a palavra manifestou-se pela aprovação do parecer, não só por ser escola cuja subvenção se pede freqüentada por mais de quarenta alunos, como por ter a escola estadual uma matrícula superior a Oitenta sendo impossível a uma só escola atender a tão elevado número de alunos – Submetendo o parecer à votação, foi o mesmo aprovado unanimemente. (ATAS DA CÂMARA, 1925, p.9).

O pedido expresso, na citação acima, adotou como forma de defesa da concessão da subvenção, o grande número de alunos que freqüentava a escola. Podemos perceber a necessidade de construção de novos prédios para funcionarem especificamente como escolas.

O grande inimigo do regime republicano era o excessivo número de analfabetos, que impedia o progresso e instaurava em terras brasileiras, a barbárie. O analfabetismo deveria ser combatido com todas as forças, pois no conjunto das ações modernizadoras estava à adoção de técnicas de trabalho e, também, o uso de máquinas, empregando a mão-de-obra qualificada na indústria, que dava seus passos tímidos, na década de 1920.

Rosa Fátima (2006) nos diz que a criação dos primeiros grupos escolares em São Paulo foi uma resposta da classe dirigente, que dirigindo o processo de escolarização, pretendia alfabetizar rapidamente a classe trabalhadora.

A escola primária graduada, compreendendo a classificação homogênea dos alunos, várias salas e vários professores, é uma invenção recente na história da educação brasileira. Essa modalidade de escola primária, denominada “grupo escolar” foi implantada pela primeira vez no país em 1893, no estado de São Paulo, e representou uma das mais importantes inovações educacionais ocorridas no final do século passado. Tratava-se de um modelo de organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa e às necessidades da universalização da educação popular. Ao implantá-lo, políticos, intelectuais e educadores paulistas almejavam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos. (SOUZA, 2006, p.35).

Em Paraíba do Sul o debate estava aberto, legisladores, médicos e membros da Igreja propunham formas de romper como o atraso educacional e alfabetizar a classe trabalhadora. Havia carência de escolas e também de professores. No ano de 1925, nos quadros da prefeitura, encontramos 17 servidores exercendo a função docente.



Esse número exíguo de docentes vinculados a prefeitura, abria espaço para a atuação de escolas particulares e, também, para atuação da Igreja na educação. Dentro das iniciativas dos religiosos destacamos o cuidado com as meninas desvalidas, materializado no grandioso prédio no alto do morro de Santo Antônio.

Qual foi a forma encontrada pela instituição para escolher entre as desvalidas, quais poderiam receber instrução? Qual seria o modelo adotado para selecionar as meninas? Pois, certamente, não havia lugar para assistir a todas as meninas desvalidas da cidade que procuravam abrigo no coração do pelicano.

## 2.4 – No coração do Pelicano: as meninas do Educandário Nossa Senhora da Piedade

A base do edifício era de pedras, o que lhe dava solidez, as linhas retas em sua fachada apresentavam ao mesmo tempo sobriedade e leveza. No frontão triangular foi esculpida a figura de um pelicano, ave que simbolizava o cuidado com os desvalidos. O simples movimento de águas do telhado conferia à obra modernidade.

Nos relatórios do provedor Randolpho Penna Junior são longos os relatos sobre as medidas necessárias para a conservação do prédio. O mesmo provedor concede à irmã superiora a possibilidade de efetuar reparos nas instalações do prédio. "Art. 5º a Irmã Superiora poderá mandar fazer reparos urgentes no edifício do Asilo, comunicando depois ao Provedor" (RELATÓRIO DO PROVIDOR, 1926, p.10).

Por meio da análise da iconografia católica, descobrimos que o pelicano simboliza Jesus, que deu a sua própria vida, ofereceu seu próprio corpo em sacrifício. O pássaro rasga a sua própria carne e a oferece aos seus filhos como alimento, ao colocá-lo no frontão do educandário, a Condessa mais uma vez fazia uso de símbolos conhecidos dos que praticavam a mesma fé, são vestígios deixados pelos homens do passado, formando uma rede, com diversos fios, que nos permitem conhecer os significados dos seus gestos e dos seus atos.

Não havia lugar para todas as meninas desvalidas de Paraíba do Sul na instituição e, como os documentos não resistiram ao incêndio, usaremos os critérios do Asilo Santa Leopoldina, em Niterói, para mostrar como poderiam ser selecionadas as meninas do educandário.

Havia pedidos para matrícula de meninas, que eram deferidos favoravelmente a partir do cumprimento de algumas exigências, entre elas era apresentação do atestado de pobreza, de vacinação e certidão de nascimento da menor. Um critério muito importante era que a menor deveria ser natural da cidade, na qual o asilo estava situado. Entre muitos documentos, escolhemos um que fizesse referência aos outros documentos.

Ilmos e Exmos Senhores Provedor e mais membros da Mesa Administrativa do Asilo de Santa Leopoldina

Apresenta a suplicante atestado de pobreza e de haver sido vacinada como exige a menor Armanda.

Asilo, 6 de Dezembro de 1891.

A abaixo assinada, viúva de João José de Araújo, sendo extremamente pobre e não tendo meios para manter e educar quatro filhos

entre os quais a sua filha Armanda, de sete anos de idade, vem pedir-vos a admissão d'esta no Asilo que tão digna e caridosamente administrais.

Tem a suplicante toda a esperança, de ser atendida por ser natural de Niterói, assim como sua filha e dar preferência a este Compromisso da Irmandade.

Nas circunstâncias criticas em que se acha oferece a suplicante à Vossa consideração os documentos juntos e pede deferimento.

Niterói, 4 de Dezembro de 1891. APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. PE. 98.3 <sup>14</sup>

No documento constam anotações na parte superior, que na verdade representam o deferimento favorável ou não. Nesse caso, o Provedor limitou-se a anotar que a suplicante havia entregado todos os documentos solicitados.

Mas a suplicante parece ser bastante esclarecida quanto às possibilidades de obter êxito no seu intento. Primeiro, ela expõe sua viuvez como motivo da sua pobreza. A ausência do marido, acompanhada do grande número de filhos fez com que ela reivindicasse para a pequena Armanda, de sete anos de idade, uma vaga na caridosa instituição.

Contudo nos chama atenção, o conhecimento que a suplicante possuía dos caminhos legais para conseguir uma vaga. Ela cita o Compromisso da Irmandade, fazendo menção à naturalidade das asiladas aceitas pela instituição.

Mas a suplicante demonstra esperança de ser atendida, pois a sua filha é natural de Niterói e a situação de pobreza é um dos critérios para aceitação das meninas. Ela também, não esquece de mencionar que enviou os documentos para demonstrar boa vontade em cumprir as exigências estabelecidas pela instituição.

Examinamos o Estatuto e o Regimento da Irmandade Nossa Senhora da Piedade de Paraíba do Sul e, não encontramos qualquer artigo que estabelecesse os critérios para aceitação das meninas.

O estudo de Câmara (1997) nos revela que o Instituto profissional Feminino Orsina da Fonseca possui as mesmas regras para o ingresso de meninas.

Para ingressar no Instituto Orsina da Fonseca era preciso que o pai, mãe ou responsável da menor enviasse um requerimento de solicitação de vaga à

---

<sup>14</sup> Nesse maço de documentos encontramos os dossiês, que contém separadamente os documentos de cada menina, cujos pais pediram admissão no Asilo de Santa Leopoldina.



## 2.5 – Abandono, doces e brinquedos: analisando os diferentes conceitos de criança

Nessa sessão, continuamos analisando o perfil das meninas desvalidas do Educandário Nossa Senhora da Piedade. Contudo, voltaremos os nossos olhos, para os conceitos de criança desvalida, abandonada, infratora e enjeitados.

Câmara (2006), em sua tese de doutorado, apresenta a definição de desvalido. Eis a definição: “por desvalida, passou a ser caracterizada toda a criança identificada como inferior do ponto de vista, moral, intelectual e econômico” (CÂMARA, 2006, p. 47).

Renato Pinto Venâncio trabalha com o conceito de criança abandonada. Para que possamos estabelecer uma comparação, apresentaremos os dois conceitos e veremos as semelhanças e diferenças.

Quando queriam denominar o que hoje chamamos criança abandonada, nossos antepassados utilizavam os termos enjeito ou exposto. Os dicionários do século XVIII mencionavam, dessa maneira, as expressões criança exposta ou criança enjeitada em vez de abandonada. As leis do início do século XIX empregavam freqüentemente a primeira denominação. Em 1815, D. João VI mandou que se arrecadassem no Rio de Janeiro “contribuições em favor dos da criação dos expostos”. [...] Já a expressão criança abandonada seguiu um caminho tortuoso. No século XVII, era considerada um extravagante galicismo. Na primeira metade do século XIX, começou a fazer tímidas aparições nos textos legais, até se generalizar por volta de 1890. Contudo, a nova terminologia dizia respeito fundamentalmente às crianças infradoras, aos delinqüentes, contraventores ou vadios, sendo raramente empregada para designar os antigos enjeitados e expostos dos tempos coloniais. Um aspecto fundamental das definições brasileiras herdadas da metrópole portuguesa dizia à origem atribuída aos bebês desamparados. Uma vez mais, percebe-se a visão negativa da cultura letrada diante do gesto. No início do século XVI, as leis lusitanas consideravam os enjeitados como filhos “de algum homem casado, ou de solteiros, ou filhos de religiosas, ou de mulheres casadas. Os abandonados eram tidos como bastardos e a opinião oficial a respeito dos pais era a pior possível (VENÂNCIO, 1999, p.18 e 20.).

A primeira diferença que podemos destacar é o tempo. O autor direcionou suas análises nos séculos XVIII e XIX. Câmara estuda as primeiras décadas do século XX. Destacamos um dado importante, ambos partem da legislação para entender a sociedade que a produziu. Os dois autores nos permitem conhecer panoramicamente os conceitos relativos às crianças abandonadas ao longo da história do Brasil.

Os enjeitados ou expostos, eram crianças deixadas nas *Rodas* nas Santas Casas de Misericórdias por seus responsáveis. Essas Rodas tiveram longa vida na sociedade brasileira, sendo extintas no período republicano.

Câmara (2006) chama nossa atenção para o fato de que essas crianças transitavam em uma área sombria, ora adjetivada como desprotegidas, ora adjetivadas como perigosas. Ela tece um quadro rico da cidade do Rio de Janeiro a partir das crônicas e a que nos interessa por hora, é a de Orestes Barbosa, que conta a história de uma menina desvalida explorada e sem formação. Vejamos a análise da autora sobre a crônica.

No casa de Alice, a paulistinha, a situação que vivera na infância a teria jogado, como uma sina irremediável, no mundo da prostituição. Analfabeta, dominava como ninguém o conhecimento da vida e as artimanhas que as esquinas da cidade reservavam, tornando-as sabida pelo convívio com homens letrados e com a escoria da sociedade o que lhe permitiu a pecha de prodígio, mas também de maldade (CÂMARA, 2006, p.45).

Esta citação reforça a nossa hipótese sobre o medo da prostituição feminina das meninas desvalidas. No jornal O Arealense, encontramos um artigo de 24 de Outubro de 1925, intitulado Educação Infantil, que faz a advertência: “É preciso que se evite todo o contato com as pessoas que possam prejudicar. Não deixando crianças pelas ruas, açougues e vendas, em promiscuidade com pessoas sem escrúpulos, que protegeis o tênue véu de inocência que é o encanto da infância” (O ARELAENSE, 1925, p.7).

Vianna (1999) ao analisar a ação da polícia sobre a menoridade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, nos ajuda a ampliar o entendimento dos conceitos estudados. A autora traça um breve histórico do termo menor. Em 1910, ele possuía raízes no campo jurídico, contudo, houve uma mudança com a promulgação do Código de Menores de 1927, o termo passou a designar a infância pobre.

Tanto Vianna (1999) como Câmara (2006) apontam na mesma direção: que esses indivíduos caminham numa área nebulosa, que vai do abandono à mendicância; passando pela vadiagem e prostituição. Os mesmos são alvos da força policial por serem “*indivíduos tidos como potencialmente perigosos*” (VIANNA, 1999, p.44).

A força policial pretendia corrigi-los antes que se tornassem adultos criminosos, por isso uma extensa malha correcional foi criada para cuidar dos menores. A autora ressalta também a atuação das instituições religiosas que pretendiam corrigir os menores. Ela diz:

Às instituições religiosas, voltadas ao atendimento pautado no princípio da caridade, somavam-se em boa medida contrapunham-se as instituições orientadas para a filantropia, desejosos de adequar o atendimento ao próximo a valores científicos. Assim, às instituições ligadas a ordens

religiosas, em cujos nomes ficava clara a filiação, acresciam-se estabelecimentos que pretendiam combinar assistência pública e privada e que voltavam-se não à caridade com os desvalidos, mas às tentativas de erradicação das causas da mortalidade ou do abandono (VIANNA, 1999, p. 43)

A citação anterior pontua a atuação das instituições religiosas no Rio de Janeiro. No interior do Estado elas também se faziam presentes, caminhando lado a lado com as instituições estatais com o objetivo de educar, corrigir e civilizar os desvalidos. O que pretendemos conhecer na próxima sessão deste trabalho é das meninas presentes no Educandário Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul.

## **2.6 - As Bonecas de pano: as meninas presentes no Educandário Nossa Senhora da Piedade.**

No período de 1925 a 1930, o Educandário Nossa Senhora da Piedade possuía 123 meninas<sup>15</sup>. Vejamos a tabela, que apresenta o ingresso e a saída das meninas ao longo do período analisado. O ano de 1925, apresentava um impasse, pois nos relatórios do provedor houve um engano, no momento de registrar o número de meninas que saíram nesse ano, visto que ele registrou o número de meninas que entraram e não como o número das que saíram.

Ele organizou ano após ano uma tabela lista com o nome das meninas que entraram. Essa lista consta no anexo desse trabalho. No ano de 1925, havia 61 meninas, entraram 20 e saíram 3, totalizando 81 alunas. Uma frequência maior do que as escolas públicas que lutavam contra a escassez de alunos.

---

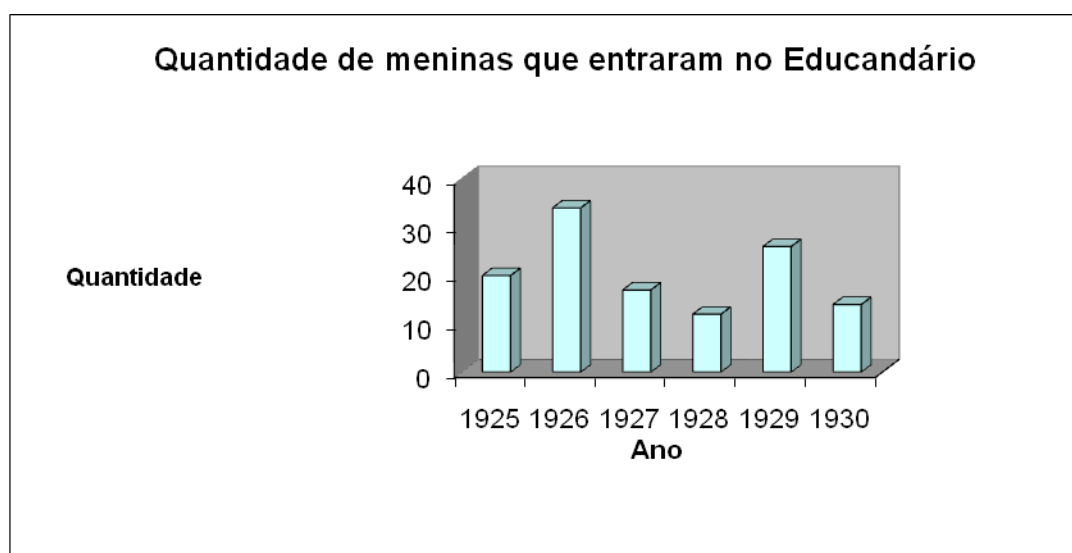
<sup>15</sup> Colocamos em anexo as listas com os nomes das meninas, organizadas pelo próprio Provedor Randolpho Penna Junior ao final de cada Relatório Compromissal apresentando a Mesa Administrativa e ao Bispo da diocese.

**Tabela 5 – Ingresso e Saída de Meninas**

ANO	INGRESSO	SAÍDA	TOTAL
1925	20	3	17
1926	34	2	32
1927	17	7	10
1928	12	16	4
1929	26	10	16
1930	14	8	6
<b>TOTAL</b>	<b>123</b>	<b>63</b>	<b>68</b>

Fonte: Arquivo do Educandário Nossa Senhora da Piedade, Relatórios do Provedor 1925 a 1930.

A partir dos dados apresentados na tabela, organizamos um gráfico para expressar as diferentes proporções ao longo do período estudado, representando graficamente a variação no número de entrada das meninas no educandário.

**Gráfico 1- Quantidade de Meninas que entraram**

Fonte: Arquivo do Educandário Nossa Senhora da Piedade, Relatórios do Provedor 1925 a 1930.



Quais seriam as explicações para os baixos índices de entrada nos anos de 1928 e 1930? Para o ano de 1928 uma explicação possível é a inauguração de um grupo escolar em Entre - Rios, segundo distrito administrativo de Paraíba do Sul. Vejamos o que diz Randolpho Penna Junior, Provedor da Irmandade Nossa Senhora da Piedade:

Causou-me grande satisfação o ato do benemérito Governo do estado do Rio de Janeiro dando o nome da veneranda “Condessa do Rio Novo”, nossa excelsa e principal benfeitora, ao grupo escolar inaugurado em 3 de maio no florescente povoado de Entre Rios, onde esta instituição possui grande parte de seu patrimônio e antiga residência da saudosa titular (Relatório de 1928, p.2).

O fato acima não poderia ser desconsiderado por nós, pois nos apoiamos na hipótese de que havia um reduzido número de escolas mantidas pelos poderes municipais. Ao longo dos anos essa realidade foi se alterando e o estado lentamente se encarregou da construção de prédios escolares.

Mesmo sabendo a quantidade de meninas presentes no Educandário no período estudado, gostaríamos de discutir o motivo pelo qual elas teriam sido colocadas nessa instituição. Renato Pinto Venâncio (1999) nos auxilia na descoberta do motivo do abandono quando analisa a Roda dos Expostos.

Por meio de técnicas e métodos comuns à demografia histórica e à história social, procuramos reconstituir o cotidiano das instituições, desvendando o universo de motivações que levavam pais, mães, tios, padrinhos e avós a recorrer à Roda dos expostos. Conforme veremos, as famílias das camadas populares não viam o recurso à assistência como uma demonstração de ausência de amor pela criança. Para os homens e as mulheres de antanho, a procura pela instituição decorria quase sempre de crises no universo da pobreza e tinha por objetivo proteger meninos e meninas do infanticídio (VENÂNCIO, 1999, p.13).

Renato Pinto Venâncio (1999) apontou como motivo do abandono das crianças nas Rodas dos Expostos, o medo do infanticídio e que os pais o faziam para proteção da vida dos filhos.

Maria Luíza Marcílio (2006) ao analisar o mesmo objeto, ou seja, o abandono de crianças na Rodas dos Expostos acrescenta um novo dado, o desejo de recuperar os

filhos, fez com que os pais colocassem objetos, para diferenciar seus pequenos dos demais expostos, facilitando assim uma identificação futura.

Muitas vezes ao abandonar um filho, os pais deixavam-lhe sinais para futuras identificações, no caso de terem intenção de reaver a criança. Pedacos de madeiras ou metades de moeda, para tanto partidas, por exemplo, eram deixadas juntos com o bebê na hora de abandoná-lo. Mas tarde, podiam-se juntar as duas partes, comprovando a identificação dos pais. Essa prática seria preservada na Europa até fins do século XIX e transposta para o Brasil tradicional (MARCÍLIO, 2006, p.23).

Góes e Florentino (2006) apresentam os motivos que separavam as crianças dos pais; entre eles estão: as doações de crianças, alforrias, fugas, vendas, partilha de bens, e a mortalidade infantil.

Poucas crianças chegavam a ser adultos, sobretudo quando do incremento dos desembarques de africanos do porto carioca. Com efeito, os inventários das áreas rurais fluminenses mostram que, no intervalo entre o falecimento dos proprietários e a conclusão da partilha entre os herdeiros, os escravos com menos de dez anos de idade correspondiam a um terço dos cativos falecidos. [...] Aqueles que escapavam da morte prematura, iam aparentemente, perdendo os pais. Antes mesmo de completarem um ano de idade, uma entre cada dez crianças já não possuía nem pai nem mãe anotados nos inventários. Aos cinco, metade parecia ser completamente órfã: aos 11 anos, oito a cada dez. [...] É preciso cautela na análise destes inventários, pois havia outros fatores determinado o pronunciado crescimento do número de crianças sem pais entre o nascimento e os 11 anos de idade. [...] Doações aconteciam quando batismo e geralmente favoreciam os familiares do proprietário. Não significavam, por isso forçosamente, o definitivo rompimento da convivência entre pais e filhos. Também a alforria ente os cativos fazia desaparecer dos registros os pais. Os pais também sumiam dos inventários porque eram vendidos e legados: uma entre cada quatro famílias eram partidas quando chegava a hora de dividir os bens do falecido. E também fugiam, por certo Além disso, os avaliadores de escravos só registravam o pai se este fosse casado, como recomendavam as prescrições da Igreja católica. [...] A mortalidade, por certo, também se mostra presente no paulatino desaparecimento dos vínculos familiares entre filhos e pais (GÓES e FLORENTINO, 2006, p.180-81).

Havia nessa sociedade um mecanismo complexo que ao mesmo tempo repudiava o abandono de crianças e, concomitantemente, criava instituições que prestavam auxílio aos desvalidos, entre elas as católicas, que tinham como princípio exercer a caridade e com este mecanismo propagavam a fé católica.

No documento do Asilo Santa Leopoldina apresentamos a perda do pai é citada entre as causas que levaram a mãe de Armanda a solicitar uma vaga no asilo. Gostaríamos de pontuar que a pobreza das famílias não foi mencionada pelos autores

aqui citados. Em síntese, a questão do abandono apresenta múltiplos fatores e, por isso, é bastante complexa.

## 2.7 – Contando as pedras do terço: as idades das meninas

Pretendemos agora separar cada ano e analisar a média de idade das meninas para que possamos conhecer características que podem ser explicadas através dos números. Vejamos a média de idade das asiladas de 1925 expressa na tabela:

**Tabela 6 – Número de meninas por Idade em 1925**

<b>IDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
0 –6	0
7–10	14
11–14	6
15–18	0
+ 19	0
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>

Fonte: Arquivo do Educandário Nossa Senhora da Piedade. Relatórios do Provedor 1925.

Para todos os anos montamos a mesma tabela, com as mesmas faixas etárias para que possamos conhecer qual era a faixa etária que possuía mais meninas e, se essa característica se manteve ao longo de todo o período estudado. No ano de 1925, entraram 20 asiladas na instituição de ensino. Não encontramos nenhuma menina, na primeira, na quarta e quinta colunas. Temos 10 meninas na faixa etária de 7-10 anos e 6 meninas, na faixa etária de 11-14 anos.

Esses dados são preciosos, como revela Venâncio (1999) que analisou o perfil dos enjeitados da Roda dos Expostos. Vejamos o que o autor nos diz:

Outro aspecto fundamental na definição do perfil dos enjeitados diz respeito à idade. As crianças matriculadas nas Casas da Roda eram recém-nascidas

ou contavam com meses de vida? As matrículas e os ofícios cariocas não trazem informações a esse respeito e as referências a enxovais, meio indireto de conhecer a idade dos abandonados, são bastante raras. O texto das matrículas da Casa da Roda de Salvador também era discreto; foi somente a partir da segunda metade do século XIX que a menção à idade passou a constar regularmente nos documentos baianos (VENÂNCIO, 1999, p.50).

Venâncio (1999) nos mostra que outros pesquisadores também enfrentaram o problema de lacunas nas fontes documentais primárias e, mesmo assim, puderam se aproximar do seu objeto de estudo, mesmo que algumas áreas tenham ficado encobertas.

A análise de Venâncio (1999) também nos auxilia a inferir que o abandono na sociedade sul paraibana não ocorria na primeira infância, ou seja, os pais buscavam alternativas antes de deixar a filha no Educandário, pois como explicar que 70% das meninas que entraram nessa instituição católica tinham entre 7-10 anos de idade?

No ano de 1926, o padrão se mantém, registrando 24 meninas dentro da faixa etária 7-10 anos de idade, 9 na faixa 11-14 anos e apenas 1 menina na faixa etária com anos de 7 anos de idade. Vejamos a tabela abaixo:

**Tabela 7 – Numero de Meninas por Idade em 1926**

<b>IDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
0 –6	01
7–10	24
11–14	09
15–18	0
≥19	0
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>

Fonte: Arquivo do Educandário Nossa Senhora da Piedade. Relatórios do Provedor 1926.

Adelina Cardoso nasceu no ano de 1918, seus pais a deixaram no educandário no ano de 1926, onde também deixaram sua provável irmã Maria Aparecida Cardoso,

nascida em 1914<sup>16</sup>. Na tabela que organizamos com as meninas que provavelmente são irmãs, encontramos um intervalo de dois a quatro anos entre as idades das meninas.

No ano de 1927, temos 3 meninas com menos de 7 anos de idade, isso representa um lento crescimento e uma mudança na faixa etária das crianças abandonadas em Paraíba do Sul. Contudo, a faixa etária que ainda apresenta maior número de meninas abandonadas é a faixa de 7-10 anos.

**Tabela 8 – Número de Meninas por Idade em 1927**

<b>IDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
0 –6	03
7–10	09
11–14	05
15–18	0
≥19	0
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>

Fonte: Arquivo do Educandário Nossa Senhora da Piedade. Relatórios do Provedor 1927.

No Relatório de 1927, encontramos Elsa Júlio Teixeira, que foi deixada aos cuidados das Irmãs vicentinas com meses de vida. Temos também Maria de Lourdes de Souza com 4 anos de idade. Se compararmos apenas a primeira coluna das três tabelas, perceberemos como o abandono das meninas ocorreu mais cedo.

Em 1925, não temos nenhuma menina na faixa etária de menos de 7 anos, e houve um crescimento, em que o ano de 1927 representa o ápice, com 3 meninas abandonadas dentro dessa faixa etária. Vejamos a diferença da tabela de 1927 para a tabela de 1928.

No ano de 1928, o relatório apresenta uma queda do número de meninas com menos de 7 anos. Das 12 meninas, apenas uma se encontra nessa faixa etária e não há

<sup>16</sup> No apêndice desse trabalho consta uma tabela com meninas que provavelmente são irmãs. Devido à ausência de funcionários disponíveis no cartório, não foi possível consultar o livro de registro de nascimento, que contém o nome dos pais, o que nos permitiria afirmar a existência de vínculos familiares entre as asiladas.

uma discrepância dos números da faixa etária 7-10 anos e 11-14 anos. Esse ano pode ser considerado, em termos de tabela, o mais equilibrado.

**Tabela 9 – Número de Meninas por Idade em 1928**

<b>IDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
0 –6	01
7–10	06
11–14	05
15–18	0
≥19	0
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>

Fonte: Arquivo do Educandário Nossa Senhora da Piedade. Relatórios do Provedor 1928.

No ano de 1929, o número de meninas com menos de 7 anos volta a crescer, somando 4 meninas. Há também uma mudança, o maior número de meninas não se encontra mais na faixa etária 7-10 anos de idade e sim, entre 11-14 anos, isso pode ser explicado pelo envelhecimento das meninas dentro do Educandário Nossa Senhora da Piedade.

**Tabela 10 – Número de Meninas por Idade 1929**

<b>IDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
0 –6	04
7–10	09
11–14	13
15–18	0
≥19	0
<b>TOTAL</b>	<b>26</b>

Fonte: Arquivo do Educandário Nossa Senhora da Piedade. Relatórios do Provedor 1929.

No ano de 1930, o número de meninas com menos de 7 anos de idade é maior do que o número de meninas com 7-10 anos de idade. Isso representa uma inversão, pois começamos o período estudado, ou seja, o ano de 1925, sem nenhuma asilada com menos de 7 anos no Educandário Nossa Senhora da Piedade. Essa mudança também indica que os pais passaram a abandonar os filhos mais cedo. Isso pode ser explicado por muitos motivos que não foram analisados nessa pesquisa, entre eles, a necessidade crescente da entrada da mulher no mercado de trabalho, que sem poder contar com creches e outros parentes para tomar conta da prole, preferiam deixá-las aos cuidados das irmãs vicentinas. Vejamos a tabela:

**Tabela 11 – Número de Meninas por Idade 1930**

<b>IDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
0 –6	06
7–10	04
11–14	04
15–18	0
+ 19	0
<b>TOTAL</b>	<b>14</b>

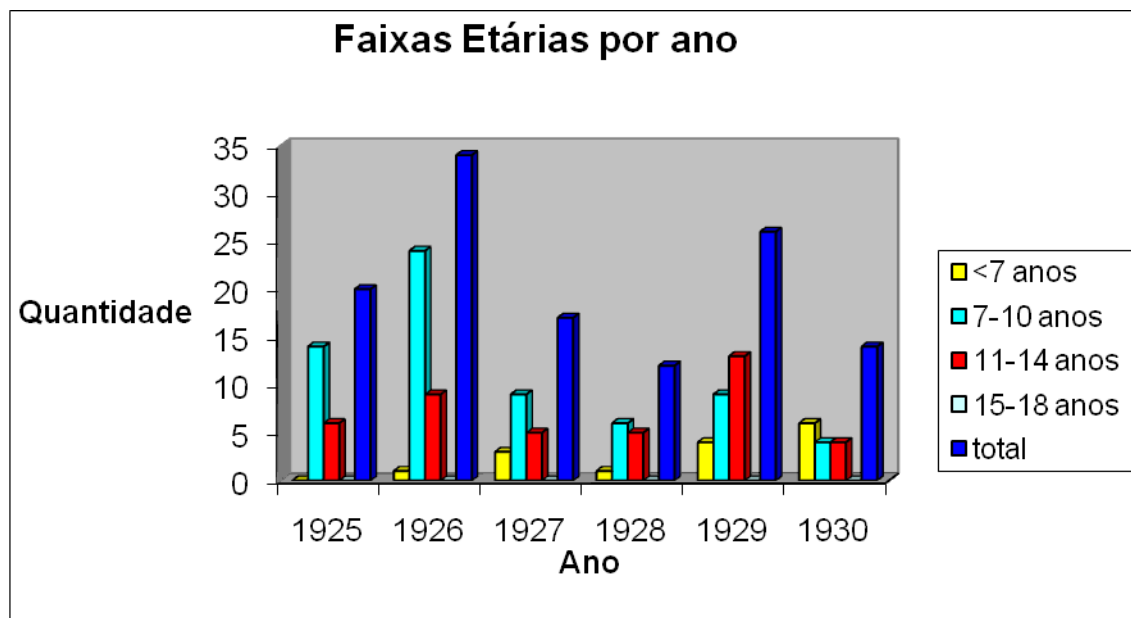
Fonte: Arquivo do Educandário Nossa Senhora da Piedade. Relatórios do Provedor 1930.

Organizamos um único gráfico, com todos os anos e todas as idades das asiladas para que pudéssemos ver os dados em conjunto e perceber as curvas que cada ano apresenta.

O gráfico a seguir representa por meio de cores as quatro faixas etárias presentes no Educandário Nossa Senhora da Piedade, no período de 1925 a 1930. No ano de 1925, temos o predomínio da cor azul claro, que representa a faixa etária de 7-10 anos, seguida do vermelho, que representa a faixa etária 11-14 anos de idade. No ano de 1925 é inexistente a cor amarela, ou seja, não há meninas menores de 7 anos de idade, o que começará a desenhar um novo padrão a partir do ano de 1926. Não encontramos nenhuma menina entrando no asilo com 15-18 anos e, mesmo as que desejaram ficar

para trabalhar como auxiliares das irmãs vicentinas, não são citadas nos relatórios, ou seja, elas não eram contadas.

**Gráfico 2 – Faixa Etária**



Fonte: Arquivo do Educandário Nossa Senhora da Piedade. Relatórios do Provedor de 1925 a 1930.

Para adensar nossa reflexão, podemos comparar a faixa etária das meninas do Educandário Nossa Senhora da Piedade, no período de 1925 a 1930, com as meninas do Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca.

Câmara (1997) nos diz que a instituição aceitava meninas dos seis aos quatorze anos de idade, uma faixa etária menor que o Educandário, em que as meninas ficavam até completar dezoito anos de idade.

Dos dez estabelecimentos profissionais do Distrito Federal em 1927, apenas quatro funcionavam como internato, desempenhando a função de abrigo para os menores necessitados. Destes apenas o Instituto Profissional Orsina da Fonseca atendia às meninas pobres dos seis aos quatorze anos, independente de qualquer grau de escolaridade primária. Esse era um dos motivos por que a procura por matrícula no Instituto era muito superior ao número de vagas oferecidas, o que acarretava longos períodos de espera, onde muitos pedidos eram recusados (CÂMARA, 1997, p.237).



No Educandário Nossa Senhora da Piedade, houve casos, nos quais as meninas decidiram ficar na instituição. O Relatório de 1928<sup>17</sup> faz menção a meninas que não quiseram deixar o educandário, ficando como cooperadoras para auxiliar as irmãs no cuidado com as outras meninas e na execução das tarefas.

As meninas eram em número de oito. Seus nomes são: Olga Malta, Herondina Fraga de Castro, Armanda Lima, Geralda Palermo, Maria Magdalena Martins, Leonor de Oliveira, Maria da Glória Campos e Palmyra Aguiar. Segundo Marcílio (2006a), o fato das meninas não quererem sair da instituição não era incomum, pois algumas permaneciam até a vida adulta, sem jamais formar novas famílias.

As saídas das meninas da Instituição eram sempre cercadas de cuidados. As que não conseguiam ser admitidas em casas de famílias “honestas”, para servirem como empregada, permaneciam nos recolhimentos por vezes até idades muito avançadas. Somente quando já maduras as expostas recolhidas Geriniana de matos (48 anos), Maria Cândida Luísa de Matos (59) e Justina Laudelina de Matos (62 anos) pediram desligamento da Santa Casa e concessão de meio dote para início de estabelecimento próprio. Elas tinham passado boa parte das suas vidas na Instituição, sem nunca terem conhecido o convívio familiar (MARCÍLIO, 2006a, p. 281).

No ano de 1930, foram realizadas obras no Educandário que tinham como objetivo promover maior higiene e conforto no estabelecimento de ensino. Foram realizadas reformas no prédio buscando prover o grande palácio, situado no alto do morro de Santo Antônio, de condições físicas compatíveis com as funções de moradia e de atividades educativas.

Foi feita completa remodelação na despensa do estabelecimento, cumprindo assim os desejos da Superiora e tendo em vista os preceitos de higiene e as necessidades da economia interna. Foram pintadas a óleo as portas dos extensos corredores e as paredes até certa altura, sendo caiadas as restantes paredes. Foi substituída uma grande chapa de ferro do fogão e feitos diversos melhoramentos na cozinha. Foi também substituído o forro de uma sala no pavimento térreo (Arquivo do Educandário Nossa Senhora da Piedade, Relatórios do Provedor, 1930, p. 9).

Os estudos aqui apresentados mostram o quão difícil é o estudo das crianças desvalidas e, principalmente, traçar o perfil dessas crianças. Existem muitos obstáculos e carência de dados e fontes. Na verdade, as lacunas presentes nos documentos nos

---

<sup>17</sup> Parte do relatório com as anotações do provedor, sobre a permanência das meninas no Educandário Nossa Senhora da Piedade, encontra-se nos anexos desse trabalho.

fazem contar a história de modo parcial, mas nem por isso ela deixa de ser significativa, o historiador tem como ofício desvendar os indícios e interpretar a história.

### **CAPÍTULO III – LAÇOS DE FITAS: a educação feminina do Educandário Nossa Senhora da Piedade**

O mosquito pernيلongo. Trança as pernas, faz um M, depois, treme, treme, treme, faz um O bastante oblongo, faz um S. O mosquito sobe e desce. Com artes que ninguém vê, faz um Q, faz um U e faz um L. Esse mosquito Esquisito. Cruza as patas, faz um T. E aí, se arredonda e faz um outro O, mais bonito. Oh! Já não é analfabeto esse inseto, pois sabe escrever seu nome. Mas depois vai procurar alguém que possa picar, pois escrever cansa, não é, criança? E ele está com muita fome.

Cecília Meireles – O mosquito escreve.



Fonte:

Fotógrafo não identificado, s/d. Acervo da Irmandade Nossa Senhora da Piedade.s/d.

### 3.1 – Estampas da caridade e filantropia: analisando a fotografia

José Saramago (1995), em seu livro *Ensaio sobre a Cegueira*, nos auxilia na reflexão sobre o valor da visão na sociedade moderna. Pouco a pouco, os habitantes da cidade são tomados por uma cegueira branca sem causa e sem dor.

O autor mostrou que nem mesmo oftalmologista escapou da cegueira, estaria ele tentando dizer que a ciência também pode cegar? Ou que há limite para a visão científica dos objetos analisados por nós? Somos parciais ao descrever o que vemos? Se duas pessoas diferentes olharem para a mesma fotografia a descrição será diferente?

Se duas pessoas olharem para mesma fotografia, elas descreverão os elementos presentes na fotografia de maneira diferente. Cada uma analisará a mesma a partir do seu campo visual, contaminado pela sua cultura e pela sua experiência. A cena da fotografia será percebida de diferentes maneiras, assim como a forma de conceber seus elementos. O que se segue é uma interpretação da cena de uma fotografia, que será interpretada de um determinado ângulo.

Etimologicamente, recordar significa colocar de novo no coração. As fotografias familiares nos são caras pelo valor sentimental que possuem. A fotografia desempenha a função de esteio da memória, ela nos permite recordar momentos felizes e pessoas queridas. Todas as famílias cultivam seus álbuns como um tesouro, no qual depositam as suas lembranças.

Esteio da rememoração, a foto renova a nostalgia. Pela primeira vez, a maior parte da população tem a possibilidade de representar antepassados desaparecidos e parentes desconhecidos. A juventude dos ascendentes com quem se convive no dia-a-dia torna-se perceptível. Opera-se no mesmo processo uma mudança das referências da memória familiar. De maneira geral, a posse simbólica de outra pessoa tende a canalizar os fluxos sentimentais, valoriza a relação visual em detrimento da relação orgânica, modifica as condições psicológicas da ausência. A foto dos defuntos atenua a angústia de sua perda e contribui para desarmar o remorso causado por seu desaparecimento (CORBIN, 2009, p.398).

A fotografia apresenta também o desejo de idealização social. Saindo do âmbito familiar, temos as fotografias que são o esteio da memória de uma sociedade, fotos de inaugurações de escolas, hospitais, monumentos em praças públicas, representam marcas de momentos solenes, nos quais as pessoas são organizadas de acordo com a

hierarquia social. Antes da sua popularização, ela era um símbolo do poder da aristocracia e da rica burguesia.

Corbin (2009) nos apresenta a evolução do registro fotográfico para que possamos compreender a lenta caminhada do retrato pintado ao registro instantâneo, vendido nas principais praças da Europa.

Entre 1786 e 1830, *physionotrace* (grifo do autor) de Gilles-Louis Chrétien contribui, pelo menos na capital, para alimentar a moda do retrato. Em apenas um minuto, o artista reproduz com aparelho os contornos da sombra desenhada pelo rosto do modelo; basta transportar em seguida o perfil para uma placa de metal e gravá-lo para obter uma série de imagens de rigorosa exatidão e preço moderado. [...] Em 1839, Daguerre registra a patente do procedimento que lhe permite fixar em uma placa de metal, após um quarto de hora de exposição, um retrato único, vendido por cinquenta a cem francos. [...] É portanto a fotografia que permitira a democratização do retrato. Pela primeira vez a fixação, a posse e o consumo em série de sua própria imagem estão ao alcance do homem do povo. Registrada em 1841, a patente desse novo processo sofre uma série de melhorias técnicas, ao longo dos dez anos subseqüentes. O tempo da posse vai se reduzindo aos poucos, até a descoberta, em 1851, do registro instantâneo. Em 1854, Disdéri lança o retrato em forma de cartão de visita (6 x 9 centímetros). A partir de então, a fotografia amplia estupidamente o mercado estabelecido pelo daguerreótipo. Em 1862, Disdéri vende, sozinho, 2400 cartões por dia (CORBIN, 2009, p. 396).

As fotografias que usamos na abertura de cada capítulo podem ser incluídas no segundo grupo, como esteio da memória de uma sociedade. Quando realizávamos a coleta de dados para o projeto de pesquisa, encontramos poucas fotografias. A fotografia do prédio antigo presente no segundo capítulo, era uma fotocópia emoldurada que está sobre uma das portas do educandário e quando perguntamos sobre as outras fomos informados que restaram poucas depois do incêndio ocorrido em 1955.

Mas com o passar do tempo, fomos descobrindo outros registros, inclusive uma pasta com fotografias de Mariana Claudina Pereira de Carvalho - Condessa do Rio Novo, do Visconde de Entre - Rios, esposo da Condessa do Barão e da Baronesa de Entre - Rios, pais da Condessa. Havia outros registros do prédio do Educandário Nossa Senhora da Piedade, da Capela Nossa Senhora das Graças, situada na frente do colégio. Constava também registros de alguns provedores, inclusive do Provedor Randolpho Penna Júnior.

Reunimos todos os documentos numa pasta. Havia também registros no Centro Cultural Maria de Lourdes Tavares, do fotógrafo Nicolino Visconti, que trabalhou na

Irmandade Nossa Senhora da Piedade, que administra o educandário. São dele também, as principais fotografias que compõem a memória fotográfica da cidade de Paraíba do Sul.

Primeiro temos que pensar nas diferentes concepções de homem e mulher, presentes nos registros fotográficos. Recorremos a Lynn Hunt (2009), para que possamos compreender as imagens estáticas. A autora nos diz que na descrição dos homens havia o apelo à força física, ao intelecto, eles deveriam atuar sobre o espaço público.

Os homens eram biologicamente fortes, audaciosos e empreendedores; as mulheres eram fracas, tímidas e apagadas. [...] Os próprios revolucionários sentiram a necessidade de marcar um limite intransponível, de mostrar claramente que as mulheres estavam do lado privado e os homens do lado público. A partir de 1794, em 1803, em 1816 e ao longo de todo o século XIX, essa demarcação entre o público e o privado, o homem e a mulher, a política e a família, acentuou-se de forma constante (HUNT, 2009, p. 45-46).

No primeiro plano da fotografia, podemos ver os homens, membros da Mesa Administrativa, da Irmandade Nossa Senhora da Piedade. Uma única mulher está entre eles, provavelmente a Irmã Superiora. Eles com um olhar grave, com roupas formais, nenhum deles está sorrindo, nem mesmo às crianças estão.

Atrás dos homens podemos perceber a presença das crianças pequenas. As meninas foram organizadas na escadaria da entrada de acordo com a sua altura, para que o registro fosse harmonioso. Trabalhamos com a hipótese que as vicentinas estavam dispostas entre as meninas para representar uma forma de controle.

Passemos agora para a reflexão sobre a figura feminina. Lynn Hunt (2009), ao descortinar o processo revolucionário francês, traz à tona a visão dos homens revolucionários sobre as mulheres:

Os revolucionários limitaram o papel das mulheres ao de irmãs – dependendo, para sua identidade, do marido e dos irmãos, Sade as converteu em prostitutas profissionais ou em mulheres cujo papel principal é a sua disposição em se deixarem acorrentar pelos homens, tendo como única identidade a de objetos sexuais. Nessas duas representações do privado, as mulheres não possuem nenhuma identidade própria – pelo menos é o que desejam os personagens masculinos, pois, na verdade elas são apresentadas como destruidoras em potencial, como se fosse mais do que evidente que jamais aceitariam voluntariamente os papéis que lhe são designados. [...] A concepção da mulher, talhada especialmente para o privado (e incapaz para o público) é a mesma em quase todos os círculos intelectuais do final do século XVIII (HUNT, 2009, p.30).

As mulheres na foto não são simples mulheres, elas são religiosas e ostentam em seus hábitos a simplicidade e a grandiosidade da Igreja. Seus hábitos são compostos por longos chapéus brancos e uma túnica de manga cumprida, que ressalta a castidade e a devoção.

Olhando a fotografia, percebemos a presença de meninas negras e brancas, entre as alunas do educandário. Tomando por base o papel social da mulher, tencionamos discutir a relevância do trabalho desempenhado pelas vicentinas.

As irmãs vicentinas se sobressaem por tomar para si a missão de educar e praticar a caridade. A análise de Ana Maria Magaldi dos manuais da professora Júlia Lopes, pode nos fornecer pistas para pensar a atuação de mulheres que assumiam a missão de educar, no início do século XX.

Julia Lopes era professora e militava na educação feminina, ela lutava para que as mulheres fossem boas mães, esposas e também educadoras. Seus manuais eram repletos de ensinamentos morais, para que as mulheres pudessem governar a sua casa, dentro dos novos preceitos de higiene difundidos pelos médicos. Nos diz Ana Maria Magaldi (2001):

O acento familiar, presente na escrita de Julia Lopes de Almeida, mostra-se com força e de maneira explícita em um gênero dotado de clara função educativa. Trata-se das obras pedagógicas que lhe proporcionaram a oportunidade de cumprir um importante papel social: o de educar outras mulheres, com vistas a capacitá-las como educadoras dos filhos e da família. [...] Nesses textos, pretendia-se atingir diretamente mulheres das camadas médias e dominantes, que compunham majoritariamente o universo das leitoras daquele tempo e que partilhavam dos mesmos valores culturais da autora. Indiretamente, no entanto, era esperado que as lições terminassem se estendendo às mulheres e famílias dos segmentos subalternos, assim como à sociedade mais ampla (MAGALDI, 2001, p.22).

Julia Lopes, em seu *Livro das noivas* aconselhava as mulheres a praticarem a caridade, pois a mesma era entendida como uma virtude feminina. Ser caridosa abria para a mulher um espaço de atuação na esfera pública, compatível com a sua feminilidade. Era um espaço de atuação possível, que não era questionado pelos homens, ao contrário, era bem visto.

Reforçando ainda sua argumentação, Júlia afirmava, a seguir: “é rara a senhora que não tem os seus pobres.” A pobreza é aqui enfocada como uma situação que demandaria o exercício da caridade feminina, envolvendo, de

forma destacada valores morais e religiosos. Apontando para a conveniência da mulher ir além do mero sentimento de piedade.. D. Julia indicava que este deveria se transformar em uma ação assistencialista efetiva a ser conduzida no espaço público. O fato de “ter seus pobres” era abordado como uma oportunidade para a mulher de desempenho de uma “missão” que, embora lhe fosse ditada por sua própria natureza, conduziria a iniciativas organizacionais concretas, relevantes inclusive, por seu caráter ainda incipiente no país. (MAGALDI, 2001, p.37)

A missão da mulher era conduzir organizações femininas de assistência aos pobres. Nas associações femininas seria possível educar mulheres das camadas sociais populares, expandindo assim os ensinamentos médicos de higiene. O grande objetivo era também alcançar as famílias através das mulheres.

Através da filantropia prescrita nos manuais, as leitoras eram chamadas a cumprir além do auxílio de base econômica, também um importante papel pedagógico junto às camadas subalternas. Assim como eram formadas para educar suas próprias famílias, o eram ainda, para estender sua ação educativa junto àqueles setores, contando principalmente, com a mediação das mulheres pertencentes aos mesmos. Desta forma, os ensinamentos transmitidos por D. Júlia a mulheres letradas dos segmentos dominantes, afinados com o projeto higienista, poderiam – e deveriam – atingir, também, mulheres iletradas e, por extensão, suas famílias (MAGALDI, 2001, p.37).

Se a missão das mulheres era educar as suas filhas, quem educaria as meninas desvalidas que não conviviam com as suas mães? Cabia as irmãs vicentinas exercer o papel maternal, e também educativo de educar as meninas para serem boas mães. E elas o faziam, a partir dos preceitos morais e religiosos defendidos pela Igreja.

Vianna (1990) nos apresenta a importância da educação feminina, dentro da Escola premonitória Quinze de Novembro, pois ela teria ação corretiva e seria um dos meios de combater a prostituição.

Sabendo-se também que as seções ficavam em locais diversos, apesar de submetidas a uma mesma estrutura administrativa, é possível inferir, apesar de não se ter aqui uma comprovação clara disso, que a seção feminina era dedicada, mais que ao internamento efetivo de *menores*, a detenções temporárias de suspeitas de prostituição (VIANNA, 1999, p.74).



A caridade se fazia, para minorar os efeitos da mendicância feminina, para combater o vício, o ócio e a malandragem. João do Rio (2008) nos permite conhecer, um pouco das personagens que vagavam pelas ruas cariocas.

Há mendigas burguesas, mendigas mães de família, alugadas, dirigidas por *caftens*, cegas que vêm admiravelmente bem, chagentas lépidas, cartomantes ambulantes, vagabundas, e uma série de mulheres perdidas cuja estrela escureceu na mais aflitiva desgraça.

Nos pontos dos bondes, pelas ruas, guiadas sempre por crianças de faces inexpressivas, vemos tristes criaturas com as mãos estendidas, mastigando desejo para a nossa salvação, com a ajuda de Deus. [...]

Têm, naturalmente, uma vida regrada a cronômetro suíço, criaturas tão convencidas do seu ofício. Saem de casa às seis da manhã, ouvem missa devotamente porque acreditam em Deus e usam ao peito medalhinhas de santos.

Depois, postam-se à porta até que a última missa tenha dado a receita suficiente às várias dependências do templo, vão almoçar e começam a peregrinação pelos bondes, de porta em porta, até a hora do jantar. Uma, Isabel Ferreira, cabocla, esquia e má, pede á noite e confessa que isso dá uma nota mais lúgrube, mais emocionante ao pedido. Ao passar por essa gente sentem todos o fraco egoísmo da bondade e, cinco ou seis dias depois de as conversar, percebe-se que esmolar é apenas uma profissão menos fatigante que coser ou lavar – e sem responsabilidades, na sombra, na pândega. A maior parte dessas senhoras não sofre moléstia alguma; sustenta a casa arrumadinha, canja aos domingos, fatiotas novas para os grandes dias. São, ou dizem-se quase sempre viúvas (RIO, 2008, p.182-183).

Com a ironia que lhe é peculiar, João do Rio passeia entre os malandros e mendigos presentes nas ruas do Rio de Janeiro. Seu relato alterna as características negativas com as correspondentes positivas. Pois como pode haver uma mulher cega que vê bem? Como podem ser pontuais como um relógio suíço, se o ofício de esmolar as leva a vagar pelas estações dos bondes a espera de alguém que lhes estenda a mão?

João do Rio (2008) viu virtudes, onde os legisladores só viam vícios, ao contrapor o quadro com características negativas e positivas, quis lhe dar humanidade, torná-las de carne e osso. Elas não eram as mulheres lendárias, as virgens sonhadas dos poetas ou as leitoras dos manuais da professora Julia Lopes de Almeida.

Elas eram as mulheres reais e pobres, que circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro, cuja sorte as abandonou. Por viverem na incerteza das esmoladas, requisitavam vaga nos asilos, nas escolas profissionais masculinas para os meninos e, também, nas femininas para as suas filhas para que a formação profissional desse outro alento, acenasse com dias melhores para os seus rebentos.

Lygia Fagundes Telles (2007), ao refletir sobre as conquistas femininas, entrelaça a sua própria história, para pintar no horizonte do século XX, as permanências e as rupturas presentes na disputa das mulheres para alargar seu campo de atuação para além das fronteiras do lar. Ela nos diz:

A revolução da mulher foi a mais importante revolução do século XX, disse Norberto Bobbio, um dos maiores pensadores do nosso tempo. [...] Mas a verdadeira revolução à qual se refere o filósofo italiano teria a cabeça mais fria, digamos. No seu planejamento e estrutura seria, uma revolução mais prudente e mais paciente, obscura, talvez. Contudo, ambiciosa na sua natureza mais profunda e que teria seu nascedouro visível no final do século passado para vir a desenvolver-se plenamente durante a Segunda Grande Guerra: os homens válidos partiram para as trincheiras. Ficaram as mulheres na retaguarda e dispostas a exercerem o ofício desses homens nas fábricas. Nos escritórios. Na universidade. Enfim, as mulheres foram à luta, para lembrar a expressão que começava a ficar na moda. A pátria em perigo abrindo os seus espaços e as mulheres ocupando com desenvoltura esses espaços, inclusive em atividades paralelas à guerra, desafios arriscados que enfrentaram com a coragem de assumir responsabilidades até então só exigidas ao Primeiro Sexo (TELLES, 2007, p.669).

A autora traz à baila a difícil inserção num mundo profissional, cujos espaços eram facilmente franqueados aos homens e, para as mulheres, ainda pesavam escolhas como a vida em família, o casamento e educação de filhos.

A formação das mulheres se fez em meio à fissura dos espaços, que elas habilmente souberam transpor. Romper a barreira que separava o público do privado e criar novos caminhos que as levassem novamente a casa, sem que essa fosse a sua única escolha.

A mulher contemporânea tem uma equação complicada diante de si, como conjugar o sucesso profissional com o cuidado do lar e dos filhos? Indagações e perguntas que elas mesmas não sabem como responder.

Uma parcela das mulheres respondeu a questão acima abrindo mão de cuidar do marido, outra parcela não, pois compreendeu que cuidar do outro, não é uma questão menor de subserviência. Ao contrário, o cuidar é inerente ao ser humano, tanto homens como mulheres podem ser cuidadosos sem que isso os desqualifique.

### **3.2 – Entre borrões e garatujas: ensinando as primeiras letras as meninas**

Nessa sessão pretendemos discutir a formação das meninas desvalidas, do Educandário Nossa Senhora da Piedade. Inicialmente, faremos algumas breves reflexões sobre o currículo e também, discutiremos as relações de gênero materializadas nos currículos diferenciados para meninos e meninas. Gostaríamos também de acompanhar as discussões sobre a formação feminina, na década de 1920, no Rio de Janeiro.

Freqüentemente o currículo é definido como os saberes que são selecionados e ordenados, ora por afinidade, reunindo-os em grupos de conhecimento: ciências humanas, naturais e exatas. Ora esses saberes são ordenados por série e por grau de maturidade dos alunos, deixando os conhecimentos mais profundos, para os de maior idade e também de maior maturidade.

Se o currículo é o conjunto desses saberes organizados e sistematizados, quem determina o que deve ser estudado? Os saberes ensinados aos meninos são os mesmos ensinados as meninas? O que os professores pretendem formar com os conteúdos que ensinam? Há uma proposta comum de formação que atravessa todas as camadas da sociedade?

Moreira e Silva (1995) denunciam que o currículo representa um artefato social e cultural deixando de representar uma área da didática voltada apenas para as questões técnicas. O currículo expressa relações de poder.

O currículo há muito tempo deixou de ser apenas uma área meramente técnica, voltada para questões relativas a procedimentos, técnicas, métodos. [...] O currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social (MOREIRA e SILVA, 1995, p. 7 e 8).

Zotti (2004) contribui para nosso trabalho ao fazer reflexões sobre o currículo na Primeira República. De acordo com esta autora, havia uma distinção entre as escolas destinadas ao povo e as escolas destinadas aos filhos da elite. Devido a necessidade de formar o trabalhador livre e atender o interesse das elites agrárias que comandavam o país. A escola era uma das instâncias, onde era travada uma luta ideológica que se expressava no currículo e estava impregnada pela visão de mundo da elite.

O grupo dominante na República para manter as relações de poder desobrigou o aparelho estatal de investir no ensino primário, destinando mais recursos para o ensino secundário e superior, no qual estavam os filhos da elite.

Para os defensores dessa sociedade, a educação continuava sendo um artigo de luxo restrito às classes favorecidas, sendo privilegiado, portanto, o ensino secundário e superior em detrimento da expansão do ensino primário.

Essa realidade foi consagrada legalmente com a Constituição de 1891, que reafirmou a descentralização escolar. Já definida em 1834, cabendo agora aos estados a responsabilidade de manter e legislar sobre o ensino primário e o ensino profissional (ZOTTI, 2004, p. 67-8).

A autora caracteriza a década de 1920, como um período fértil em discussões pedagógicas; a educação era colocada como uma mola propulsora do desenvolvimento econômico. O ensino primário na década de 1920, estava restrito ao ensino das primeiras letras e não era obrigatório. Não havia um sistema de ensino que integrasse os diferentes níveis.

A década de 1920 marcou a educação brasileira mais pela discussão do que propriamente pelos resultados concretos. Os educadores, reunidos em movimentos conhecidos como entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, propunham a instituição de um sistema nacional de educação, num todo articulado do primário, já que a educação era vista como a grande responsável pelo progresso do país. [...] Das diversas reformas ocorridas durante esse período, a Reforma Benjamim Constant, em 1890, foi a única que atingiu o ensino primário, buscando complexificar o conjunto de disciplinas curriculares, porém restrito ao Distrito Federal. Apesar dessa tentativa, o ensino primário brasileiro ficaria restrito até 1920 ao ensino das primeiras letras, ou seja, o aprendizado da leitura, da escrita e do cálculo, definido no decreto imperial de 1827. Somente com as reformas estaduais é que se inicia um processo de discussão de propostas para o ensino primário (ZOTTI, 2004, p. 70-1).

Câmara (1997) nos diz que a década de 1920 é marcada pela reivindicação de escolarização das mulheres pelo movimento feminista. O direito da mulher à educação tornou-se uma bandeira de luta importante.

Além dos médicos, juristas e educadores, os movimentos feministas na década de 20 reivindicaram o direito da mulher à educação, além de reclamarem a sua emancipação, incluindo para isto, a obtenção dos direitos sociais, políticos e econômicos. Para os movimentos feministas era preciso assegurar às mulheres esses direitos, uma vez que já se encontravam inseridas no mercado de trabalho nas fábricas e lojas comerciais desde finais do século XIX, e que gradativamente vinham assumindo atividades, até então, destinadas aos homens. (CÂMARA, 1997, p.167).

Para compreender a educação feminina em instituições religiosas precisamos saber que currículo era praticado nessas instituições. Madeira (2008), em recente publicação, intitulada *A Pedagogia Feminina das Casas de Caridade do Padre Ibiapina*, apresenta um rico quadro que nos permite comparar os currículos e os objetivos das instituições e de seus agentes formadores: os religiosos. De acordo com Madeira:

Em geral, sua atenção voltava-se particularmente para a construção de abrigos que se propusessem a educar, sustentar e casar as órfãs desamparadas, acolher crianças rejeitadas, amparar e ocupar mulheres consideradas perdidas. As Casas deveriam, portanto, tornar-se um lugar de formação feminina, com base na moral cristã e no trabalho, com vistas à purificação do corpo e, conseqüentemente, da alma. Com esse intuito, elas eram confinadas aos limites das Casas, sob as vistas de “irmãs superiores” e “irmãs mestras”, para evitar o contato com o mundo, entendido como espaço da ociosidade e de extravio do espírito. (MADEIRA, 2008, p. 27-28).

A citação feita anteriormente, apresenta o ideal de educar e regenerar as mulheres, cabendo às religiosas diminuir o contato com o mundo, pois o mesmo era a raiz do ócio e das paixões mundanas. Madeira (2008) utilizou como fontes documentais primárias as cartas trocadas por Ibiapina e as religiosas. Era por meio das cartas, que o padre tomava conhecimento dos acontecimentos nas vinte e duas casas de caridade fundadas em quatro estados do Nordeste.

Contudo, as cartas revelam o ponto de vista do padre e das irmãs, mas não são documentos nos quais as meninas falam de si, de seu mundo e de seus sonhos, deste modo, ora é o discurso de um homem sobre as mulheres e meninas desvalidas, ora é o discurso de mulheres que abraçaram a vida religiosa.

O sustento dessas casas era feito através de doações e do método da subscrição, diferente do Educandário Nossa Senhora da Piedade, que possuía renda própria deixada pela Condessa do Rio Novo. Em seu testamento a Condessa determinava: deixo a Casa de Caridade de Paraíba do Sul, cem apólices da Dívida Pública no valor nominal de um conto de réis cada uma, as quais serão inalienáveis e constituirão perpetuamente o patrimônio daquele Pio estabelecimento, que só poderá despender os juros<sup>18</sup>.

Outra pergunta surge da leitura do livro de Madeira (2008), como eles poderiam educar as meninas desvalidas junto com as mulheres consideradas de má reputação? Havia espaços separados? Da convivência entre elas, as mulheres presentes na casa,

---

<sup>18</sup>Testamento da Condessa do Rio Novo. Gráfica Três Rios, 1966, p.8.

através de conversas, poderiam “educar” as meninas, sem que as religiosas percebessem? As mulheres consideradas perdidas e as meninas desvalidas não possuíam demandas diferentes?

O currículo dessa instituição baseava-se na moral cristã e no trabalho com o objetivo de purificar o corpo e a alma. Nessa instituição era travado um grande combate contra a ociosidade, contra o riso e contra as conversas em demasia. O padre Ibiapina e as irmãs de caridade escreveram longas cartas, recomendando a severidade dos hábitos, o combate ao luxo, pois este era considerado pecaminoso e desnecessário às mulheres honestas que desejam levar uma vida simples e decente. Além disso, recomendavam regras que deveriam guiar o comportamento das meninas, como podemos ver a seguir:

No que se refere ao refinamento dos modos, aconselhava a todas que fossem fiéis, pontuais, falassem baixo e com poucas palavras; não abrissem ou fechassem portas com ruídos, pois era tido como sinal de má educação; que as beatas não fossem curiosas e evitassem familiaridades e amizades particulares com as meninas; que estas não fizessem sozinhas aquilo que não se animariam a fazer diante das superiores (Madeira, 2008, p.100).

Outro aspecto que aparece nos currículos destas instituições religiosas é a preparação para o trabalho. Esta preparação é um aspecto importante também para a educação laica republicana, na década de 1920. Câmara (1997) nos diz que entre as propostas da Reforma da Instrução de 1927, elaborada por Fernando de Azevedo, a educação para o trabalho era um ponto central. O trabalho era para o reformador um meio de integração do homem na sociedade. Educar para o trabalho era uma proposta para a classe proletária e não para a elite republicana, pois a esta cabia a direção do processo produtivo e também a direção da nação.

Fernando de Azevedo combatia velhas formas de profissionalização. Era necessário que a classe proletária fosse qualificada para o desempenho de atividades industriais. Um dos princípios da escola do trabalho era o aprender fazendo.

O princípio da escola do trabalho baseava-se na atividade como instrumento ou meio de educação, tudo se aprendia fazendo. O trabalho manual deveria ser empregado não somente como meio de expressão, mas com um instrumento de aquisição. Além de aproveitar a atividade como um meio de ensinar, além de fazer trabalhar para aprender, o professor deveria procurar despertar e desenvolver o hábito e a técnica geral do trabalho entre as crianças (CÂMARA, 1997, p.146).

Recorremos novamente a Madeira (2008), para entender a importância dos trabalhos manuais e domésticos desenvolvidos pelas meninas e pelas mulheres, que se encontravam nas casas mantidas pelo padre Ibiapina:

[...] As congregadas levantavam-se às 4 horas [...] as meninas às 5 horas da manhã [...]. Além da preocupação com hábitos higiênicos, com o de “nas quintas-feiras em lugar de tocar a campa para as escolas, as Mestras ocupam-se em limpar as meninas, cortando unhas, cabellos, mandando tomar banho” recomendava ainda toalhas cheirosas nas capelas (MADEIRA, 2008, p.100).

No Educandário Nossa Senhora da Piedade, as atividades também começavam cedo. As asiladas deveriam levantar-se às 5 horas da manhã. Ouçamos o provedor:

As asiladas levantaram-se no verão às 5 horas da manhã e durante o inverno às 6 horas, deitando-se às 8 horas da noite. Consagram 5 horas ao estudo e outras tantas ao trabalho manual, entrecortadas pelas refeições e recreios gastando nestes não menos de 3 horas. (RELATÓRIO DO PROVIDOR, 1895, p.86).

O documento não faz menção ao horário que as religiosas se levantavam, deveria ser antes das meninas para que as mesmas pudessem dirigir as preces matutinas.

Hilsdorf (2005) amplia a nossa compreensão sobre as práticas educativas para meninas desvalidas. Segundo ela:

O Seminário das Educandas pode ter tido como inspiração próxima a obra de Napoleão Bonaparte, que segundo R. Rogers (1993, p.-43-51), ao reorganizar os serviços educacionais franceses no período pós-revolucionário, negligenciou a educação feminina pública, mas criou as “Escolas da Legião da Honra” para as filhas dos seus oficiais pericidos em batalhas, com o objetivo de dar-lhes formação moral para serem boas esposas e mães de família. O Seminário também antecipou em dois anos as escolas elementares públicas para mulheres (1827), e como aquelas escolas francesas, também tinha em vista as órfãs dos militares mortos nas guerras da Independência (HILSDORF, 2005, p.60-61).

A citação acima nos mostra que o objetivo das escolas femininas era a formação moral das mulheres, preparando-as para ser boas esposas e mães, esse ideário estava presente no Brasil colônia em diferentes regiões, como nos mostra Algranti analisando a Santa Casa de Misericórdia de Pernambuco:

Os estatutos da Santa Casa advertem: no tempo que lhes sobejar desses exercícios espirituais, se ocuparão em coser, fazer rendas e aprender todas as mais coisas que são necessárias a uma mulher honesta e a uma boa mãe de família para que com suas prendas adquiridas facilitem melhor o seu estado (Algranti, 2008, p.103).

A formação de mulheres para ser boas mães e esposas, também estava presente no Educandário Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul. Vejamos o documento:

Aprendam a lavar, engomar, cosinhar, exercitam-se em todos os trabalhos domésticos próprios de uma boa mãe de família. Tanto nos estudos como nos trabalhos manuaes as asyladas estão sempre sob a vigilância de uma das Irmãs de Caridade.<sup>19</sup> (RELATÓRIO DO PROVEODR, 1895, p.86).

Essas práticas baseavam-se na moral cristã, que possui sua base teórica nas Escrituras Sagradas e na tradição. Na leitura do livro de Provérbios, alguns versículos podem ter servido de base para a formulação dos ensinamentos que visavam formar a mulher para o lar.<sup>20</sup>

Mais uma vez recorremos a Câmara que ao citar Luzia Margareth Rago. Nos permite acompanhar a discussão sobre o papel da mulher no lar, na década de 1920.

Na representação interiorizada pela mulher como sendo o seu papel na sociedade, caber-lhe-ia, além do lugar de mãe, contribuir para o nascimento da família nuclear moderna. De olhos atentos e soberana no lar deveria cuidar dos filhos e do esposo, sendo elemento essencial na manutenção da boa higiene. A casa passou a ser vista como um lugar privilegiado, uma vez que era nela que se desenvolvia o caráter e a conduta dos futuros trabalhadores. (CÂMARA, 1997, p.173-174).

Para consolidar este papel social feminino e o tipo de trabalho que a mulher deveria executar, criou-se currículos distintos para escolas femininas e masculinas.

---

<sup>19</sup> Preferimos manter a grafia original do documento, pois entendemos que a escolha das palavras e a sua grafia constituem uma maneira de expressar as idéias, e se apropriar do mundo ao seu redor. O leitor perceberá acento circunflexo na palavra boa, o uso o y, na palavra asilada, e a grafia da palavra mãe, com i, e não com o e, como fazemos, alguns podem ser erros outros não, apresentando a mudança da grafia de algumas palavras na língua portuguesa.

<sup>20</sup> Mulher virtuosa quem a achará? O seu valor muito excede ao de rubis. O coração do seu marido está nela confiado; assim ele não necessitará de despojo. Busca a lã e linho, e trabalha com as mãos. Estende as suas mãos ao fuso, e suas mãos pegam na roca. Não teme a neve na sua casa, porque toda a sua família está vestida de escarlata. Faz para si coberta de tapeçaria; seu vestido é de seda e de púrpura. Está atenta ao andamento da casa, e não come o pão da preguiça. Provérbios capítulo 31, versículos 10, 11, 19, 21, 22, 27.



Assim, a extensão dos estudos para meninas era diferente daquela dos estudos para os meninos.

Não se permitia a co-educação entre os sexos, o que deu lugar a uma flagrante diferença de ensino. No nível médio, o sexo masculino cursava os estabelecimentos de ensino secundário que visavam o acesso aos cursos superiores. Ao sexo feminino era destinada a educação das primeiras letras ou, quando muito, o encaminhamento para as escolas normais ou escolas de formação profissional destinadas a atender as meninas pobres ou órfãs (CÂMARA, 1997, p.177).

Na verdade, a profissionalização dos meninos e meninas desvalidas expressava o controle da mão-de-obra e a exclusão de outras formas de participação na sociedade. Schueler destaca que os currículos das escolas dos meninos desvalidos eram formados por rudimentos da geografia e história pátria, a música e o desenho linear. Havia um currículo diferenciado para as meninas, que também eram separadas dos meninos nos exercícios de ginástica. Vejamos o currículo proposto para a formação dos meninos:

Pelo currículo das escolas municipais, elaborado pelo diretor e professor da escola de meninos. Candido Matheus de Faria Pardal, as matérias ensinadas compreendiam: instrução religiosa, leitura e escrita, aritmética, sistema métrico, desenho linear e noções de gramática. As turmas deveriam ser divididas em oito classes de ensino, conforme o adiantamento dos alunos, tendo o curso primário duração regular de quatro anos, estendendo-se mais ou menos conforme o andamento das classes (SCHUELER, 2001, p.172).

Ampliando o nosso conhecimento sobre as práticas curriculares, das instituições correcionais da Primeira república. Vianna (1999) nos apresenta o currículo dos meninos da Colônia Correcional de Dois Rios.

Embora a produtividade seja, de um modo geral, secundarizada no texto frente à educação, é possível considerar que para o funcionamento cotidiano da Escola ela não era um elemento desprezível, uma vez que as oficinas eram responsáveis pela manutenção da instituição, fabricando utensílios, pintando cômodos, confeccionando parte dos uniformes e sapatos dos internos etc. Além disso, os alunos produziam regularmente materiais de construção, a partir de uma olaria para fabricação de tijolos e da extração de pedras de uma pedreira situada nos seus limites, e responsabilizavam-se pela criação de animais, controlando a produção de leite e ovos, ao mesmo tempo em que desempenhavam atividades ligadas a produção agrícola (VIANA, 1999, p,70).

Para as meninas eram ensinadas as mesmas matérias, com o acréscimo de conteúdos que visavam formar as mães de família. Ouçamos a autora novamente:

As meninas aprendiam as mesmas matérias que os meninos, acrescentando-se, porém, os trabalhos de agulha e costura considerados necessários à educação das “futuras mães de família” tal qual o programa de instrução primária definido pelo Regulamento de 1854 (SCHUELER, 2001, p.172).

Nossos argumentos ganham força com a citação acima, ao apresentar o Regulamento de 1854, ressaltando a necessidade de incluir dentro da formação das meninas, conteúdos que visavam à formação da mulher para o lar.

As meninas desvalidas do Educandário Nossa Senhora da Piedade em Paraíba do Sul seguiam um rígido código de disciplina que estabelecia o tipo de punição que deveria ser aplicado, inclusive há um documento que explica o que pode provocar a expulsão de uma menina da instituição:

Art.5º - A educanda que por seu mau procedimento e depois de esgotados todos os meios brandos, merecer ser expulsa, será pela Mesa posta à disposição de seu pai ou tutor ou Juiz de Orphãos, quando não tenha pai ou tutor, e dada a recusa deste, a Mesa lhe dará conveniente destino.

Parágrafo 1º - Sem lhe ser, apresentado por escripto, licença especial do Provedor, a Irmã Superiora não consentirá que qualquer asylada saia para pernoitar fora do estabelecimento.

A que infringir a disposição deste parágrafo não será mais recebida e seu lugar será considerado vago ( RELATÓRIO DO PROVEDOR, 1895, p.88).

A saída das meninas da instituição sem o consentimento do Provedor e da Irmã Superiora à noite se prolongando até o outro dia, era um fato que permitia a expulsão da menina do Educandário, pois temia-se a prostituição. Onde ela teria passado à noite? O texto não fala explicitamente, porém deixa escapar que algumas meninas fugiram e suas vagas foram colocadas a disposição da Mesa administrativa para serem preenchidas por outras meninas, que deveriam observar o código de conduta de uma instituição católica de ensino feminino.

O código disciplinar do Educandário Nossa Senhora da Piedade punia com o jubramento a menina que pernoitasse fora do estabelecimento sem autorização do Provedor e da Irmã Superiora. Encontramos alunas com idades diversas no Educandário Nossa Senhora da Piedade, inclusive, localizamos seis menores com menos de seis anos, “admitidas no asilo por espírito de Humanidade e Caridade, por serem muito necessitadas” (RELATÓRIO DO PROVEDOR, 1930, p.12).

Sobre a disciplina da Escola premonitória Quinze de Novembro, Vianna (1999) ressalta o seu objetivo. Ouçamos a autora:

Por outro lado, a existência de uma educação militar, tanto na Escola premonitória quanto na Escola de Menores Abandonados, também pode ser vista como parte desse aspecto disciplinador. A descrição de manobras das redondezas ou de visitas consideradas ilustres indica, porém, que sua importância ultrapassava a necessidade de controlar, através da disciplina, o comportamento dos internos. O fato de serem realizadas para um público externo aos componentes da Escola enfatiza sua dimensão espetacular, cujo principal significado consistia em demonstrar o pertencimento dos internos ao mundo da ordem. Os movimentos ensaiados e cronometrados, devidamente geridos pelo capitão-tenente responsável pelo batalhão, demonstravam tanto a eficácia da Escola como instituição capaz de transformar indivíduos potencialmente perigosos em parte ordenada de um todo, como a sua inserção no universo mais amplo da nacionalidade (VIANNA, 1999, p.71-2).

Câmara nos diz que, no Instituto Profissional Orsina da Fonseca, a disciplina possuía um caráter educativo:

A disciplina assumiu um caráter educativo e teria que ser mantida sem o recurso de medidas repressivas, violentas ou humilhantes, sendo proibido ao professor privar as alunas de recreio e retirá-las da classe. [...] A partir do Regulamento do Ensino ficou definido que nas escolas municipais só poderiam ser aplicadas conforme a gravidade da indisciplina cometida, as penas de advertência, censura e suspensão (CÂMARA, 1997, p. 252).

Dentro do projeto pedagógico Católico, havia distinção entre as escolas destinadas a formar as meninas da elite e as meninas desvalidas. O currículo das primeiras era composto por:

Nesse sentido, a educação que os colégios como Sacre-Couer de Jésus ou o Sion ofereciam, não estava voltada para a vida profissional, mas sim para a preparação da mulher no exercício de seu papel de governanta do lar, esposa e mãe. A perspectiva destas instituições era contribuir para o processo de civilização das mulheres das classes abastadas, proporcionando-lhes uma formação religiosa, moral, filosófica e literária (CÂMARA, 1997, p.210).

As meninas desvalidas cabiam a formação para o trabalho, numa sociedade que ainda carregava o signo da tradição. A possibilidade de ascensão social para as meninas se efetivava com a formação para o magistério. Como nos mostra o documento do Asilo Santa Leopoldina:

Exmo Senhor provedor do Asylo de Santa Leopoldina e mais membros da Mesa Administrativa.

Eu Maria Benedita de Araujo tendo obtido o ano passado uma licença de 6 meses para me tratar fora do Estabelecimento e tendo completado 21 anos, venho pedir o consentimento dos Membros da Mesa para não voltar, visto ter sido pedida numa casa de família fora da capital para educar e ensinar uma menina.

Venho também cumprir um dever de gratidão agradecendo a Sua Excelência a boa educação que recebi n'esse pio estabelecimento, achando-me com a instrução necessária para lecionar e ganhar por este modo honradamente minha vida.

Que Deus recompense e abençoe meus caridosos benfeitores, dando-lhes por acréscimo consolação e felicidade.

É o que deseja de todo o coração Excelentíssimo Senhor Provedor.

Vossa filha muito reconhecida

Maria Benedita d'Araujo

Rio de Janeiro, 25 de Junho de 1891

Achando-se a peticionaria há mais de dois meses em tratamento fora do Asylo, e estando hoje regularmente colocada, tendo atingido 22 anos de idade, resolve a Mesa deferir este requerimento. Asylo, 12 de Julho de 1891. (APERJ – Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro. PE 97.1).

Nesse documento, destacamos a importância da educação oferecida no Asilo. Maria Benedita foi requisitada para trabalhar como preceptora, a mulher-professora exercia um papel moralizador, pois o documento nos diz que ela iria educar e instruir uma menina. Ela se encontrava com 22 anos de idade, quando a resposta positiva ao seu requerimento foi assinada, ou seja, já estava na idade limite para deixar a instituição.

Havia requisição de meninas para trabalhos domésticos, como nos mostra o documento a seguir:

Isabel França Alves de Castro casada com o Deputado Coronel Joaquim mariano Alves de Castro Júnior, desejando ter uma moça em sua companhia para coser e fazer alguns serviços leves vem pedir a Vossa Excelência que consintão que a Asilada Leonor da Conceição sai do estabelecimento para esse fim, visto que tem completado a idade de 21 anos.

A requerente pede um despacho favorável.

Niterói, 14 de Agosto de 1891.

Deferido a vista da informação.

Asylo, 4 de Outubro de 1891( APERJ – Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro. PE 97.1).

A questão do trabalho é fundamental na formação das meninas desvalidas, tanto para o seu papel social na sociedade, como também a questão do seu sustento digno,

além disso, o trabalho dessas meninas, às vezes, era importante como renda para o Educandário.

O primeiro anexo do Relatório de Compromisso chama-se: Conta da Irmã Superiora, no qual, há um item que chama a nossa atenção. Ele diz: “Pago com o trabalho das meninas”. No seu relatório, a religiosa descreve os seus gastos e os objetos que comprou. Entre os objetos temos: cera, vinho e objetos de Capela, empregados, roupa e calçados, armarinho, trastes, utensílios de cozinha, pequenos consertos, despachos, gratificações e dietas, objetos clássicos, farmácia, drogas, miudezas e comestíveis. A frente de cada item o valor correspondente. Poderia haver acréscimo de algum item, mas de maneira geral, eram esses os itens que faziam parte do relatório prestado pela irmã superiora. Na tabela abaixo apresentamos qual era a receita e qual era o valor da contribuição das meninas.

**Tabela 12 – Contribuição das Meninas**

Ano	1925	1926	1927	1928	1929	1930
Receita	6:000\$000	6:000\$000	6:000\$000	7:200\$000	7:200\$000	7:200\$000
Contribuição das Meninas	699\$220	2:811\$500	2:811\$500	3:268\$700	3:049\$300	2:529\$000
Total	6:699\$220	8:811\$500	8:811\$500	10:468\$700	10:249\$300	9:729\$500

Fonte: Arquivo do Educandário Nossa Senhora da Piedade, Relatórios do Provedor 1925 a 1930.

Através da tabela, podemos observar que de 1925 a 1927, a quantia que a irmã superiora dispunha era a mesma, ou seja, 6:000\$000 (Seis contos de réis) para pagar as despesas. No ano de 1925, a contribuição das meninas era tímida, alcançando apenas 699\$220 (Seiscentos e noventa réis e duzentos e vinte), representando apenas 11,65% do dinheiro gasto com as despesas. Contudo, podemos observar que a contribuição das meninas no ano seguinte quadruplicou-se, representando 46,85%, mantendo-se no ano de 1927.

Em 1928, a contribuição das meninas também cresce para 3:268\$700, o que representa 45,4%. Em 1929, a quantia cai para 3:049\$000, o que representa 42,3% . No ano de 1930, as meninas contribuíram menos do que contribuíram em 1926, com apenas 2:529\$000, o que significa 35,12% do total disponível pelas irmãs para efetuarem o

pagamento de algumas despesas. Entre 1928 e 1930, há um aumento de verba para Irmã Superiora e ela passa a dispor de 7:200\$000 (Sete contos de réis e duzentos mil).

O valor disponível para a Irmã superiora efetuar as suas despesas era realmente muito pequeno, tanto que os irmãos que compõem a Mesa Administrativa da Irmandade Nossa Senhora da Piedade, no ano de 1926, votaram que a Irmã Superiora poderia fazer pequenos reparos no prédio, sem consultar a Mesa Administrativa. Vejamos os artigos: “Art. 3.º As despesas fixadas não poderão exceder do presente orçamento sem autorização da Mesa ou do Provedor. Art. 5º a Irmã Superiora poderá mandar fazer reparos urgentes no edifício do Asilo, comunicando depois ao Provedor” (ESTATUTO DA IRMANDADE NOSSA SENHORA DA PIEDADE, 1969, p.10)

Ao utilizar o trabalho das meninas, o Educandário profissionalizava as educandas, que se preparavam para fazer parte da sociedade no momento em que elas deixassem a instituição. Não podemos esquecer que esse tipo de trabalho também traz em si um caráter de exploração.

Vianna (1999) ao discutir a formação para o trabalho traz à baila, a formação proposta pela Escola de Menores Abandonados, iluminando áreas nubladas que podem nos ajudar a compreender a formação das meninas desvalidas.

Criada em 1907 por ordem do chefe de polícia de então, dr. Alfredo Pinto Vieira de Melo, a Escola de Menores Abandonados, inicialmente situada na praça Visconde do rio Branco, mudou-se em 1910 para São Cristóvão, ficando sua seção masculina no edifício onde anteriormente estava estabelecido um quartel regional e a feminina, nas quatro casas próximas, antigas residências de oficiais da Força Policial. [...] Devido à circulação a que a escola estava submetida, tem-se que apenas uma parcela dos internos acompanhava regularmente as aulas, sendo submetida a testes ao final de cada ano, cujos resultados (total de aprovados e reprovados) eram remetidos ao chefe de polícia. [...] Faziam parte das atividades da Escola os exercícios militares e aulas de esgrima, ginástica e musica e o aprendizado dos ofícios de carpinteiro, sapateiro, vassoureiro, ferreiro, funileiro, pintor, empalhador e lustrador e correio. Os produtos advindos dessa oficina revertiam para a própria Escola e, em alguns casos, para outras repartições públicas (VIANNA, 1999, p.73, 75,76).

A citação anterior nos mostra que, a utilização do trabalho do menor não era privilégio das religiosas. Vianna (1999) nos diz que, tanto particulares como o próprio Estado exploravam-no.

Esta economia estaria referida, por sua vez, tanto à necessidade de forjar novos trabalhadores nacionais, aptos a desempenhar determinadas atividades técnicas, como aos próprios custos da tutela, na medida em que suporia certo ressarcimento dos gastos na manutenção dos menores (VIANNA, 1999, p.76).

Pretendemos desenvolver num projeto futuro, fazer reflexões mais densas sobre os nexos existentes entre a prestação de serviços de menores e o processo de escolarização dos mesmos. Reconhecemos que nossa reflexão é leve e inicial, pois o nosso objeto central é a educação feminina das meninas desvalidas do Educandário Nossa Senhora da Piedade, em Paraíba do Sul, no período de 1925 a 1930.

Gondra e Schueler (2008) pontuam a existência de asilos privados, asilos religiosos, asilos para a educação da elite, asilo para a educação de meninos e de meninas desvalidas demonstrando assim, que públicos distintos valiam-se de estratégias semelhantes para educar seus rebentos.

Esses e outros autores reconhecem a importância das estratégias criadas para dar assistência às crianças abandonadas na Colônia, no Império e na República. Gondra e Schueler (2008) apontam também a separação das idades e a atuação das freiras na educação de crianças pequenas.

As crianças pequenas necessitavam de numerosas recreações, estudos muito curtos, alimentação equilibrada, apropriada e de uma vigilância feita por um pessoal devotado que, em sua prescrição, deveria ser feita por freiras, habituadas a esse serviço e que a ele se dedicavam de modo geralmente admirável (GONDRA e SCHUELER, 2008, p.111).

Outro estudo, que também apresenta a participação das freiras na educação, é o texto de Maria José Rosado Nunes (2007), no qual a autora destaca que as freiras foram às primeiras mulheres a exercer uma profissão.

Com a criação das irmandades para mulheres, no século XIX, as associações femininas de piedade que criaram também uma rede de escolas dirigidas por freiras estrangeira. O público alvo era meninas.

As mulheres se beneficiaram de algumas iniciativas católicas dessa época, sobretudo da educação, mas também com a criação das associações femininas de piedade. Dessas iniciativas, a mais carregada de efeito para as mulheres foi a criação de uma rede de escolas católicas, sob a direção de religiosas estrangeiras. O século XIX presenciou ainda um desenvolvimento bastante rápido das “escolas para meninas”, que tiveram as religiosas como elementos fundamentais (NUNES, 2007, p. 491).

Na esteira desses dois textos citados anteriormente, incluímos o nosso objeto de pesquisa que analisa uma instituição religiosa dirigida pelas Irmãs Vicentinas,

destinadas às meninas desvalidas. O Educandário Nossa Senhora da Piedade foi e continua sendo dirigido pela Irmandade Nossa Senhora da Piedade.

Gondra e Schueler (2008), ao sistematizarem a evolução da malha educacional destinada a atender as crianças desvalidas, traçaram um quadro composto pelo Asilo dos Inválidos da Pátria, o Asilo da Mendicidade da Corte, a Associação Protetora da Infância Desvalida e outras instituições do gênero criadas na província do Amazonas.

Os mesmos fazem menção à Escola Doméstica Nossa Senhora do Amparo em Petrópolis, a Casa de Caridade em Vassouras e o Asilo Santa Isabel. Todas essas instituições foram criadas no mesmo período, o que nos permite dizer como o Estado direcionou o projeto educacional, na segunda metade do XIX, sem esquecer dos desvalidos.

No que se refere aos Institutos profissionais, os trabalhos de Rizzini (2001 e 2004) traçam um quadro importante, demonstrando a ramificação desse tipo de iniciativa no Brasil e a perspectiva assumida, como se pode ver no levantamento, que, aliás, deve ser precisado com o desenvolvimento de mais estudos em cada uma das províncias (GONDRA e SCHUELER, 2008, p. 121).

As explicações encontradas em Gondra e Schueler (2008) foram importantes para analisar o Educandário Nossa Senhora da Piedade, uma instituição criada no interior do estado do Rio de Janeiro, em 1884, ou seja, contemporânea as instituições analisadas por eles. Acreditamos que o estudo dessa instituição pode contribuir na composição de um quadro maior, que ainda carece de estudos, que é a história das instituições escolares no estado do Rio de Janeiro. Estas instituições ainda encontram-se a sombra da história econômica e política, por isso precisam de uma análise mais consistente.

Para conhecer as práticas educativas que formavam as meninas desvalidas, foi necessário recorrer aos autores citados ao longo do capítulo, pois os documentos que encontramos no Educandário nos forneciam pequenos indícios que precisavam ser comparados com os estudos realizados pelos pesquisadores da educação, afim de que pudessemos compreender as semelhanças e diferenças dos currículos de instituições dedicadas a formação feminina.

O objetivo do Educandário Nossa Senhora da Piedade era a formação das meninas desvalidas, a partir de uma concepção educacional católica. Encontramos em Paraíba do Sul fortes vínculos entre o Estado e a Igreja, materializados na preocupação



com os desvalidos. Outro aspecto que gostaríamos de frisar é a inserção da esfera privada e religiosa na esfera pública, aspecto que era combatido pelos republicanos liberais e escolanovistas.

A educação das meninas desvalidas se insere na esteira da profissionalização da classe trabalhadora, esta profissionalização atendia a manutenção da ordem estabelecida, pois as classes populares com a sua desordem, ameaçavam social e economicamente a elite dirigente.

O Estado as educou através da Igreja para mantê-las no seu lugar, contribuindo para a construção da imagem da sociedade sul paraibana como caridosa. Os pobres, satisfeitos em suas demandas votam nos políticos locais, que doam grandes somas às instituições de caridade, constituindo, assim, um ciclo de vícios e virtudes cristãs.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje desaprendo o que tinha aprendido até ontem. E que amanhã recomencerei a aprender. Todos os dias desfaleço e desfaço-me em cinza efêmera: todos os dias reconstruo minhas edificações, em sonho eternas. Esta frágil escola que somos, levanto-a com paciência dos alicerces às torres, sabendo que é trabalho sem termo. E do alto avisto os que folgam e assaltam, donos de risos e pedras. Cada um de nós tem sua verdade, pela qual deve morrer. De um lugar que não se alcança, e que é, no momento claro, minha verdade, sem troca, sem equivalência nem desengano. Permanece constante, obrigatória, livre: enquanto aprendo, desaprendo e torno a reaprender.

Cecília Meireles

Vou me despedir de Cecília, ela me acompanhou até o fim dessas páginas. Para me lembrar que vivemos um ciclo composto pela lembrança e também pelo esquecimento, por dias de sol e também por dias de chuva, no qual o papel do historiador é contar para às próximas gerações como construímos a sociedade em que vivemos.

O movimento proposto pela epígrafe do texto sinaliza que aprendemos, desaprendemos e voltamos a aprender, indicando a incompletude do ser que escreve. Partimos do conhecido em direção ao que se deseja saber, passeando por documentos, fotos e textos, superando a cada esquina o conhecimento de outrora, pintando um novo quadro, desembaraçando as linhas da roca, compreendendo que temos trabalho para uma vida inteira.

Foi uma longa empreitada viajar no tempo, e ao correr nessa estrada, o que se alcançou daquilo que se intentou fazer? Qual é o resultado de tanta luta, de tantas páginas? Qual é a nossa contribuição à história da educação?

Essa investigação amplia o quadro de estudos sobre instituições escolares, pois ele se insere num projeto maior, cujo objetivo é analisar a história das instituições escolares do Rio de Janeiro, desde o final do Império até a Primeira República.

Houve mudanças iniciais no percurso da escrita, inicialmente, intentávamos fazer uma análise da experiência das meninas desvalidas, mas os documentos apontavam em outra direção – a educação profissional feminina promovida pela instituição. Essa mudança nos permitiu olhar outras instituições escolares, criadas no

Distrito Federal do Rio de Janeiro, com o mesmo objetivo, entre elas o Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca, analisado por Câmara (1997).

A partir do texto da autora, fomos desafiados a conhecer a Reforma de Instrução Pública, promovida no Distrito Federal do Rio de Janeiro por Fernando de Azevedo, que esteve à frente da Diretoria de Instrução Pública de 1927 a 1930, e que se afastou do cargo, devido aos novos rumos da política na Revolução de 1930.

Quando procurávamos pistas sobre o Educandário Nossa Senhora da Piedade, fundado por Mariana Claudina Pereira de Carvalho, a Condessa do Rio Novo, encontramos outros sujeitos históricos, como Walter Gomes Francklin, de quem muito se fala, porém pouco se sabe. Ele foi médico e legislador, contribuiu com a educação da cidade propondo medidas para superar o analfabetismo, um dos grandes males que assolavam a sociedade brasileira.

Depois da mudança de percurso, voltamos aos documentos coletados, para que outros vestígios, presentes nos documentos pudessem nos ajudar a pintar um quadro, no qual a educação fosse um dos elementos presentes na paisagem de Paraíba do Sul, no período da Primeira República.

Os historiadores ao realizarem seus estudos, não atentaram para a sua importância, quer seja por uma questão de objeto de estudo, de período cronológico, ou mesmo pela dificuldade de encontrar fontes documentais que permitissem sua inserção no campo da pesquisa acadêmica. Entretanto, não é apenas uma questão de fontes documentais. Encontramos textos sobre a educação, analisando os jornais e as atas da Câmara Municipal de Paraíba do Sul.

A questão passa pela delimitação do campo da História da Educação, como suas possibilidades, limitações e densidade teórica. A construção desse campo traz à baila, uma discussão e disputa pelo ofício do historiador.

Através das páginas do periódico *O Arealense*, conhecemos uma sociedade que elegeu entre suas preocupações a instrução pública, encontramos no interior do mesmo, anúncios dos grupos escolares, de nomeação de professores, de visitas de delegados da instrução pública, mas com o passar do tempo esses anúncios foram desaparecendo.

Se no ano de 1925, eram muitos os artigos, que versavam sobre a ausência de prédios escolares, sobre a instrução das crianças, o papel da mulher como mãe, esposa e educadora, quando caminhamos em direção ao ano de 1930, os artigos vão diminuindo

até sumirem completamente. Os problemas educacionais teriam sido resolvidos? Ou por que a sociedade deixou de se preocupar com eles?

Nas páginas do O Arealense, o Educandário Nossa Senhora da Piedade publicou seu orçamento, como um modo de informar e dar transparência aos atos da mesa administrativa publicou também anúncios de venda de terrenos e casas, porém nada falou sobre as meninas que abrigavam em seu interior, nada falou sobre o que elas aprendiam ou quem eram os seus mestres. Sobre eles reinava o silêncio.

Intentávamos coletar dois jornais para comparar os artigos, porém o tempo foi implacável e podou essa possibilidade, mas a intenção ficou. Quem sabe em outra pesquisa, com um prazo maior, não voltemos aos periódicos afim de fazer uma coleta mais densa e comparar o conteúdo de cada um deles.

Do material que coletamos também não usamos todos os documentos, para não enfadar o leitor, pois a escrita é uma difícil alquimia, em que devemos dosar o número de citações para não transformar as páginas dessa dissertação em transcrição de documentos. Os que citamos, passaram pelo crivo da necessidade de diálogo com os homens do passado. Os que guardamos, esperam a sua oportunidade de testemunhar, no grande tribunal da academia e ter seu *status* de documento reconhecido.

Com autores que citamos, buscávamos um diálogo, eles foram escolhidos pela pertinência de seus livros para que pudéssemos situar nosso objeto de pesquisa, dentro do debate historiográfico da educação brasileira.

Entendemos que a interlocução entre os pares permite que a ciência encontre novos caminhos diante de velhos desafios. Houve também autores que ficaram de fora, que mesmo lidos não foram textualmente citados, mas permitiram ao pesquisador conhecer áreas nubladas do objeto que se propunha a pesquisar.

Para lidar com objetos que sofreram perdas documentais, Carlo Ginzburg foi o principal indicador de um caminho metodológico, o Paradigma Indiciário, que é pouco explorado na educação, assim procuramos a partir de indícios juntar peças do quebra-cabeça, tornando a nossa leitura uma versão possível do que o foi cenário educacional de Paraíba do Sul, onde se desenvolveu a educação feminina promovida pelo Educandário Nossa Senhora da Piedade.

Procuramos também fazer uma leitura quantitativa dos documentos para que por meio da mensuração com gráficos e tabelas pudéssemos fundamentar nossos

argumentos. Para quebrar a rigidez da interpretação histórica em cada capítulo usamos uma poesia como epígrafe, para trazer um frescor, apresentando outra maneira de dizer e pensar o tempo que se foi. Os autores escolhidos foram: Cecília Meireles e Manuel Bandeira.

No primeiro capítulo, buscamos conhecer como se organizava a sociedade sul paraibana, pintando a mão livre a fundação da cidade, porém destacando as décadas iniciais do período republicano. Partimos da fundação da cidade por entender a carência de estudos que nos possibilitam conhecer a cidade em tempos pretéritos. Analisamos os bastidores da política republicana para que também fosse possível compreender os laços que uniam a Igreja ao Estado, os quais se uniam por meio da fundação de uma escola pública no interior de um espaço privado e religioso.

No capítulo dois, entramos no coração do Pelicano e analisamos alguns elementos arquitetônicos do antigo prédio da instituição escolar, salientando a presença de elementos pedagógicos na arquitetura do prédio. Discutimos também os significados da piedade ao procurar compreender os símbolos católicos e entre eles a devoção à Maria, que possui diferentes invocações repletas de especificidades, cujo significado era conhecido pela Condessa do Rio Novo.

Entre preces, quermesses e folguedos, procuramos conhecer a organização e importância da Irmandade que dirige a instituição escolar analisada. Dedicamos três sessões às meninas desvalidas, buscamos compreender os diferentes conceitos de criança e também as possíveis causas do seu abandono. Procuramos traçar um perfil das meninas presentes nessa instituição a partir do perfil das meninas que frequentavam o Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca.

No terceiro capítulo, priorizamos o currículo da instituição escolar para que pudéssemos perceber como se dava a formação para o trabalho das meninas desvalidas. Entre borrões e garatujas, conhecemos como eram ensinadas as primeiras letras às meninas. O currículo era composto de exercícios de votos e também de aulas de bordado, diferente do currículo proposto para as escolas de meninos. Ao voltar nossos olhos para a fotografia, tema inicial de nosso terceiro capítulo, encontramos as estampas da caridade e da filantropia.

A sociedade sul paraibana vivia sob o signo da diferença e a instituição escolar era um importante instrumento para operar a distinção entre os indivíduos.

As diferenças oficiais produzidas pelas classificações escolares tendem a produzir (ou fortalecer) diferenças reais ao produzirem, nos indivíduos classificados, a crença, reconhecida e defendida coletivamente, nas diferenças e ao produzirem, assim, as condutas destinadas a aproximar o ser real do ser oficial. [...] este efeito de alocação - e o efeito de atribuição estatutária implicado nele - contribuem, sem dúvida, em grande parte, para fazer com que a instituição escolar consiga impor práticas culturais que ela não inculca, nem sequer exige expressamente, mas que estão incluídos nos atributos estatutariamente associados às posições que ela concede, aos diplomas que confere e às posições sociais, cujo acesso é obtido por esses diplomas (BOURDIEU, 2007, p.29).

A cidade dispunha de poucas escolas para educar os que possuíam famílias organizadas. Havia uma distinção entre os indivíduos que estudaram no Colégio Nacional, equiparado ao Colégio Pedro II e os que estudaram nos poucos grupos escolares da cidade. Qual era o espaço destinado a educar os que diante de problemas econômicos e sociais tiveram suas famílias fragmentadas?

O Educandário Nossa Senhora da Piedade foi o espaço de acolhimento que essa sociedade dispunha para educar as meninas desvalidas e as pensionistas. Para compreender a sua estrutura, dialogamos com autores que se dedicaram ao estudo de asilos e recolhimentos, mesmo que o período analisado fosse diferente do nosso.

Não podemos esquecer, que havia o receio da prostituição feminina e as meninas sem lar, sem uma família estruturada seriam facilmente cooptadas, desta forma, buscou-se através do exemplo de Maria, formar as meninas para recompor os laços familiares, e através dessa formação criarem novas famílias. As meninas que casavam recebiam o dote e dessa forma, esperava-se inserir as meninas novamente à sociedade.

As meninas precisavam não somente de abrigo, mas também de auxílio para escrever na sua história um novo capítulo. Elas não foram vítimas, tão pouco coitadas, souberam usar o espaço do recolhimento. Algumas até preferiram ficar e cuidar das novas meninas que entravam. Ao finalizar, deixamos uma questão: como foi que se efetivou a partir da década de 1930, a educação dessas meninas?

FONTES:

**Educandário Nossa Senhora da Piedade**

TESTAMENTO da Condessa do Rio Novo. Juiz de Fora, MG: Companhia Dias Cardoso, 1955.

ESTATUTO da Irmandade Nossa Senhora da Piedade, registrado na Comarca de Paraíba do Sul em 28 de Novembro de 1969.

Série Relatório de Compromisso regido pelo Provedor Randolpho Penna Junior, 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930.

**Escola Municipal Condessa do Rio Novo**

Memorando da Fundação da Escola.

**Câmara Municipal de Paraíba do Sul**

Livros de Atas

Número 17 de 1916 a 1926.

Número 18 de 1922 a 1928.

Número 19 de 1926 a 1936

**Fundação Cultural de Três Rios**

Periódico O AREALENSE. Ano 1925, 1926, 1927, 1928, 1929, 1930,

**APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**

Documentos referentes ao Asilo Santa Leopoldina – PE.98.3

**REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS:**

Banco de teses da CAPES. Disponível em

Censo do IBGE disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Data de acesso, 30/07/2009.

Histórico do Asilo Santa Leopoldina disponível em: <HTTP://www.rotaryicarai.org.br>. Data de acesso, 12/0

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ACKELSBERG, Martha. *Arquivos, História Social e História das Mulheres*. In: **Cadernos AEL**: Arquivo e memória/Arquivo Edgard Leuenroth, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, nº 5/6 (1996)1997). Campinas, SP: AEL, 1997.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. 10ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2007.

ÀRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1981.

BANDERIA, Manuel. **Nossos clássicos**. Rio de Janeiro, RJ: Agir, 1970.

BARBOSA, Renata Augusto. **De fuga e Devoção: Os quilombos e a Irmandade do Rosário de Paraíba do Sul, (18714-1888)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Severino Sombra, 2005.

BARROS, Raphael e CÂMARA, Sônia. Por um projeto escolar modelar: a Constituição dos grupos escolares no Distrito Federal em finais do século XIX. In: VIDAL, Diana (org.). **Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil. (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

BUFFA, Ester. e PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação: organização do Espaço e Propostas Pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. São Carlos: Brasília: EdUFSCar, INEP, 2002.

BLOCH, March. **Apologia da História: ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE. Peter. **A revolução Francesa da historiografia: A Escola dos Annales**. São Paulo, SP: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

CÂMARA, Sônia de Oliveira. **Reinventando a Escola: o ensino profissional feminino na Reforma de Fernando de Azevedo de 1927 a 1930**. Dissertação de Mestrado em Educação. UFF – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 1997.

\_\_\_\_\_. **Sob a guarda da República: A infância menorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **A formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil**. São Paulo, SP: Companhia das letras, 1990.

CARPINEJAR, Fabrício (org.) **Cecília Meireles de bolso: antologia poética**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2009.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1995.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. Diálogos Políticos em Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). **A história Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

CHORNOBAI, Gisele Quadros Ladeira. *Respirando a Fragrância da Piedade: Considerações sobre o espaço escolar católico; a Escola Normal de Sant'Ana (1947-1960)*. In: BENCOSTA, Marcus Levy Albino (org). **História da Educação, Arquitetura e espaço escolar**. São Paulo, SP: Cortez, 2005.



- COUTINHO, Áquila Rodrigues. **Como nasceu a cidade de Três Rios**. S/L, S/E, 1976.
- CORBIN, Alain. *Bastidores*. In: PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada**. Volume 4: *da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.
- DIAS, Gonçalves. **Obras completas**. Rio de Janeiro, RJ: Martins Fontes, 2008.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas: Dos annales à Nova História**. São Paulo, SP: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.
- DUTRA, Theóphilo. **Flores e Flores**. S/L. S/E, 1929.
- ELIAS, Nobert. **A solidão dos Moribundos: seguido de “envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FERNANDES, Rogério Fernandes. As casas de asilo da infância desvalida e a educação feminina. In: LOPES, Alberto, FARIA FILHO, Luciano Mendes de e FERNANDES, Rogério (orgs.). **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Inventários e testamentos como fontes de pesquisa*. In: CASIMIRO, Ana Palmira B.S, LOMBARDI, José Claudinei, MAGALHÃES, Livia Diana R. (Orgs). **A pesquisa e preservação de arquivos e fontes para educação, cultura e memória**. Campinas, SP: Editoria Alínea, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas prisões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX**. São Paulo, SP: HUCITEC, Universidade Federal da Bahia, 1996.
- FREITAS, Marcos César de Freitas (org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo, SP: Cortez, 2006.
- GONDRA, José Gonçalves e SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo, SP: Cortez, 2008.
- GINZURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e História**. São Paulo, SP: Companhia das letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. **História Noturna: Decifrando o Sabá**. São Paulo, SP: Companhias das Letras, 1991.
- \_\_\_\_\_. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2007.
- GÓES, José Roberto e FLORENTINO, Manolo. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790-c.1850**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1997.
- \_\_\_\_\_. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary. (org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Tão longe, tão perto: as meninas do seminário. In: BASTOS, Maria Helena Câmara e STEPHANOU, Maria. (Org.). **História e memória da educação no Brasil**. Vol. II: Século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. **O aparecimento da escola moderna**: Uma história ilustrada. Minas Gerais, MG: Autêntica, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

HUNT, Lynn. *Revolução Francesa e a vida privada*. In: PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada**. Volume 4: *da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

INOCENCIO, Isabela torres de Castro. **Liberdade e acesso à terra**. Fazenda de Cantagalo. Paraíba do Sul. (1882-1932). Vassouras: USS, 2002

IPANEMA, Cybelle e IPANEMA, Marcello de. **Paraíba do Sul**: Contribuições Históricas, Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Ipanema de Educação e Cultura, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais**: origem das principais invocações. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora PUC Minas, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LUZ, José Augusto Ramos da. Educação, progresso e infância na Salvador republicana: percursos históricos. In: LUZ, José Augusto da, SILVA, José Carlos. CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos (orgs). **História da Educação na Bahia**. Salvador, BA: Arcádia, 2008.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **A pedagogia das casas de caridade do padre Ibiapina**. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2008.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Lições de Casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil**. Tese de Doutorado em História. UFF- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História das escolas em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: imprensa Oficial do estado de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2005.

\_\_\_\_\_. **História social da criança Abandonada**. 2ª Ed. São Paulo, SP: HUCITEC, 2006.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: Os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil Séc. XIX. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1998.

MEGALE, Nilza Botelho. **Invocações da Virgem Maria no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MOREIRA, Antônio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo, SP: Cortez, 1995.

NUNES, Maria José Rosado. *Freiras no Brasil*. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. (org.) **História da Vida Privada**. Volume 4: *da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo. In: FÁVERO, Maria de Lourdes e BRITTO, Jader de Medeiros. (Orgs.) **Dicionário de educadores no Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRJ/MEC – Inep - Comped, 20002.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2008

SAMPAIO, Adalgisa Arantes. **Introdução ao Barroco Mineiro**. Belo Horizonte, MG: Crisálida, 2006.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: In: NASCIMENTO, Maria Isabel [ET AL.]. **Instituições escolares no Brasil**. Campinas, SP: autores Associados, HISTEDBR, SOROCABA, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a Cegueira**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1995.

SAVIANI, Demerval. **História da idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

\_\_\_\_\_. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel [ET AL.]. **Instituições escolares no Brasil**. Campinas, SP: autores Associados, HISTEDBR, SOROCABA, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SÊNECA, Lucio Anneo. **Sobre a brevidade da vida**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.

SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: BURKE, Peter. (org.) **A escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1992.

SCHUELLER, Alessandra F. Martinez de. A Associação Protetora da Infância Desvalida e as Escolas de São Sebastião e São José. In: MONARCHA, Carlos (org.) **Educação da Infância brasileira, 1875-1983**. São Paulo, SP, Autores Associados, 2001.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite, LAGO, Mara Coelho de Souza e RAMOS, Tânia Regina Oliveira. **Falas de Gênero: Teorias, análises, leituras**. Florianópolis, SC: Editora Mulheres, 1999.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, Século XIX. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1999.

SILVA, Pedro Gomes da. **Capítulos de História de Paraíba do Sul**. Paraíba do Sul, Irmandade Nossa Senhora da Piedade, 1991.

SILVEIRA, Luciana de Almeida. **Educação e cidade: o papel da escola na preservação do patrimônio cultural**. Dissertação de Mestrado em Educação. UNIRIO – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. **Educar, trabalhar, civilizar no asilo de meninos desvalidos, 1875-1894**: Caminhos possíveis. Dissertação de Mestrado em Educação. UNIRIO – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI, Demerval [et. Al.]. **O legado Educacional do Século XIX**. 2ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

TELLES, Lygia Fagundes. *Mulher, mulheres*. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, SP: Companhia das letras, 1998.

\_\_\_\_\_ **A formação da Classe Operária Inglesa I**: A árvore da liberdade. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1987.

VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA FILHO, Luciano Mendes. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIANNA, Adriana de R. B. **O mal que se adivinha**: *polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1999.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias Abandonadas**: Assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Século XVIII e XIX. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

ZOTTI, Solange Aparecia. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil**: *Dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

## APÊNDICES

### APÊNCIE – A



Mariana Claudina Pereira de Carvalho, filha dos primeiros Barões de Entre Rios: Antônio Barroso Pereira Junior e Cláudia Venâncio de Jesus, nasceu em 07 de junho de 1817. Aos 12 anos enviaram-na para o Rio de Janeiro, matriculando-a no Colégio Imaculada Conceição, em Botafogo, onde aperfeiçoou seus estudos. Casou-se com o Visconde do Rio Novo, vereador diversas vezes em Paraíba do Sul e também presidente da Câmara Municipal de Petrópolis. Ele recebeu o título de Visconde, que ostentava por decreto imperial de 27 de março de 1867, fruto do seu auxílio financeiro ao governo brasileiro para a guerra contra o Paraguai, no período de 1860 a 1864. Depois de 53 anos de trabalho, honradez e civismo, ele morreu a 17 de outubro de 1869. Em 1º de

maio de 1880, Mariana Claudina Pereira de Carvalho foi para Londres para se submeter a uma intervenção cirúrgica. Em 16 de outubro de 1880, foi agraciada com o título de Condessa do Rio Novo, pelo imperador D. Pedro II. Em 5 de junho de 1882, a Condessa do Rio Novo falece, em Londres, aos sessenta e cinco anos de idade. A Câmara e o comércio ficam de luto por 08 dias. Em 1884, é inaugurado o Educandário Nossa Senhora da Piedade, em Paraíba do Sul como cumprimento do seu testamento, para abrigar a infância desvalida.

#### APÊNDICE – B



Fonte: Foto do site. <http://www.ieb.usp.br>. Acesso em 24 de Janeiro de 2010.

Fernando de Azevedo nasceu em 20 de abril de 1894, em São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais. Realizou seus primeiros estudos no Colégio Francisco Lentz, na mesma cidade, entre os anos de 1901-02. Em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, sob a direção dos padres jesuítas, fez o curso ginásial entre 1903 e 1909. Em decorrência de dificuldades financeiras de sua família, os jesuítas ofereceram-lhe os estudos

gratuitamente e vítima de enfermidade, enfrentou uma séria crise espiritual que o levou a abraçar a vida religiosa, tornando-se padre da Companhia de Jesus. Iniciou seu noviciado em Minas Gerais, transferindo-se depois para São Paulo, onde descobriu a vocação para o magistério. Em 1914, deixou a ordem religiosa, transferiu-se para o Rio de Janeiro, iniciando seus estudos em Direito, completando-os em São Paulo em 1918. Integrou-se ao amplo movimento reformador, adotou as idéias da Escola Nova e participou da Associação Brasileira de Educação, fundada em 1924. Em 1927, aceitou o convite para dirigir a Instrução Pública do Distrito Federal, ocupando a pasta até o ano de 1930. Promoveu intensa reforma educacional na Capital da República. Obrigado a deixar o cargo, por força da Revolução de 30, voltou a São Paulo e intensificou a sua participação de renovação educacional. Em 1932, redigiu e lançou juntamente com outros 25 educadores e intelectuais, o Manifesto dos Pioneiros pela Educação Nova, um marco de nossa história educacional. Em 1933, como Diretor-Geral da Instrução Pública, promulgou o Código de Educação do Estado de São Paulo. Pode-se afirmar que Fernando de Azevedo foi um teórico do humanismo. Dedicou ao tema numerosos estudos e conferências, reunidos no livro *Na batalha do humanismo*, entre os quais se destacam: “Técnicas, humanismo e Educação”; “Pelo Humanismo que ainda está em vós”; “Rui e o humanismo”; “No caminho do humanismo novo”; “As universidades do século XX e o problema do humanismo”. Mas o próprio título da obra nos induz a pensar que Fernando de Azevedo via o humanismo também como um objeto a ser conquistado, como uma bandeira de luta. Fernando de Azevedo promoveu a Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal, no ensino primário, técnico-profissional e normal, não reformou o ensino secundário e o superior. A reforma, com uma orientação eminentemente técnica, tinha na verdade objetivos políticos mais amplos, que se traduziam na busca da “reforma como alternativa à revolução”. Fernando de Azevedo morreu em 17 de Setembro de 1974, com 80 anos de idade. PILETTI, Nelson. Fernando de Azevedo. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITTO, Jader de Medeiros. **Dicionário de Educadores no Brasil: Colônia aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002.

## APÊNDICE – C

As meninas que Provavelmente são irmãs:

NOME	DATA DE NASCIMENTO	IDADE EM 1925	IDADE EM 1930
Nair d'Oliveira } Lair d'Oliveira }	1914 1917	11 08	16 13
Marieta Moares dos Santos } Angelina Moares dos Santos }	1916 1917	09 08	14 13
Cora Neves da Silva } Corina Neves da Silva }	1915 1915	10 10	15 15
Maria da Conceição Botega } Hilda Botega } Tercília Botega }	1916 1917 1918	09 10 11	14 15 16
Maria Pereira de Souza } Dulce pereira de Souza }	1912 1913	13 12	18 17
Maria da Glória Bello } Clélia Bello }	1915 1918	10 07	15 12
Maria de Lourdes Salomão } Irene Salomão } Yvete Salomão }	1919 1920 1921	06 05 04	11 10 09
Euphrosina Sarmiento } Maria José Sarmiento } Bertha Sarmiento }	1916 1919 1920	09 06 05	14 11 10
Jacyara Silva da Costa } Carmem Silva da Costa } Daila Silva da Costa }	1918 1920 1921	07 05 04	12 10 09
Jayra Gaio } Maria do Carmo Gaio }	1918 1921	07 04	12 09
Maria Aparecida Vouga } Dora Vouga }	1927 1917	— 08	03 13



Célia Pereira dos Santos } Stella Pereira dos Santos }	1925 1928	<hr/> <hr/>	05 03
Eurydice Gomes Coelho } Maria Aparecida Coelho }	1913 1912	12 13	17 18
Zeny da Silva de Araujo } Vera da Silva de Araujo }	1920 1921	05 04	10 09
Hilda Botega } Tercília Botega }	1914 1915	11 10	16 15
Djanira Ribeiro Nunes } Nair Ribeiro Nunes }	1909 1911	16 14	21 19
Iracema Araujo } Guaracy Araujo }	1908 1910	17 15	22 20
Herondina Fraga de Castro } Alice Fraga }	1910 1912	15 13	20 18
Geralda Palermo } Marina Palermo }	1910 1914	15 11	20 15
Odete Medeiros de Carvalho } Brasilina Medeiros de Carvalho }	1912 1914	13 11	18 16
Ana Maria Braga } Eurydice Braga }	1913 1913	12 12	16 16
Marília Pereira de Sousa } Dulce Pereira de Sousa }	1911 1914	14 11	19 16

- As meninas com os nomes grafados em vermelho são gêmeas.

## ANEXOS

## ANEXO – A

## ORÇAMENTOS DA PREFEITURA DE 1929

Ata da Segunda reunião da Terceira Sessão ordinária da Câmara Municipal de Paraíba do Sul, realizada no dia 27 de Dezembro de 1928.

Proposta de Orçamento da Receita da despesa da prefeitura do município de Paraíba do Sul, para o exercício de 1929.

<b>Capítulo I – Da Receita</b>	
Artigo 1º - A receita do município de Paraíba do Sul, para p exercício de 1929 é orçada em quatrocentos e quarenta contos de réis (440:000\$000) e assim discriminada:	
Parágrafo 1º - Imposto sobre o consumo de aguardente	40:000\$000
Parágrafo 2º - Imposto sobre indústria e profissão, quota de 20%	24:000\$000
Parágrafo 3º - Imposto Predial	90:000\$000
Parágrafo 4º - Imposto sobre veículos	36:000\$000
Parágrafo 5º - Taxa de Aferição	10:000\$000
Parágrafo 6º - Taxa de Penas D`Água	13:000\$000
Parágrafo 7º - Taxa de Esgoto	9:500\$000
Parágrafo 8º - Taxa dos Cemitérios	8:000\$000
Parágrafo 9º - Taxa de Tacho de Gado	18:000\$000
Parágrafo 10º - Taxa Sanitária	15:000\$000
Parágrafo 11º - Taxa de Empachamento	1:500\$000
Parágrafo 12º - Taxa de Foros e Laudêmios	7:500\$000
Parágrafo 13º - Adicional de 10% sobre os impostos municipais	28:000\$000

Parágrafo 14º - n.º 1 selo municipal – Estampilhas	2:500\$000
Selo por verba	3:500\$000
Parágrafo 15º - Imposto de Alvará de Licença	60:000\$000
Parágrafo 16º - Sobre Terrenos não edificados	12:000\$000
Parágrafo 17º - Renda dos Próprios Municipais	1:200\$000
Parágrafo 18º - Taxa de Carimbo	6:000\$000
Parágrafo 19º - Taxa de numeração predial	3:000\$000
Parágrafo 20º- Taxa de Armamento	
Parágrafo 21º - Taxa de matrícula de animais	
Parágrafo 22º - Taxa de Emolumentos para o serviço sanitário	6:000\$000
Parágrafo 23º - Renda de Depósitos municipais	300\$000
Parágrafo 24º - Dívida Ativa	8:000\$000
Parágrafo 25º - Multas	25:000\$000
Parágrafo 26º- Eventuais	2:500\$000
Parágrafo 27º - Taxa Rodoviária	30:000\$000
Parágrafo 28º - Taxa de Ligação de Pena d'Água	500\$000
Parágrafo 29º - Taxa de Esgoto	500\$000
Parágrafo 30º - Imposto sobre Cancelas	1:000\$000
Soma	440:000\$000
<b>Capítulo II – Da Despesa</b>	
<b>Artigo Segundo</b> – A despesa do Município de Paraíba do Sul para o exercício de 1929 é fixada em quatrocentos e quarenta contos de réis (440:000\$000) e distribuída das seguintes rubricas:	
Parágrafo 1º - Câmara Municipal	
a) Gratificação ao Oficial de Atas	600\$000
b) material para expediente	500\$000
c) Eventuais	400\$000
Soma	1:500\$000

Parágrafo 2º - Gabinete do Prefeito	
a) Subsídio ao Prefeito	12:000\$000
b) Material para expediente	500\$000
c) Eventuais	2:500\$000
Soma	15:000\$000
Parágrafo 3º - Secretaria	
a) Pessoal conforme a Tabela CII	14:400\$000
b) Material para Expediente	1:000\$000
Soma	15:400\$000
Parágrafo 4º - Coletoria	
a) Pessoal Conforme a tabela CIII	18:000\$000
b) Material para Expediente	2:500\$000
Soma	20:500\$000
Parágrafo 5º - Fiscalização	
a) Pessoal Conforme Tabela CIV	36:000\$000
b) Eventuais	1:200\$000
Soma	37:200\$000
Parágrafo 6º - Obras Municipais	
a) Pessoal Conforme C V	12:120\$000
b) Material e pessoal operário	130:500\$000
c) produto da taxa adicional de 10% sobre os impostos municipais a ser entregue a secretaria de Obras Públicas do Estado	28:000\$000
d) Transporte	10:000\$000
Soma	180:620\$000
Parágrafo 7º - Instrução Municipal	
a) Subvenção ao Colégio Nacional de Paraíba do Sul	15:000\$000

b) professores conforme Tabela C VI	18:000\$000
c) material escolar	3:000\$000
d) Eventuais	600\$000
Soma	36:600\$000
Parágrafo 8º - Agência do 2º Distrito	
a) Aluguel de casa	1:440\$000
b) material para Expediente	1:000\$000
c) Eventuais	360\$000
Soma	2:800\$000
Parágrafo 9º - Portaria	
Gratificação ao senhor Antonio Guerra da Costa, Deliberação n. ° 341	180\$000
Parágrafo 10º - Limpeza Pública	
Limpeza Pública da cidade de Entre Rios e Areal, pessoal e material	36:000\$000
Parágrafo 11º - Iluminação Publica	
Iluminação da cidade de Entre Rios, Monte Serrat, Encruzilhada, Werneck E Areal	
Parágrafo 12º - Divida Passiva	
Parágrafo 13º - Despesas Diversas	
a) Serviço Telefônico b) Custas Judiciárias c) Serviço Eleitoral d) Aquisição de móveis e utensílios e) Publicações f) Eventuais g) Percentagem aos funcionários h) Selos e Telegramas i) Jornais	

J)

k) Alugueis de casa para os serviços de **Saneamento rural** e Profilaxia da **Lepra e Doenças Venéreas**

b) Socorros Públicos

I – Guardas Sanitários e Enfermeiras

II - Avulsos e Transporte

III – Eventuais

Soma

m) Restituições

n) Reforços de verbas

o) Funcionário Aposentado

Soma

Soma

(...) **Artigo 6º** - Pela verba “Instrução Municipal” poderá o Prefeito despender até a quantia anual de 2:400\$000 para a subvenção da escola mantida pelo vigário Monsenhor Achilles Melo, devendo prévia serem fornecidos a Inspeção escolar municipal, mensalmente os dados estatísticos, digo estatísticos da matrícula e frequência da referida escola.

**Artigo 7º** - Fica igualmente autorizado o Prefeito a despender pela mesma verba até a quantia anual de 1:200\$000 para auxílio de casa para uma escola estadual

## ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍBA DO SUL DE 1930

Ata da 6ª reunião da 2ª sessão ordinária da Câmara Municipal de Paraíba do Sul, do corrente ano, Presidência do vereador Alfredo da Cunha Lima. Aos dezoito dias do mês de novembro de 1929.

(...) Proposta para Orçamento da Receita e da Despesa para exercício de 1930.

A Câmara Municipal delibera:

## **CAPÍTULO I – Da Receita**

Artigo 1º - A receita do município de Paraíba do Sul, para o exercício de 1930, é orçada em Quinhentos e vinte contos quatrocentos e trinta mil réis. (520:430\$000) e assim discriminada:

Parágrafo 1º - Imposto sobre o consumo de aguardente	42:000\$000
Parágrafo 2º - Imposto sobre indústria e profissões	26:000\$000
Parágrafo 3º - Imposto Predial	95:000\$000
Parágrafo 4º - Imposto de Veículos	42:000\$000
Parágrafo 5º - Taxa de Aferição	12:000\$000
Parágrafo 6º - Taxa de Penas d`água	14:000\$000
Parágrafo 7º - Taxa de Esgoto	10:000\$000
Parágrafo 8º - Taxa de Cemitério	8:000\$000
Parágrafo 9º - Taxa de Talho de Gado	22:000\$000
Parágrafo 10º - Taxa Sanitária	17:000\$000
Parágrafo 11º - Taxa de Empachamento	1:500\$000
Parágrafo 12º - Foros e Laudêmios	8:000\$000
Parágrafo 13º - Adicional de 10% sobre todos os impostos municipais	34:000\$000
Parágrafo 14º - Selos Municipais: Estampilhas	2:800\$000
Selos por Verba	4:000\$000
Parágrafo 15º - Imposto de Alvará e Licença	71:000\$000
Parágrafo 16º - Imposto sobre terrenos não edificados	12:000\$000
Parágrafo 17º - Renda dos próprios municipais	1:200\$000

Parágrafo 18º - Taxa de Carimbo	8:000\$000
Parágrafo 19º - Taxa de Numeração Predial	1:000\$000
Parágrafo 20º - Taxa de Armamento	
Parágrafo 21º - Taxa de Matrícula de Animais	
Parágrafo 22º - taxa de Emolumentos para o serviço sanitário	8:000\$000
Parágrafo 23º - Renda dos depósitos municipais	500\$000
Parágrafo 24º - Dívida Ativa	40:430\$000
Parágrafo 25º - Multas	2:500\$000
Parágrafo 26º - Eventuais	5:000\$000
Parágrafo 27º - Taxa Rodoviária	30:000\$000
Parágrafo 28º - Taxa de Ligação de Penas d'Água	1:000\$000
Parágrafo 29º - Taxa de ligação de esgoto	500\$000
Parágrafo 30º - Imposto sobre Cancelas	1:000\$000
Soma	520:430\$000

## **CAPÍTULO II – Da Despesa**

Artigo 2º - A despesa do município de Paraíba do Sul, para o exercício de 1930 é fixada em RC – Quintos e vinte contos quatrocentos e trinta mil réis (520:430\$000) e distribuída pelas seguintes rubricas:

### Parágrafo 1º - Câmara Municipal

a) Gratificação do oficial de atas conforme a tabela A , nº 1	960\$000
---	----------



b) Material para expediente 600\$000

c) Eventuais 400\$000

Parágrafo 2º - Gabinete do Prefeito

a) Subsídio 12:000\$000

b) Material para expediente 500\$000

c) Eventuais 2:500\$000

Parágrafo 3º - Diretoria de Expediente

a) Pessoal conforme Tabela A nº 2 14:400\$000

b) Subvenção ao Colégio Nacional 15:000\$000

c) Professores Conforme a Tabela 18:000\$000

d) Material para Expediente 5:420\$000

e) Gratificação ao Senhor Antonio Guerra da Costa 180\$000

Parágrafo 4º - Diretoria de Fazenda

a) Pessoal conforme a Tabela A nº 3 16:800\$000

b) Material para Expediente 4:200\$000

Parágrafo 5º - Diretoria de Higiene

a) Pessoal conforme a Tabela A nº 4 6:000\$000

b) Pessoal não titulado 5:640\$000

c) Avulsos e transportes 1:920\$000

d) Material para Expediente 1:000\$000

e) Aluguéis de casa para os Postos 3:600\$000

f) Eventuais 2:340\$000

Parágrafo 6º - Diretoria de Obras

a) Pessoal conforme Tabela A n.º 5 35:040\$000

b) Pessoal não Titulado e material 187:990\$000

c) Taxa de 10% a ser entregue ao Estado 34:000\$000

d) Limpeza Pública 40:000\$000

e) Iluminação Pública 40:000\$000

f) Transporte 10:000\$000

Parágrafo 7º - Subprefeitura de Entre Rios

a) Pessoal conforme Tabela A n.º 6 8:400\$000

b) Aluguel de casa 2:160\$000

c) Material para Expediente 1:500\$000

d) Eventuais 300\$000

Parágrafo 8º - Exercícios Findos 20:000\$000

Parágrafo 9º - Dívida Passiva

Parágrafo 10º - Despesas Diversas

a) Serviços Telefônicos 1:500\$000

b) Custas Judiciais 1:500\$000

c) Serviço Eleitoral 5:000\$000

d) Aquisição de Móveis e Utensílios 3:000\$000

e) Publicação do Expediente no “O trabalho”	4:200\$000
f) Selos e Telegramas	1:500\$000
g) Jornais	500\$000
h) Restituições	500\$000
i) Funcionário Aposentado	3:000\$000
j) Auxílio e Assistência de Entre Rios	1:200\$000
k) Eventuais	8:000\$000
Soma - Quinhentos e vinte contos quatrocentos e trinta mil réis (520:430\$000)	

### **CAPÍTULO III – DIPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 3º - Fica o Prefeito autorizado a despender até a quantia anual de dois contos e quatrocentos mil réis (2:400\$000) para subvencionar a “Escola D. André Arcoverde” mantida por Monsenhor Achilles Melo

Artigo 4º - Fica igualmente o Prefeito autorizado a despender até a quantia de um conto e duzentos mil réis (1:200\$000) para aluguel de casa de uma escola estadual.

Artigo 5º - Regovam-se as disposições em contrário. Prefeitura de Paraíba do Sul 11 de Novembro de 1929. (a) José Ignácio da Rocha Werneck. Prefeito do Município.

#### **TABELA A NÚMERO 1**

Oficial de atas da Câmara Municipal	960\$000
Número 2 – Diretoria do expediente	
Diretor	7:200\$000

Auxiliar	3:600\$000
Professor Municipal	1:200\$000
Porteiro	3:600\$000
Número 3 – Diretoria da Fazenda	
Diretor	7:200\$000
Tesoureiro	7:200\$000
Auxiliar	2:400\$000
Número 4- Diretoria de Higiene	
Diretor	6:000\$000
Número 5 – Diretoria de Obras	
Diretor	6:000\$000
Fiscais: Especiais do 1º e 2º Distrito	3:600\$000
Distritais	3:120\$000
Número 6 – Subprefeitura de Entre Rios	
Subprefeito	6:000\$000
Auxiliar	2:400\$000

**ANEXO- B****RELAÇÃO DAS ASILADAS PRESENTES NO ANO DE 1925**

Número	NOMES	DATA DA ENTRADA	IDADE COM QUE ENTROU	IDADE ATUAL
1	Olga Malta	Em 07/02/1916	8 anos	17 anos
2	Maria Magdalena Martins	Em 16/01/1916	10 anos	16 anos
3	Paula Gouvêa	Em 02/04/1919	10 anos	16 anos
4	Edelvira Gouvêa	Em 02/04/1919	7 anos	13 anos
5	Anna Fontes	Em 09/05/1919	10 anos	16 anos
6	Regina Balbi	Em 19/05/1919	10 anos	16 anos
7	Iracema Araújo	Em 10/11/1919	11 anos	17 anos
8	Garacy Araújo	Em 10/11/1919	9 anos	15 anos
9	Amélia Andrade Coelh			

**RELAÇÃO DAS ASILADAS PRESENTES NO ANO DE 1926**

Numero	NOMES	Data da entrada	Idade com que entrou	Idade atual
1	Olga Malta	07/02/1916	8 anos	18 anos
2	Maria Magdalena Martins	16/801/1919	10 anos	17 anos
3	Anna Fontes	09/05/1919	10 anos	17 anos
4	Paula Gouvêa	02/04/1919	10 anos	17 anos
5	Regina Balbi	19/05/1919	10 anos	17 anos
6	Iracema Araújo	10/11/1919	11 anos	18 anos
7	Guaracy Araújo	10/11/1919	9 anos	16 anos
8	Amélia de Andrade Coelho	08/12/1919	9 anos	16 anos
9	Juliana de Oliveira	12/04/1920	12 anos	18 anos
10	Andronica Alves de Souza	27/08/1920	8 anos	14 anos
11	Djanira Nunes	30/09/1920	11 anos	17 anos
12	Nair Nunes	30/09/1920	9 anos	15 anos
13	Herondina de Castro	26/11/1920	10 anos	16 anos
14	Alice de Castro	26/11/1920	8 anos	14 anos
15	Maria Aparecida Santos	29/11/1920	12 anos	18 anos
16	Paulina da Costa	20/02/1921	11 anos	16 anos
17	Amanda Lima	13/09/1921	12 anos	17 anos
18	Maria José dos Santos	23/09/1921	8 anos	13 anos
19	Alina Alves	23/09/1921	8 anos	13 anos
20	Maria Aparecida Coelho	18/03/1922	10 anos	14 anos
21	Catharina Amaral	23/03/1922	10 anos	14 anos
22	Eurydice Gomes Coelho	09/09/1922	9 anos	13 anos
23	Eurydice Braga	13/09/1922	9 anos	13 anos

24	Geralda Palermo	26/08/1922	12 anos	16 anos
25	Maria Célia da Silva	21/09/1922	8 anos	12 anos
26	Dulce Maria dos santos	25/10/1922	10 anos	14 anos
27	Odete Medeiros de Carvalho	20/02/1923	10 anos	13 anos
28	Brasilina Medeiros de Carvalho	20/02/1923	8 anos	11 anos
29	Marina Palermo	20/02/1923	10 anos	13 anos
30	Ana Maria Braga	20/05/1923	9 anos	12 anos
31	Maria Aparecida Cardoso	28/12/1923	9 anos	12 anos
32	Elsa Cardoso	28/12/1923	8 anos	11 anos
Numero	NOMES	Data da entrada	Idade com que entrou	Idade atual
33	Julieta Balbi	28/12/1923	7 anos	10 anos
34	Leonor Ferreira d'oliveira	10/01/1924	13 anos	16 anos
35	Nair Ferreira d'oliveira	10/01/1924	10 anos	12 anos
36	Lair Ferreira d'oliveira	10/01/1924	7 anos	9 anos
37	Antonieta de Sousa	03/04/1924	11 anos	13 anos
38	Hélia Guimarães	03/05/1924	7 anos	9 anos
39	Geralda da Silva	06/05/1924	10 anos	12 anos
40	Leonor dos Santos	05/05/1924	9 anos	10 anos
41	Adelina Cardoso	09/08/1924	6 anos	7 anos
42	Palmyra Barbosa	27/10/1924	12 anos	13 anos
43	Flora dos Santos Patto	16/01/1926	10 anos	11 anos
44	Marieta Moares dos Santos	16/04/1926	7 anos	11 anos
45	Angelina Moares dos Santos	16/04/1926	7 anos	7 anos
46	Cora Neves da Silva	25/04/1926	11 anos	11 anos
47	Corina Neves da Silva	25/04/1926	11 anos	11 anos
48	Maria da Conceição Botega	09/05/1926	10 anos	10 anos

49	Hilda Botega	09/05/1926	9 anos	9 anos
50	Tercila Botega	09/05/1926	7 anos	7 anos
51	Magdalena Ferreira	22/06/1926	13 anos	14 anos
52	Marília Pereira de Sousa	28/06/1926	14 anos	14 anos
53	Dulce Pereira de Sousa	28/06/1926	12 anos	12 anos

Paraíba do Sul, 30 de Novembro de 1926. Irmã Rozsanyi.



**RELAÇÃO DAS ASILADAS PRESENTES NO ANO DE 1927**

Numero	NOMES	Data da entrada	Idade com que entrou	Idade atual
1	Olga Malta	07/02/1916	8 anos	19 anos
2	Maria Magdalena Martins	16/801/1919	10 anos	18anos
3	Paula Gouvêa	02/04/1919	10 anos	18 anos
4	Regina Balbi	19/05/1919	10 anos	18 anos
5	Guaracy Araújo	10/11/1919	9 anos	18 anos
6	Amélia de Andrade Coelho	08/12/1919	9 anos	17 anos
7	Juliana de Oliveira	12/04/1920	12 anos	20 anos
8	Andronica Alves de Souza	27/08/1920	8 anos	15 anos
9	Djanira Ri beiro Nunes	30/09/1920	11 anos	18 anos
10	Nair Ribeiro Nunes	30/09/1920	9 anos	16 anos
11	Herondina de Castro	26/11/1920	10 anos	17 anos
12	Paulina da Costa	20/02/1921	11 anos	17 anos
13	Amanda Lima	13/09/1921	12 anos	18 anos
14	Alina Alves	23/09/1921	8 anos	14 anos
15	Maria Aparecida Coelho	18/03/1922	10 anos	15 anos
16	Catharina Amaral	23/03/1922	10 anos	15 anos
17	Geralda Palermo	26/08/1922	12 anos	17 anos
18	Eurydice Gomes Coelho	09/09/1922	9 anos	14 anos
19	Eurydice Braga	13/09/1922	9 anos	14 anos
20	Maria Célia da Silva	21/09/1922	8 anos	13 anos
21	Dulce Maria dos santos	25/10/1922	10 anos	15 anos
22	Marina Palermo	20/02/1923	10 anos	14 anos
23	Anna Maria da Silva	28/05/1923	11 anos	15 anos

24	Maria Aparecida Cardoso	28/12/1923	9 anos	13 anos
25	Elsa Cardoso	28/12/1923	8 anos	12 anos
26	Julieta Balbi	28/12/1923	7 anos	10 anos
27	Leonor Ferreira d'oliveira	10/01/1924	13 anos	16 anos
28	Nair Ferreira d'oliveira	10/01/1924	10 anos	14 anos
29	Lair Ferreira d'oliveira	10/01/1924	7 anos	10 anos
30	Antonieta de Sousa	03/04/1924	11 anos	14 anos
31	Hélia Guimarães	03/05/1924	7 anos	10 anos
32	Geralda da Silva	06/05/1924	10 anos	13 anos
33	Leonor dos Santos	05/05/1924	9 anos	11 anos
34	Adelina Cardoso	09/08/1924	6 anos	8 anos
35	Palmyra Barbosa	27/10/1924	12 anos	14 anos
36	Flora dos Santos Patto	16/01/1926	10 anos	15 anos
37	Marieta Moares dos Santos	16/04/1926	7 anos	12 anos
38	Angelina Moares dos Santos	16/04/1926	7 anos	8 anos
39	Cora Neves da Silva	25/04/1926	11 anos	13 anos
40	Corina Neves da Silva	25/04/1926	11 anos	13 anos
41	Maria da Conceição Botega	09/05/1926	10 anos	11 anos
42	Hilda Botega	09/05/1926	9 anos	10 anos
43	Hercilia Botega	09/05/1926	7 anos	8 anos
44	Magdalena Ferreira	22/06/1926	13 anos	15 anos
45	Marília Pereira de Sousa	28/06/1926	14 anos	16 anos
46	Dulce Pereira de Sousa	28/06/1926	12 anos	15 anos
47	Maria da Glória Lopes da Silva	8/12/81926	8 anos	9 anos
48	Regina da Silva Vianna	24/01/1927	8 anos	9 anos
49	Carmen de Andrade Coelho	09/02/1927	12 anos	13 anos
50	Elsa Julio Teixeira	09/02/1927	0 anos	10 anos

51	Carmen de Jesus	11/03/1927	8 anos	9 anos
52	Irene Ferreira	23/04/1927	8 anos	9 anos
53	Ivany Sant'Anna	27/05/1927	10 anos	11 anos
54	Haydée Guedes	27/05/1927	7 anos	8 anos
55	Alzira de Souza Mourão	26/06/1927	7 anos	8 anos
56	Maria das Dores Avellar	26/06/1927	12 anos	12 anos
57	Vera Dias	02/08/1927	11 anos	11 anos
58	Conceição Gonçalves dos santos	26/09/1927	13 anos	13 anos
59	Maria de Lourdes dos Souza	23/04/1927	4 anos	5 anos
60	Maria da Glória Bello			
61	Clélia Bello			

Paraíba do Sul, 3 de Novembro de 1927. Irmã Rozsanyi.

Parafba do sul, 3 de Novembro de 1928

**RELAÇÃO DAS ASILADAS PRESENTES NO ANO DE 1929**

Nº	NOMES	DATA ENTRADA DA			IDADE COM QUE ENTROU
		DIA	MÊS	ANO	
1.	GUARACY ARAUJO	10	10	1920	9 ANOS
2.	ANDRONICA ALVES DE SOUZA	27	08	1920	8 ANOS
3.	ALINA ALVES	23	12	1921	8 ANOS
4.	MARIA APARECIDA COELHO	18	03	1922	10 ANOS
5.	CATHARINA AMARAL	23	03	1922	10 ANOS
6.	EURYDICE GOMES COELHO	9	09	1922	9 ANOS
7.	EURYDICE BRAGA	13	09	1922	9 ANOS
8.	MARINA PALERMO	23	04	1923	10 ANOS
9.	ELSA CARDOSO	28	12	1923	8 ANOS
10.	JULIETA BALBI	11	01	1924	7 ANOS
11.	NAIR D'OLIVEIRA	12	01	1924	10 ANOS
12.	LAIR D'OLIVEIRA	12	01	1924	7 ANOS
13.	ANTONIETTA DE SOUSA	3	04	1924	11 ANOS
14.	HELIA GUIMARÃES	3	04	1924	7 ANOS
15.	ADELINA CARDOSO	9	08	1925	7 ANOS
16.	PALMYRA BARBOSA	27	10	1925	12 ANOS
17.	MARIETA MORAES DOS SANTOS	16	01	1926	10 ANOS
18.	ANGELINA MORAES DOS SANTOS	16	04	1926	9 ANOS
19.	CORA NEVES DA SILVA	25	04	1926	11 ANOS
20.	CORINA NEVES DA SILVA	25	04	1926	11 ANOS
21.	MARIA DA CONCEIÇÃO BOTEGA	09	05	1926	10 ANOS

22.	HILDA BOTEGA	9	05	1926	9 ANOS
23.	CECILIA BOTEGA	9	05	1926	8 ANOS
24.	MARILIA PEREIRA DE SOUSA	28	06	1926	14 ANOS
25.	DULCE PEREIRA DE SOUSA	28	06	1926	13 ANOS
26.	MARIA DA GLÓRIA LOPES DA SILVA	8	12	1926	8 ANOS
27.	REGINA DA SILVA VIANNA	8	01	1927	8 ANOS
28.	CARMEM ANDRADE COELHO	9	02	1927	12 ANOS
29.	ELSA JULIO TEIXEIRA	11	03	1927	9 ANOS
30.	CARMEM FERNANDES	11	03	1927	9 ANOS
31.	IRENE FERREIRA	23	04	1927	8 ANOS
32.	NEREIDES VANDEY	1	05	1927	11 ANOS
33.	YVANY SANT'ANNA	27	05	1927	10 ANOS
34.	HAYDÉE GUEDES	27	05	1927	8 ANOS
35.	MARIA DAS DORES AVELLAR	26	06	1927	12 ANOS
36.	MARIA DA GLÓRIA BELLO	4	12	1927	12 ANOS
37.	CLELIA BELLO	4	12	1927	9 ANOS
38.	MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	2	01	1928	6 ANOS
39.	IRACY DIAS DE CARVALHO	17	01	1928	10ANOS
40.	ALICE GALVÃO	8	02	1928	10 ANOS
41.	ALTAIR LARANJEIRAS POSSOS	27	05	1928	12 ANOS
42.	MARIA MEIRELLES DA SILVA	13	05	1928	12 ANOS
43.	MARIA DE LOURDES SALOMÃO	20	07	1928	9 ANOS
44.	IRENE SALOMÃO	20	07	1928	8 ANOS
45.	YVETTE SALOMÃO	20	07	1928	7 ANOS
46.	FLORISBELLA TEIXEIRA	17	09	1928	13 ANOS
47.	EDINA GOUVEIA	25	09	1928	11 ANOS
48.	DINORAH GONÇALVES DA ROCHA	10	12	1928	11 ANOS
49.	ISAURA DA COSTA TAVARES	15	12	1928	10 ANOS
50.	EUPHROSINA SARMENTO	20	12	1928	12 ANOS

51.	MARIA JOSÉ SARMENTO	1	12	1928	9 ANOS
52.	BERTHA SARMENTO	1	12	1928	8 ANOS
53.	EDITH DA COSTA TAVARES	15	03	1929	8 ANOS
54.	HELOISA GOMES	1	05	1929	11 ANOS
55.	DULCE SUZANA	25	07	1929	12 ANOS
56.	AMALIA FERNANDES DE OLIVEIRA	1	10	1929	10 ANOS
57.	MALVINA NASCIMENTO	1	10	1929	12 ANOS
58.	GUILHERMINA	12	10	1929	11 ANOS
59.	MARIA LAURA DIBE	20	10	1929	13 ANOS
60.	MARIA APPARECIDA DA SILVA	26	10	1929	13 ANOS
61.	OLINDA ROSA DA SILVA GOMES	28	10	1929	8 ANOS
62.	JACYRA SILVA DA COSTA	3	11	1929	11 ANOS
63.	CARMEM DA SILVA DA COSTA	3	11	1929	9 ANOS
64.	DORA VOUGA	13	07	1929	12 ANOS
65.	ZENY DA SILVA ARAUJO	23	07	1929	9 ANOS
66.	VERA DA SILVA ARAUJO	23	07	1929	8 ANOS
67.	ALZIRA	23	07	1929	6 ANOS
68.	MARIETA DOS SANTOS	23	07	1929	5 ANOS
69.	MARIA ODETE VIERA	23	07	1929	4 ANOS
70.	MARIA APPÁRECIDA VOUGA	23	07	1929	3 ANOS

Estas quatro últimas pequenas e de mui pouca idade foram admitidas com a devida autorização da Administração por um grande sentimento de humanidade e caridade. Ah ficam abrigadas e tratadas até atingirem a idade precisa a fim de serem matriculadas.

PARAÍBA DO SUL, 30 DE NOVEMBRO DE 1929.

#### RELAÇÃO DAS ASILADAS PRESENTES NO ANO DE 1930

Ns.	NOME	DATA DA ENTRADA	IDADE COM QUE ENTROU
-----	------	-----------------	----------------------

		DIA	MÊS	ANO	
1	Andronica Alves de Souza	27	08	1920	8 anos
2	Alina Alves	23	12	1921	0 anos
3	Catharina Amaral	23	03	1922	19 anos
4	Eurydice Gomes Coelho	9	09	1922	8 anos
5	Eurydice Braga	13	09	1922	9 anos
6	Elsa Cardoso	28	09	1922	8 anos
7	Julieta Balbi	11	01	1924	7 anos
8	Nair d'Oliveira	12	01	1924	10 anos
9	Lair d'Oliveira	12	01	1924	7 anos
10	Helia Guimarães	3	04	1924	7 anos
11	Adelina Cardoso	9	08	1925	7 anos
12	Palmyra Barbosa	27	10	1925	12 anos
13	Marieta Moares dos Santos	16	01	1926	10 anos
14	Angelina Moares dos Santos	16	04	1926	9 anos
15	Cora Neves da Silva	25	04	1926	11 anos
16	Corina neves da Silva	25	04	1926	11 anos
17	Maria da Conceição Botega	09	05	1926	10 anos
18	Hilda Botega	09	05	1926	9 anos
19	Tercilia Botega	09	05	1926	8 anos
20	Maria Pereira de Souza	28	06	1926	14 anos
21	Dulce Pereira de Souza	28	06	1926	13 anos
22	Maria da Glória Lopes da Silva	08	12	1926	8 anos
23	Regina da Silva Vianna	08	01	1927	8 anos
24	Carmem de Andrade Coelho	09	02	1927	12 anos
25	Elsa Júlio Teixeira	09	02	1927	9 anos
26	Carmem Fernandes	11	03	1927	9 anos
Ns.	NOME	DATA DA ENTRADA			IDADE COM QUE ENTROU

		DIA	MES	ANO	
27	Irene Ferreira	23	04	1927	8 anos
28	Yvani Sant´Anna	27	05	1927	10 Anos
29	Haydée Guedes	27	05	1927	8 anos
30	Maria das Dores Avellar	26	06	1927	12 anos
31	Maria da glória Bello	04	12	1927	12anos
32	Clélia Bello	4	12	1927	9anos
33	Iracly Dias de Carvalho	17	01	1928	10anos
34	Altair Lorangeiras Possas	27	05	1928	12anos
35	Maria Meirelles da Silva	27	05	1928	12anos
36	Maria de Lourdes Salomão	20	07	1928	9anos
37	Irene Solomão	20	07	1928	8anos
38	Yvette Salomão	20	07	1928	7anos
39	Florisbella Teixeira	17	09	1928	13anos
40	Edina Gouveia	25	09	1928	11 anos
41	Dinorah Gonçalves da Rocha	10	12	1928	11 anos
42	Isaura da Costa Tavares	15	12	1928	10anos
43	Euphrosina Sarmento	20	12	19208	12nos
44	Maria José Sarmento	20	12	1928	9anos
45	Bertha Sarmento	20	12	1928	8 anos
46	Edith da Costa Tavares	15	03	1928	8 anos
47	Dulce Suzana	25	07	1929	12 anos
48	Amália Fernandes d` Oliveira	01	10	1929	10 anos
49	Guilhermina	12	10	1929	11 anos
50	Maria Laura Dibe	20	10	1929	13 anos
51	Maria Aparecida da Silva	26	10	1929	13 anos
52	Olinda Rosa da Silva Gomes	28	10	1929	8 anos



53	Jacyara Silva da Costa	03	11	1929	11 anos
54	Carmem Silva da Costa	03	11	1929	9 anos
55	Dora Vouga	13	11	1929	12 anos

Ns.	NOME	DATA DA ENTRADA			IDADE COM QUE ENTROU
		DIA	MÊS	ANO	
56	Zeny da Silva Araujo	23	11	1929	89nos
57	Vera da Silva Araújo	23	11	1929	8 anos
58	Jayra Gaio	17	02	1930	9 anos
59	Maria do Carmo Gaio	17	02	1930	9 anos
60	Joaquina Soares	17	02	1930	12 anos
61	Francina Esteves	22	03	1930	8anos
62	Luiza Maria Salustiano	09	05	1930	9 anos
63	Philomena Marchi Carelli	01	08	1930	12 anos
64	Daila Silva da Costa	10	10	1930	9 anos
65	Albetina Furtado	06	11	1930	13 anos
66	Alzira Rodrigues				6 anos
67	Marieta dos Santos				4 anos
68	Maria Odete Viera				3 anos
69	Maria Aparecida Vouga				3 anos
70	Célia Pereira dos Santos				5 anos
71	Stella Pereira dos Santos				2 anos